

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
MESTRADO EM COMUNICAÇÃO

Caroline Mello Simões

Entre amar e sofrer:

Dos afetos nos discursos em circulação nas falas de mulheres em situação de denúncia de
violência

Juiz de Fora
2023

Caroline Mello Simões

Entre amar e sofrer:

Dos afetos nos discursos em circulação nas falas de mulheres em situação de denúncia de
violência

Dissertação apresentada ao Programa de Pós
Graduação em Comunicação, da Faculdade de
Comunicação Social da Universidade Federal de
Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção
do grau de mestre.

Área: Comunicação e Sociedade

Linha de Pesquisa: Mídia e Processos Sociais

Orientador: Prof. Dr. Wedencley Alves Santana

Juiz de Fora

2023

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Simões, Caroline Mello.

Entre amar e sofrer: : Dos afetos nos discursos em circulação nas falas de mulheres em situação de denúncia de violência / Caroline Mello Simões. -- 2023.

136 p.

Orientador: Wedencley Alves Santana

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Comunicação Social. Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2023.

1. Mídia. 2. Violência. 3. Amar. 4. Sofrer. I. Santana, Wedencley Alves, orient. II. Título.

Caroline Mello Simões

Entre amar e sofrer:

Dos afetos nos discursos em circulação nas falas de mulheres em situação de denúncia de
violência

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação
em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora
como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em
Comunicação. Área de concentração: Comunicação e
Sociedade.

Aprovada em 11 de setembro de 2023.

Prof. Dr. Wedencley Alves Santana – Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª. Dra. Iluska Maria da Silva Coutinho - Convidada
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dra. Paula Chiaretti - Convidada
Universidade do Vale do Sapucaí



Documento assinado eletronicamente por Wedencley Alves Santana, Professor(a), em 11/09/2023, às 15:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Paula Chiaretti, Usuário Externo, em 11/09/2023, às 15:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Iluska Maria da Silva Coutinho, Professor(a), em 11/09/2023, às 22:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador 1424903 e o código CRC ED585245.

Às mulheres que compartilharam comigo suas histórias e novas escrituras de si

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, Carmélia, que foi e ainda é colo e o primeiro nome do amor e quem me transmitiu o enigma do que é ser uma mulher.

Ao meu pai, Arildo, que me transmitiu a importância dos estudos como porta aberta para realização dos meus sonhos.

À minha irmã, Laura, que mesmo pequena me ensina com delicadeza que não tem nada mais bonito do que a coragem.

Às mulheres da minha família. Nesse trajeto de pensar a mulher e o amor, pensei também em vocês.

À minha avó Alzira e minha avó Sebastiana, mulheres fortes que viveram, amaram sofreram, resistiram e subverteram. Suas escritas fazem parte da minha.

À minha madrinha Sara, uma mulher que me inspirou desde criança, sendo sinônimo de uma vida colorida e desejante.

À minha tia Alzirinha, de quem eu sinto profundas saudades, que me apresentou à Freud e à psicanálise.

Às minhas amigas e amigos, que foram apoio, amor, cumplicidade e ponto de reencontro.

Ao 'amore mio', Diego, quem me possibilita todos os dias a conjugação amor e liberdade, que tem sido minha casa e que esteve ao meu lado cuidando e apoiando todo esse meu trajeto.

Ao meu orientador e amigo Weden, que desde 2016, provocou em mim aquilo que eu chamo de desejo pelas perguntas e que, gentilmente, me apoiou e acreditou em mim durante todo este percurso em momentos em que eu mesma não acreditava,

Aos amigos do Sensus que me acolheram e me instigaram, me levando e colocando em contato com questões que hoje, me são fundamentais. Vocês são incríveis.

Ao PPGCOM, que fez malabarismos para que os alunos pudessem continuar seus percursos, ainda em um período caótico como o da pandemia.

O presente trabalho foi desenvolvido com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) através da concessão de bolsa de estudo de Mestrado e apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Da intensidade da dor tenho medo
Quem já se feriu presta mais atenção

Prudência – Maria Bethânia

RESUMO

A presente pesquisa busca cartografar, utilizando-se da disciplina da Análise de Discurso (percurso Pêcheux-Orlandi), em diálogo com a Psicanálise, teorias da mídia e teorias do poder, de possíveis significações da violência doméstica postos em circulação e dos afetos em questão em falas de mulheres que a experienciaram em suas relações. Partimos das análises das transcrições de 25 das 100 entrevistas discursivas realizadas entre os anos de 2017 e 2018 no Fórum da Cidade de Juiz de Fora. Partimos da hipótese de que a significação dada pelas mulheres é plena de nuances e opacidade, apontando para a heterogeneidade enquanto àquelas encontradas no plano jurídico, político e midiático (considerando campanhas, músicas que ouvem, novelas e notícias que veem) tendem à univocidade e estabilização de sentidos. Entre o ‘eu ainda gosto’ e o ‘eu não quero mais’ habita uma mulher-sujeito de discurso que está às voltas com o mais heterogêneo e o mais estranho de si e em si.

Palavras-Chave: Mídia, Violência, Mulher, Amar, Sofrer

ABSTRACT

The present research seeks to map, employing the discipline of Discourse Analysis Discourse Analysis (within the Pêcheux-Orlandi framework), in conjunction with Psychoanalysis, media theories, and theories of power, the potential significations of domestic violence in circulation, as well as the emotions at stake in the narratives of women who have experienced it within their relationships. The analysis is rooted in the examination of transcripts from 25 out of 100 discursive interviews conducted between 2017 and 2018 at the Juiz de Fora City Forum. We commence with the hypothesis that the meaning attributed by women is rich in nuances and opacity, pointing toward heterogeneity, while those found within the legal, political, and media spheres (considering campaigns, music they hear, soap operas, and news they encounter) tend toward uniformity and sense stabilization. Between 'I still like' and 'I no longer want,' resides a woman-subject of discourse grappling with the most heterogeneous and the strangest within and about herself.

Keywords: Media, Violence, Women, Love, Suffer

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	12
2.	VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UM PERCURSO HISTÓRICO	17
2.1	MULHERES, HISTÓRIA E VIOLÊNCIA	17
2.2	SER MULHER, UMA CONSTRUÇÃO	20
2.3	O PERCURSO DA LEI MARIA DA PENHA	26
2.3.1	LEI MARIA DA PENHA: A LEI COM NOME DE MULHER	30
2.3.2	A LEI DO FEMINICÍDIO	32
2.4	NOS LIMITES DA JUSTIÇA	33
2.5	VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FEMINICÍDIO EM NÚMEROS	35
3.	AFETOS EM DISCURSO	36
3.1.	NO INÍCIO, O ESPELHO	36
3.2	A AGRESSIVIDADE EM PSICANÁLISE	40
3.2.1	O ÓDIO E A VIOLÊNCIA	44
3.3	POR QUÊ O AMOR?	47
3.3.1	ENFIM, O AMOR	47
3.3.2	AMOR E VIOLÊNCIA?	53
4.	DE UM DIÁLOGO PRELIMINAR: DA PSICANÁLISE À ANÁLISE DE DISCURSO	71
4.1	O CENÁRIO DA PESQUISA	75
4.2	MULHERES EM DISCURSO	80
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
6.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	132

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa parte de um incômodo e é fruto de interrogações que vêm sendo formuladas e (re)formuladas há mais ou menos sete anos, quando escolhi investigar o tema da violência contra a mulher. Eu poderia partir das discussões políticas sobre o tema, também poderia partir das discussões jurídicas. Mas enquanto mulher – antes de pesquisadora –, sentia que alguma coisa estava sendo deixada de lado dos debates. Faltava algo. E, como a falta é condição necessária do desejo, foi aí que me vi impelida a buscar e a ouvir.

As relações amorosas sempre me instigaram muito. As relações em que a linha entre amor e violência se embaraçava, ainda mais. Nas redes sociais, nas campanhas no centro da cidade ou mesmo na universidade, o tema da violência contra a mulher aparecia de modo teorizado, transparente, direto. Mas se era assim mesmo, me perguntei: por que continuo ver mulheres sofrendo? Se é só denunciar, por que as mulheres hesitam tanto?

Em Análise de Discurso, consideramos que o silêncio também produz sentidos e sabemos que ao enunciar algo, quando dizemos uma palavra, existem muitas outras não ditas. As palavras portam em si outras palavras silenciadas e são “cheias de sentido a não dizer” (ORLANDI, p.14, 2007). Neste sentido, não é muito difícil ler seja nas redes sociais ou em diálogos cotidianos mensagens como: “Há que se ter coragem, denuncie”. E o que é que isso poderia dizer sobre as mulheres em situação de violência? A que não termina o relacionamento, seguindo o par de oposição de mulher corajosa é uma mulher que se acovarda? É menos mulher? É uma mulher ‘fraca’? Em páginas de autoajuda, não é tão difícil encontrar por frases e conselhos como “as pessoas só vão até onde a gente permite”, mas então espere aí... se uma mulher é agredida e sofre com isso é porque ela permitiu?

De novo, neste ponto do discurso, o que me parece é que é à mulher que cabe estar alerta, saber reconhecer os sinais, se prevenir e não permitir. Evidentemente, o reconhecimento de seus limites pessoais, assim como, no nível particular, construir um saber sobre seu modo de amar, sofrer e desejar, é interessante. Sobretudo do ponto de vista de uma certa apropriação de seu dizer, isto é, poder dizer ao invés de apenas ser dita.

Neste trabalho, pensar o amor nestas relações e elaborar como as mulheres enunciam seu sofrimento, suas jornadas de dor, amor e de reconhecimento de si faz parte de uma tentativa de lançar luz às nuances que uma relação com violência pode vir a ter na vida de uma mulher.

Comecei dizendo que esta pesquisa nasceu de um incômodo. Enquanto escrevo, pelo tom que tenho utilizado aqui nesta introdução, me parece que a pesquisa nasceu de uma revolta.

Como assim pode-se considerar em dizer para uma mulher em sofrimento que ela só sofre porque ainda não se conscientizou? O que faz com que alguém (pessoa, instituição...) diga a uma mulher em sofrimento que ela não se separar é por que “gosta de sofrer”? Esses sentidos que aqui mobilizo, são sentidos postos em circulação, amplamente em ambiências midiáticas, e que dialogam diretamente com a memória da mulher em situação de violência.

Nada disso me parecia fazer muito sentido. Tampouco me parecia justo. Assim como me parecia mais fácil teorizar do que ver a prática. As instituições – sejam jurídicas, políticas ou universitárias, têm discursos muito bem estabelecidos, sentidos transparentes e efeitos de evidência que parecem encerrar o assunto em uma obviedade que empobrece. Reconheço que as instituições precisam de categorias para se nortear. Mas, como disse. Faltava algo. Me parece que, diante de tantos avanços, a questão afetiva foi deixada de lado quando o assunto é violência contra a mulher. Pois bem, resolvi ir a elas, entender como elas significavam aquilo que institucionalmente já estava tão bem estabelecido e fundado em uma ilusão de transparência e completude. Decidi ouvir.

Daí o que apresento aqui trata-se de uma pesquisa cujo corpus analisado é, principalmente, material de escuta, considerando ainda de grande relevância o fato de que os discursos sobre a violência contra a mulher estão nas instituições e chegam até elas, as mulheres, seja pelas redes ou meios de comunicação tradicionais ou ainda pelos laços que vão constituindo. Portanto, parti de uma perspectiva distinta da maioria dos trabalhos sobre violência contra a mulher na área da comunicação. Priorizo a escuta delas, mesmo considerando, ou principalmente, considerando que suas falas estão atravessadas desde sempre pelos discursos postos em circulação pelos meios. A escuta nos fornece elementos de compreensão sobre os deslocamentos que elas operam, as ressignificações que fazem, os sentidos que trabalham.

No decorrer da pesquisa, entre 2017 e 2018, também atuei como bolsista de extensão na graduação em Psicologia em um projeto com grupos reflexivos para autores de violência doméstica. E devo dizer que, atuar nos grupos enquanto também ouvia as mulheres desta pesquisa, possibilitou com que minha percepção do tema fosse ainda mais profunda além de me abrir os olhos para o fato de que violência doméstica é algo que extrapola – e muito – o que se entende institucionalmente ou politicamente sobre o tema. Trata-se de uma certa inscrição em um dado discurso sobre o amor e sobre o modo de se relacionar que atravessa homens e mulheres, seja para aquele que perpetra ou para aquela que sofre.

O comportamento violento em si é um comportamento danoso, custoso para ser elaborado e ainda mais para ser apreendido como tal. E isso pouco diz dos homens enquanto indivíduos, mas diz muito sobre um sistema de constituição de sujeitos, que reprime, mas que também produz modos de subjetivação, modos de amar, de sofrer e de se relacionar.

É evidente que a permanência por amor é insuficiente, tal qual a motivação pelas questões financeiras ou familiares. O que as mulheres entrevistadas vêm nos dizer é que não há uma lógica simples, tampouco uma relação direta e matemática a partir da qual se mantém ou não em um relacionamento.

O amor enquanto uma temática na vida de todo ser humano está aí. Sofrer por ele também. E esse sofrer e amar serem atravessados por situação de violência, infelizmente, também. Isto no cotidiano, na vida real, com pessoas que conhecemos, em conversas com amigas, nos pacientes que recebo para a clínica, ou através das notícias que podemos acompanhar nos telejornais, na ficção como no caso de novelas, filmes e séries, programas de TV.

O objetivo da pesquisa desde o início, quando decidi ir a campo entrevistar mulheres em situação de violência foi poder ouvi-las, ouvir seus modos (tão particulares) de significar o amor, o casamento e as situações de violência as quais vivenciaram. A pergunta que fiz, lá em 2016, quando essa pesquisa começou foi: entre o político e o jurídico, o que elas têm a dizer? Desde então, embora o trabalho de campo já tenha se encerrado há alguns anos, as falas das mulheres que entrevistei ainda ressoam, possibilitando que muitas questões emergissem, instigando e abrindo portas para mais uma etapa de investigação da pesquisa.

As principais questões a serem observadas neste momento são como se dá esse jogo de amor e violência presente nestas relações? Como se dão os relacionamentos em um momento no qual a violência contra a mulher deixou de ser aceitável e passou a ser razão de um mal-estar? E são questões que mobilizam a questão dos afetos e é isso o que diferencia a violência doméstica de outros tipos de violências e a torna tão complexa. Nos perguntamos, portanto, pelos sentidos, naquilo que propôs Orlandi (2009, p.47) de que “o sentido é assim uma relação determinada do sujeito – afetado pela língua – com a história.”

Diante disto, os capítulos desta dissertação pretendem construir um percurso histórico, subjetivo e enunciativo das relações e da violência contra a mulher. Por tal razão, o modo com o qual empreendemos a passagem entre os capítulos busca seguir estes trajetos:

No segundo capítulo, caracterizado pela tematização, buscamos apresentar um panorama histórico legislativo da violência doméstica contra a mulher no Brasil. Não nos parecia possível, entretanto, formular um histórico principalmente legislativo cujo marco foi a Lei Maria da Penha em 2006, sem pensarmos antes sobre os caminhos que delinearam o ser mulher na cultura. Da passagem de serem ditas à possibilidade do dizer, buscamos questionar o silêncio (e silenciamento) das mulheres, bem como a governança de sua sexualidade, de seu desejo e do que instituiu seus modos de se relacionar. Ainda sobre os caminhos do ser mulher, introduziremos a noção de bios-midiático proposto por Muniz Sodré (2002) e traremos, como exemplos, dois trechos das entrevistas analisadas, o que nos parece importante, considerando que é neste bios que os sentidos do ser mulher (embora, não somente) serão postos em circulação.

Chegamos então à etapa de traçar os caminhos sociais e jurídicos até 2006 com a aprovação da Lei Maria da Penha chegando até 2015 com a aprovação da Lei do Feminicídio, considerado como o último estágio da violência doméstica. Ainda neste capítulo, buscamos retomar alguns dados estatísticos importantes sobre a violência doméstica no Brasil, considerando ainda dados sobre o feminicídio e os números durante a pandemia de Covid-19 (SARS CoV), no ano de 2020. Ter estes números materializados neste trabalho, favorece com que vejamos a atualidade e pertinência do tema de modo mais concreto. Aqui, convidamos autores da psicanálise, dos estudos de gênero e da sociologia para dialogar.

No terceiro capítulo, recorreremos principalmente à teoria psicanalítica como aquela norteadora dos processos de formação do eu e da gênese dos afetos. A pergunta que nos guiou para este capítulo foi: como é que nos relacionamos e quais afetos estão em jogo nessas relações? E mais: o que buscamos quando amamos?

Para tanto, buscamos mobilizar conceitos que nos fizessem pensar sobre a constituição dos sujeitos, considerando o “tornar-se” da teoria psicanalítica lacaniana quanto o “tornar-se” das relações de sentido e de poder, portanto, o tornar-se discursivamente. Na psicanálise, parto desde o estágio do espelho para pensar a fundação do eu, bem como o marco das relações simbólicas e imaginárias que estabelecemos com o outro e com o mundo a partir da entrada na linguagem. Neste capítulo, escancaramos os afetos e os colocamos em jogo, considerando que a relação com o outro, assim como estar no laço social comporta em si mesmo um certo mal-estar. Consideramos ainda que os afetos são efeitos, efeitos de discursos produzidos e significados cultural e socialmente na relação com a história. Amor, ódio, agressividade e violência. Estabelecemos uma passagem entre o amor imaginário, representado pela paixão e

sede do ódio e da agressividade para o amor simbólico, este tido como um dom, que não exclui os afetos outros, a diferença é que torna possível que estes voltem mediados pelo simbólico e pelo desejo.

A ideia do capítulo é elaborar que a nossa constituição se dá a partir da linguagem, do outro como alteridade constitutiva. Haverá sempre registros do outro em nós. A violência, neste sentido, aparece como tentativa cabal de submeter o outro, relegar o outro a inexistência, ao anulamento. Considero que, no que tange às relações nas quais a violência contra a mulher se apresenta, ampliar a interface Psicanálise e Análise de Discurso, com que trabalho, de forma a historicizar e politizar conceitos e elementos de uma teoria clínica. Como é próprio das pesquisas discursivas em Comunicação, realizadas pelo grupo Sensus, na UFJF, esse estudo deixa-se interrogar por outras disciplinas com autores provenientes da Sociologia, Antropologia, da História, e logicamente dos Estudos de Mídia.

No quarto capítulo, as discussões que propusemos nos capítulos anteriores nos dão embasamento para seguir com as interrogações à nossa materialidade, nosso objeto, qual seja: a fala das mulheres entrevistadas. Neste capítulo, utilizaremos do aparato teórico-conceitual da disciplina de Análise de Discurso (percurso Pêcheux-Orlandi) para nos aproximarmos das narrativas e enunciações/significações do sofrimento, da conjugalidade, do amor, da violência, da família dadas por elas. Em alguns momentos, recorreremos às músicas, campanhas, novelas e outros produtos de mídia, considerando que, a partir do momento que tomamos como pressuposto a noção de bios-midiático, há uma dispersão e circulação de sentidos e imagens sobre o ser mulher, a violência, os relacionamentos, o casamento, o sentir, o pensar e o agir.

Quando utilizamos nesta pesquisa o termo “mulher”, estamos nos referindo às mulheres que mantinham com seus parceiros homens uma relação baseada na heteronormatividade. Ainda que a Lei Maria da Penha caiba para outras modalidades de relações afetivas, tanto as entrevistadas quanto seus cônjuges ou ex-cônjuges estão dentro de um padrão de identificação e performatividade entre gênero e sexo biológico. Neste sentido, compreendemos que há modos outros de se relacionar afetivamente. Entretanto, nesta dissertação, ao me referir a mulheres e homens, estou dizendo sobre as relações baseadas na heterossexualidade.

2. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UM PERCURSO HISTÓRICO

Para pensar o tema da violência doméstica contra a mulher, é inevitável a construção de um percurso histórico. Para isso, apresentaremos um panorama geral sobre o tema, ponto essencial para a fundamentação de todo o trabalho. Trata-se de um tema interdisciplinar, ou seja, é uma questão que atravessa o jurídico, o político, o social, os setores da saúde e a comunicação. A violência doméstica ganhou visibilidade consistente no Brasil a partir do ano de 2006 com a aprovação da Lei Maria da Penha. Entretanto, para se chegar neste ponto, pensaremos as mulheres na história, do silenciamento em espaços públicos à gestão da sexualidade feminina, bem como as movimentações políticas que desestabilizaram sentidos pré estabelecidos sobre o ser mulher na sociedade. Trabalharemos ainda o percurso legislativo no Brasil até o momento da aprovação da Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio, considerado como o ápice, a forma mais grave da violência contra a mulher. Pensar no percurso legislativo permite situar a forma com a qual o Brasil lida com o tema da violência contra a mulher, tendo em vista a crucialidade de questionar os limites da justiça como discurso soberano da verdade.

2.1 MULHERES, HISTÓRIA E VIOLÊNCIA

A violência doméstica contra a mulher é um tema que atravessa diferentes campos de estudos sejam eles o político, representado pelo Estado que legisla sobre o tema e pelo movimento feminista, que reivindica direitos às mulheres; o social, o cultural, o campo jurídico, da saúde e midiático.

Antes de tudo, trata-se de uma violação nos direitos humanos que afeta mulheres e meninas no mundo inteiro. Na década de 80, foi considerada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como assunto de saúde pública mundial dada sua dimensão e danos que produz. Em 2021, mais de quatro décadas depois, foi considerada como uma endemia pela própria instituição (OPAS/OMS, 2021).

De acordo com o modelo da dominação masculina como aquele que controla e rege a instituição “família”, ao homem caberia corresponder ao modelo de virilidade, que o coloca em posição de superioridade em relação a mulher, devendo exercer uma postura forte, provedora, de liderança, racionalidade e, sobretudo, de dominação ao sexo oposto. Em contrapartida, a mulher é considerada passional, com tendência demasiada à loucura e à descompensação e que, por isso mesmo, deveria ser submissa, controlada e diretamente ligada aos serviços domésticos e familiares (HORNEY, 2022, SCHULLER, 2018).

Socialmente, as mulheres tiveram sua história contada não por elas mesmas, mas por homens que ocupavam o lugar de teorização sobre esse outro sexo. As mulheres eram restritas ao silêncio, sendo silenciadas socialmente, historicamente e sexualmente – este último, o mais negligenciado, sendo fortemente reprimido. Neste contexto, à mulher restou o silêncio. Silêncio para falar sobre si mesma e por si mesma, na impossibilidade de ocupar espaços públicos de debate e discussão.

Restou o silêncio porque ao mesmo tempo, foram silenciadas. Nestes casos, há uma especificidade do silêncio que foi nomeada por Eni Orlandi (2007) como a política do silêncio. Para a autora, o silêncio produz as condições do significar. Ele é o real do discurso, ele é múltiplo. É no silêncio que as relações de poder podem ser significadas.

A medida em que se trata do poder-dizer, o silêncio representa o poder e a política na retórica tanto da dominação e da opressão quanto do lado do oprimido e da resistência. Neste ponto, Orlandi destaca que há um campo vasto de investigação, como na relação entre índios e brancos, nas falas sobre a reforma agrária, por exemplo e também nos discursos sobre a mulher. Ou seja, durante a história,

A mulher foi escrita e falada pelos homens porque elas aparecem menos no espaço público, objeto maior da observação e da narrativa. Fala-se pouco delas e ainda menos caso quem faça o relato seja um homem que se acomoda com uma costumeira ausência, serve-se de um masculino universal, de estereótipos generalizantes ou da suposta unicidade de um gênero: a mulher (PERROT, 2005, p.11)

Nos discursos sobre a mulher, o que temos em exercício é a política do silêncio, diferente do silêncio fundador (este, significa por si mesmo), que se caracteriza pelo fato de que “ao dizermos algo, apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada” (ORLANDI, 2007, p.73). É através da política do silêncio e do poder-dizer que expressões como “tomar a palavra”, “tirar a palavra” e “dar palavra” se materializam.

O ato de violência é tomar a palavra do outro, tirar a possibilidade da palavra do outro. Silenciar mulheres na história é corresponder, de acordo com Perrot (2005, p. 9), ao padrão que indica que o silêncio seria o comum das mulheres porque “ele convém à sua posição secundária e subordinada. (...) Bocas fechadas, lábios cerrados, pálpebras baixas, as mulheres só podem chorar, deixar as lágrimas correrem como água de uma inesgotável dor...” (PERROT, 2005, p. 9).

O acesso à educação também era restrito às mulheres, que não deveriam ocupar outros espaços senão os espaços domésticos. De acordo com a psicanalista Maria Rita Kehl, as mulheres só aprenderiam aquilo que fosse autorizado pelos homens e “aos pais, maridos e educadores parece mais conveniente que a mulher se mantenha ignorante – o que equivale, no pensamento oitocentista, a manter-se inocente sexualmente e maleável socialmente” (KEHL, 2008, p.12).

Se o discurso produz sujeitos, pode-se dizer que este lugar de silêncio, cujo único lugar a dispor das mulheres fosse a casa e a maternidade, produziu identificações. Ou seja, as mulheres não aceitaram ou foram submetidas passivamente: ser a rainha do lar, a dona de casa e objeto de sedução, paixão e loucura dos homens se constituía como um lugar de reconhecimento possível para as mulheres. Conferia praticamente um sentido de existência (KEHL, 2008).

Entretanto, cabe ressaltar que:

não significa que maternidade e casamento tenham sido destinos impostos a uma multidão de mulheres infelizes, contra o seu desejo, mas sim que sejam caminhos estreitos demais para dar conta das possibilidades de identificação a outros atributos e escolhas de destino, tidos como masculinos, que começavam a se apresentar ao alcance das mulheres com a crescente circulação de informações e de contatos exogâmicos, produzidos pela modernidade (KEHL, 2008, p. 75).

Quando as mulheres aparecem contadas na história, é pela via do estereótipo ou teatralização. Foram as próprias mulheres que se interessaram em saber e contar sua própria história a partir dos primeiros clubes de mulheres que deram origem ao movimento intitulado por sufrágio e que veio a se tornar o que chamamos por feminismo, produzindo sua própria teoria e reflexão crítica.

O feminismo aparece como um movimento libertário, que não quer só espaço para a mulher – no trabalho, na vida pública, na educação –, mas que luta, sim, por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que esta última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo. Aponta, e isto é o que há de mais original no movimento, que existe uma outra forma de dominação – além da clássica dominação de classe –, a dominação do homem sobre a mulher. (PINTO, 2010, p. 16).

A organização do movimento feminista no Brasil produziu efeitos políticos importantes, mas antes de nos aprofundarmos no histórico de conquistas jurídicas e políticas, cabe pensar

em como se daria essa relação de dominação dos homens sobre as mulheres. Em outras palavras, o que buscamos questionar é: como é que homens e mulheres se relacionam entre si?

2.2 SER MULHER, UMA CONSTRUÇÃO

Neste subcapítulo, consideramos delinear alguns trajetos teóricos de produção de saberes sobre o ser mulher. Seguimos com a linha de que o discurso produz sujeitos e, nesse caso, convidamos aqui a psicanálise a sociologia e a teoria feminista, que se encontram e coincidem no ponto de um ser mulher ou de uma feminilidade e identificação que são construídas, tendo seus sentidos produzidos em diversos meios. Para tanto, recorreremos à Muniz Sodré, tendo como pressuposto teórico o conceito de bios midiático – a ser explicado mais adiante.

De Maria Rita Kehl (2008) ao analisar na literatura *Madame Bovary* e Kyla Schuller (2018)¹ ao analisar romances e manuais médicos e científicos, a aposta é de que a construção da feminilidade e a pedagogia dos afetos se dá também a partir/nas mídias da época: imprensa, literatura, os tratados científicos e médicos. De acordo com Narvaz (2010), a Psicologia como campo científico de produção de saber, construiu diversas teorias e reflexões acerca da origem das desigualdades de gênero. Neste sentido, as discussões propostas pelo “campo Psi” produziram discursos que reverberam ainda na atualidade sobre a “constituição da subjetividade e da sexualidade humana”. Para Saffioti (2004), dois foram os grandes nomes que redefiniram toda a configuração política e social no século XX. Foram eles Freud e Marx que, cada um em seu campo e a seu modo, trouxeram questões importantes para a época que em que viviam.

A Psicanálise produziu saberes e discursos, instituindo um novo modo de observação do ser, mas também desestabilizando discursos muito bem fundados na época como o da psiquiatria, por exemplo. Instituiu a existência do inconsciente e com seu enunciado de que “o eu não é senhor em sua própria casa” (FREUD, 2010 [1917], p.186), causou certo rebuliço no meio científico, médico e histórico da época. Os estudos do psicanalista giraram em torno do sofrimento humano, atravessado necessariamente pela sexualidade e pela sua relação com a civilização.

Na psicanálise, o sexual é da ordem do irrepresentável, do sem palavra, enigmático e causa de angústia. E nós, homens e/ou mulheres inventamos algo para dar conta, fazer borda à

¹ Trabalharemos em mais detalhes o que propõe a autora sobre a produção da feminilidade no capítulo 3, “Afetos em Discurso”

essa angústia. Em outras palavras, todos nós inventamos algo sobre nós a partir de nossa própria história para nos defender desse algo que é irrepresentável.

Em Freud, resumidamente, pode-se encontrar certa diferenciação entre “ativo” para o masculino e “passivo” para o feminino. Já na proposição lacaniana, masculino e feminino são as posições que o sujeito assume no discurso, posições diante do Outro. Esse Outro não se trata apenas de um Outro encarnado, representado pelas figuras maternas ou paternas, mas também do social e de tudo o mais que possibilitaria a formação do ‘eu’ enquanto pertencente à uma cultura, sendo um ser de linguagem. Já a masculinidade e a feminilidade são da ordem de uma construção imaginária e fictícia que constrói o “eu” de acordo com os ideais culturais de gênero, dizendo também de como o sujeito se posiciona na própria subjetivação em relação ao “falo/falta/desejo”.

Assumir o semblante masculino e de virilidade, por exemplo, significaria não apenas assumir uma ordenação psíquica, mas refere-se também às normas sociais que permitem ao homem se situar na cultura. Há um Ideal do eu, conceito também lacaniano que recorreremos aqui para pensar sobre a construção de um ideal de homem e, conseqüentemente, de mulher, localizado no campo do Outro. Isso significa que o ideal tenta garantir que os sujeitos se sustentem e se assumam em seu sexo para a manutenção de uma aparência ilusória. Lacan (1999 [1957-58], p. 302) assinala que o Ideal do eu teria uma função “tipificadora no desejo do sujeito”, ligada à “assunção do tipo sexual” (Ibid. p.302), ao orientar as “funções masculinas e femininas” não apenas para levá-las ao ato sexual, mas também “na medida em que comportam toda uma modalidade de relações entre o homem e a mulher” (Ibidem).

O termo doméstico é associado ao que é domesticável, controlável, dócil, ameno, afetivo, frágil, delicado e, por muitas vezes, infantilizado. Assim é o ideal de mulher construído e perpetrado na sociedade entre os séculos XVIII (até, ainda) o século XX por diversos campos de discussão: a psicanálise, o saber médico, político e educacional. Ou seja, a criação das mulheres (e dos homens) era feita de maneira a reproduzir (e a manter) estes padrões tanto na família quanto na escola, de modo a seguir normas e critérios utilizados de maneira a dizer o quanto cada menino/menina, homem/mulher está mais ou menos próximo da “norma desejada”, do comportamento esperado para o homem e para a mulher (DEL PRIORE, 2005).

Durante o século XIX, a criação de estudos e discursos sobre o sexo levaram à construção de diversos saberes, que colocaram em disputa a instituição de sentidos e modos de existência, produzindo ainda sentidos sobre o que seria ser mulher e o “enigma” posto entre a mulher e o sexo. Durante muito tempo na história, tanto a sexualidade quanto o desejo feminino foram tidos como elementos a serem controlados, governados e reprimidos. Se localizarmos

neste contexto os estudos sobre a histeria em psicanálise, poderíamos pensar na histeria como um sintoma simbólico de uma época, como uma resposta à uma organização social burguesa e conservadora. Pois, como nos recorda Zanello (2020, p.22), “há a necessidade de qualificar a linguagem e a cultura na mediação da formação de tais sintomas.”

Neste momento, o sexo deveria ser realizado com o objetivo de conceber filhos, de modo “responsável e autocontrolado”. Qualquer atitude ou posicionamento das mulheres que contrariasse o amor e a maternidade, ou seja, aquilo para o qual as mulheres eram feitas, diria inclusive de uma questão de saúde ou um desvio (GIDDENS, 1993).

Sendo assim, as mulheres que buscavam prazer sexual eram taxadas como promíscuas e anormais, o que faz com que, historicamente, o corpo feminino tenha sido já definido em um dado regime de produção, econômico, simbólico. É um corpo outro, estranho e tido como mercadoria (GIDDENS, 1993; FERREIRA DA SILVA, 2019).

A noção biológica que define o gênero e que aposta na diferença sexual de acordo com a anatomia foi questionada pelas feministas que, de acordo com Scott (1986) propuseram que a discussão fosse realizada sob uma ótica social das relações entre os sexos. A autora destaca que o termo “gênero” possui vários sentidos de acordo com o campo que o tema é tratado, sejam eles historiadores, sociólogos e representantes do movimento feminista.

No caso do movimento feminista da década de 80, o uso da palavra foi atribuído para se referir exclusivamente às mulheres, fato que se repete ainda em muitas discussões. Scott questiona a substituição do termo “mulheres” pelo termo “gênero”, explicitando que gênero abarca tanto os homens quanto as mulheres. De acordo com a historiadora, excluir os homens do debate seria como demarcar ainda mais o limite entre ambos, retirando o caráter relacional da construção das figuras masculinas e femininas (SCOTT, 1986).

Ao que Freud atribuiu a anatomia e sua representação na psiquê, Lacan endereçou às posições no simbólico a partir da relação do sujeito com a linguagem. Isto é, os gêneros masculino e feminino diriam de sua forma de ser no mundo, do seu posicionamento enquanto sujeito e, portanto, são construções subjetivas (SCOTT, 1990). Em relação às construções subjetivas da identidade e ao modo de se posicionar correspondente a um gênero ou outro, Butler (2003) traz as noções de identidade e de performance. A filósofa propõe, a partir da interlocução com Michel Foucault, que o gênero é um modo de produção de poder, expandindo o diálogo acerca das concepções meramente biológicas ou sociais de gênero.

De acordo com Michel Foucault (1987), o poder atravessa todas as relações que estabelecemos. O poder se dá em ato, sua dimensão não tem caráter fixo ou estático, devendo ser analisado no complexo campo das relações: as relações de poder. Dentre elas, podemos citar

as relações amorosas, que se constituem um campo de circulação de práticas cotidianas de poder, ou seja, de micropoderes. As relações de poder são dinâmicas e assimétricas e, mesmo que apontem para estratégias de dominação, a configuração pode mudar e se desequilibrar, estabelecendo uma nova relação de poder. No caso das relações que envolvem violência, a assimetria dura por mais tempo. O poder não circula, e se concentra na mão de Um que detém o saber na relação (FOUCAULT, 1987).

No campo da sexualidade, conforme discutido por Foucault, há uma historicidade, sendo esta, portanto, uma construção social de “uma descrição geral para a série de crenças, comportamentos, relações e identidades” (WEEKS, 2008, p.29). A sexualidade se expressa através do corpo, assim como o poder. O corpo produz, reproduz e materializa discursos e sentidos. A dinâmica do poder objetiva, de acordo com o que destaca Santos (2016), em interface com o discurso foucaultiano: corpos dóceis, úteis, produtivos, controlados e disciplinados, necessários ao bom funcionamento da economia e à manutenção do poder disciplinar, que domina as mulheres.

Neste sentido, haveria o corpo feminino e o masculino, cada qual construído de maneira a corresponder e a enunciar uma suposta essência. Homem e Mulher são, na ordem da linguagem, os primeiros significantes nos quais fomos inscritos e a partir dos quais nos posicionaremos no campo do simbólico e do social, ainda que ao longo da vida, o quanto estaremos identificados ou não com a posição sujeito no discurso homem – mulher, pode variar. Do momento em que uma mulher está grávida, à celebração – ou não – pela descoberta do sexo: menino ou menina? que, na atualidade, vem sido representado pela prática que se popularizou do chamado “chá revelação”², os sentidos estão já aí. Antes de dizer, já somos ditos. Isto é, os campos de possibilidade de construção da identidade, do desejo, de como desejamos e nossa forma de subjetivação já são anunciados, sugeridos, promovidos, regulados, mas também negados ou condenados (KEHL, 2008).

A construção da nossa identidade demanda que nos reconheçamos numa determinada posição-sujeito e formação discursiva, visto que, de acordo com Louro (2008, p.6) “reconhecer-

² A prática que surgiu em 2008 nos Estados Unidos e que se popularizando no Brasil em meados de 2015 ocorre para celebrar a “descoberta” sobre o sexo do bebê. Algumas polêmicas, entretanto, também passaram a surgir dado que a reação dos pais passou a chamar a atenção. Seja pela celebração ao saber que será um menino quanto da decepção explícita ao ser uma menina. Antes de desejar, somos desejados no campo do Outro (ideia a ser mais explorada no capítulo 3). O que faz pensar questionar, sobretudo, sobre como as meninas antes mesmo de nascer são inscritas no campo do desejo do Outro que, necessariamente é o outro de linguagem, cultural e político. Veja mais sobre essas reações em: <https://revistacrescer.globo.com/Gravidez/noticia/2020/08/pai-deixa-cha-revelacao-apos-descobrir-que-seu-bebe-seria-menina-tudo-o-que-senti-naquele-momento-foi-muita-frustracao.html>; <https://revistacrescer.globo.com/gravidez/enxoval/cha-de-bebe/noticia/2023/01/pai-e-criticado-por-comemoracao-descontrolada-durante-cha-revelacao.ghtml>;

se numa identidade supõe responder afirmativamente a uma interpelação e estabelecer um sentido de pertencimento a um grupo social de referência.” É neste contexto que Butler questiona a identidade de gênero por meio do sujeito do feminismo, que, como movimento e instituição, insere-se também na lógica das relações de poder citadas por Foucault a medida em que produz saberes e verdades.

O sujeito do feminismo é a mulher e, neste sentido, o questionamento de Butler (2003) se dá sobre a impossibilidade de conceber a categoria “mulher” dada inexistência desse sujeito enquanto *uno*, ainda que colocado no plural, “mulheres”. Para Butler, tanto a identidade feminina quanto a masculina são construídas a partir de uma performance, ou seja, por meio da repetição de gestos, atos e práticas discursivas cotidianas que, com o tempo se materializam. Isto quer dizer que o significante “mulher” e o significante “homem” só podem ter significados dentro de uma cadeia de outros significantes, representados por gestos que podem ser exemplificados como as posições que o sujeito ocupa, as narrativas que conta, os modos de sentar, agir, mover o corpo, se vestir, falar, sentir, desejar, amar (BUTLER, 2003; EIDELZTEIN, 2018).

De acordo com Sodré (2002, p.16), todas as sociedades de algum modo constroem “por pactos semânticos ou semióticos” o que o autor nomeou como “regimes auto representativos ou de visibilidade pública de si mesma” (SODRÉ, 2002, p.16). Neste sentido, falar de “homens” e de “mulheres” no século XXI, é historicamente e temporalmente diferente de falar de “homens” e “mulheres” no século XIX. Os sentidos se deslocam, se (re)produzem e se atualizam. A noção de igualdade de gênero, a emancipação das mulheres produziu mudanças nos modos de relação, que produziram também efeitos nos modos de subjetivação.

Isto nos faz pensar que existem elementos que formam os sentidos de si e do ser mulher que fazem parte do grande Outro, mas que são encarnados no marido, na família, nos amigos, em como se reconhece na profissão e também através daquilo que se ouve nas músicas, se vê nas novelas, se lê nos livros. Tudo isso partindo também de manuais de condutas, matérias de jornais, revistas femininas, que materializam sentidos que podem, de alguma maneira incidir na construção do sentido de sujeito. No caso desta pesquisa, produções e dispersão de sentidos da história e sobre o ser mulher.

Neste ponto, nos parece útil antecipar aqui, antes mesmo do capítulo das análises em específico, como estes processos incidem. Na entrevista, algumas questões eram: Você conhece a Lei Maria da Penha? O que te levou a procurar ajuda? Chama atenção, por exemplo, o que podemos ler nas sequências a seguir:

M16: é que assim, **a gente vê tanta coisa no jornal, né?”**

M18: foi como que eu fiquei sabendo da medida protetiva? Acho que **foi propaganda!** Alguma propaganda que eu tava assistindo aí falando da violência, que não sei o que, aí eu procurei **na internet** aonde que era aí eu fui seguindo **o mapa** e consegui chegar lá.

Muniz Sodré (2002) propõe a noção de ‘bios midiático’ para descrever a sociedade das mídias, que, de acordo com o autor, é uma sociedade fundada sobre o terreno da informação e que, nesta pesquisa, tomaremos como um pressuposto teórico. De acordo com o autor, o bios midiático coloca em jogo,

um novo tipo de formalização da vida social, que implica uma outra dimensão da realidade, portanto formas novas de perceber, pensar e contabilizar o real. Impulsionadas pela microeletrônica e pela computação ou informática, as neotecnologias da informação introduzem os elementos do tempo real (comunicação instantânea, simultânea e global) e do espaço virtual (criação por computador de ambientes artificiais e interativos), tornando "com-possíveis" outros mundos, outros regimes de visibilidade pública (SODRÉ, 2002, p.16).

O bios midiático gera um efeito reorganizador das relações de poder, prazer e saber. Tomá-lo, portanto, como um pressuposto teórico é levar em consideração que não é possível mensurar ou garantir que as mulheres entrevistadas tenham visto filmes, novelas ou escutado as músicas que compõem o cenário da época. Não tivemos acesso a quais campanhas e o que elas viram na televisão. Entretanto, não podemos negar, nesta linha, que muitos dos sentidos contemporâneos sobre o ‘si mesmo’ passam pelas redes, pela TV, pelo WhatsApp, Instagram. O cenário discursivo que se estabelece hoje é extremamente atravessado pelas mídias, que necessariamente faz com que hoje a condição de existência seja, por princípio uma condição midiaticizada.

O dizer está entre o já-lá da memória e o ainda a dizer da atualidade da formulação. Os discursos postos em circulação nesta época em que vivemos, em uma sociedade atravessada pelas ambiências midiáticas, compõem um cenário discursivo que constituem a espacialização da memória (ALVES, 2021, s/p). Não se tratando, portanto, de pensar propriamente a campanha ou a televisão enquanto objetos, mas de considera-los sob a visada da geração de efeitos de sentidos, assim como não se trata de individualizar as mulheres entrevistadas, mas de considera-las enquanto sujeitos de discurso.

Desta forma, os processos de comunicação não incidem apenas sobre os enunciados aqui destacados. Ao contrário, no terreno informacional de produção de sujeitos e sentidos do bios midiático, não é preciso uma menção direta aos meios para saber que na relação com a

memória e a história, o que, no capítulo 4 elas enunciam, já está nas condições de produção das ambiências midiáticas. Nos interessa considerar os discursos que materializam, como se filiam a certos sentidos em circulação sobre o ser mulher, o feminino, a violência, a lei, significações de si mesmas, do outro, do amor, do casamento.

Tudo isso um cenário em que o bios midiático está instaurado e que os sentidos produzidos já vêm midiaticizados, mobilizando circulação uma rede de sentidos que retratam a memória de uma época, trabalhando nas relações de forças e de poder que compõem uma combinatória de discursos, com temporalidades próprias, ao mesmo tempo que se encontram na atualidade (PÊCHEUX, 1995), o que pretendemos que fique mais claro com a formulação do capítulo que vem a seguir, onde buscamos retomar o trajeto histórico-legislativo da Lei Maria da Penha.

2.3 O PERCURSO DA LEI MARIA DA PENHA

De acordo com Viana (2013), no Brasil, a construção das discussões feministas que se propunham a refletir sobre o lugar das mulheres no contexto sociopolítico brasileiro têm como *locus* principal as universidades, contando com a participação efetiva de acadêmicos e intelectuais. Tem-se neste momento a caracterização do feminismo de classe média e sua demanda dizia respeito à emancipação da sexualidade, porém as mobilizações não ocorreram apenas no âmbito universitário. Havia também movimentações das mulheres que compunham movimentos sociais e de bairros, que debatiam a desigualdade de classe, o direito a creches, a violência contra a mulher, a saúde da mulher e a contracepção.

A hierarquia entre os homens e mulheres, torna os homens detentores do poder na sociedade tradicional patriarcal. Sendo assim, o Direito trabalhou sob o discurso hegemônico e conservador masculino durante longos períodos, legalizando e dando base para a manutenção da sujeição feminina aos homens. Ressalta-se o Código Civil de 1916, que, segundo Dias (2015, p.1), “transformou a força física do homem em poder pessoal, em autoridade, outorgando-lhe o comando exclusivo da família.”

A família considerada era a nuclear tradicional (pai, mãe e filhos) e só poderia ser concebida a partir da institucionalização do casamento. Foi neste contexto que a utilização de violência nas relações contra a mulher era condizente e permissível aos homens com vistas a manutenção destas instituições socialmente sagradas: o casamento e a família (GUIMARÃES, 2018).

Em nome dos princípios do casamento, da família e da honra, o dito homicídio passional teria sua pena abrandada sob o argumento de que o “criminoso passional” teria sido privado dos sentidos e da inteligência, dada comoção no momento da execução. A “mulher adúltera” por exemplo, transgredia os deveres do casamento e passava a ser considerada socialmente como uma mulher sem valor, sem lugar, desonrada.

De acordo com as Ordenações Filipinas, uma espécie de código penal válido de 1603 a 1830 no Brasil: “Achando o homem casado sua mulher em adultério poderá matar assim ela como o adúltero”³. Este documento, mesmo sendo válido legalmente até o ano de 1830, teve validade social por muitos e muitos anos, ecoando na formulação do dispositivo jurídico no Brasil (cujo padrão é patriarcal e com graves desigualdades de classe e raça) até os dias de hoje.

Uma cena marcante na televisão brasileira e que corresponde exatamente ao que autoriza e firma as Ordenações Filipinas é a cena da minissérie da Rede Globo, Gabriela (2ª ed. 2012) inspirada no romance de Jorge Amado: “Gabriela, cravo e canela” (1958) onde ao descobrir a traição de sua esposa Sinhazinha, o coronel Jesuíno mata a ela e o amante sob o argumento de estar lavando sua própria honra e é prontamente acolhido pela comunidade em que vivia em Ilhéus por fazer o que precisava ter feito⁴.

Naquela época, um homem que se sentia traído percebia uma sombra de desonra pairando sobre todos os princípios que sustentava. Adicionalmente, não se pode deixar de mencionar que, na instituição do matrimônio, a mulher era considerada como propriedade do marido e estava a ele submissa. Sob essa ótica, o sistema judiciário sustentava o entendimento de que um homem que, dentro desses parâmetros, ceifasse a vida de sua esposa, poderia efetivamente cometer esse ato motivado pelo sentimento de amor. Isso ocorreria no intuito de preservá-la de humilhações, rejeições ou da exposição à repreensão social, ao mesmo tempo em que protegia a honra de sua família. Em virtude disso, tal situação poderia culminar na absolvição do acusado ou em uma pena de natureza branda (GUIMARÃES, 2018).

Em 1962, no Estatuto da mulher casada, que “dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada”, a figura da mulher passa a ter um ar de representatividade a medida em que recoloca a mulher como “colaboradora” do marido na situação conjugal, como pode-se ler em seu artigo 233: “Art. 233. O marido é o chefe da sociedade conjugal, função que exerce com a colaboração da mulher, no interesse comum do casal e dos filhos (arts. 240, 247 e 251).” Entretanto, ainda

³ Ordenações Filipinas, Livro V: Título XXXVIII: Do que matou sua mulher, por a achar em adultério. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/15p1188.htm>

⁴ Para assistir às cenas citadas, acessar: EP 30: <https://globoplay.globo.com/v/2078762/> e <https://globoplay.globo.com/v/2078748/?s=0s>

dispõe sobre funções que lhe seriam permitidas “livremente” e outras que não, devendo-se agir sob o domínio do marido (BRASIL, 1962).

Foi, entretanto, no final da década de 70 que as discussões sobre a violência contra a mulher nas relações conjugais se acaloraram. O assassinato da atriz Ângela Diniz por Doca Street, homem pertencente à classe alta carioca em 1976 foi fato determinante para que as demandas do movimento feminista para a inclusão do tema da violência doméstica na mídia encontrassem lugar. O caso teve repercussão nacional. Doca, quando interrogado em julgamento responde que cometera o crime “por amor”. Utilizando-se da tese de legítima defesa de honra, sua pena foi atenuada, fazendo com que sua condenação fosse de apenas dois anos. Este julgamento foi anulado e, questionando a sentença e aproveitando a nova data para o julgamento, feministas da época se mobilizaram e lançaram o slogan: “Quem ama, não mata!” (SAFFIOTI, 2004).

A partir de então, na década de 80, mobilizações e discussões políticas sobre a violência contra as mulheres fomentaram a criação do Conselho Estadual da Condição Feminina, a Delegacia de Polícia da Defesa da Mulher e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. O impacto dos acontecimentos mobilizou também a mídia, fazendo com que a Rede Globo, no ano de 1982, produzisse uma série de mesmo título do slogan do movimento que ganhou o Brasil anos antes: “Quem ama não mata!”.

A Lei do Divórcio em 1977 também apresentou avanços quando deu à mulher a possibilidade de se desvincular legitimamente do marido e voltar a responder por si própria. Entretanto, esta inclusão e reconhecimento a passos lentos da mulher enquanto sujeito de direito não foi suficiente.

Durante muitos anos, a mulher divorciada não foi bem vista socialmente, sendo taxada como uma mulher que fracassou naquilo que era seu dever: a manutenção do casamento. Segundo Silva e Lunkes (2014), que analisaram o arquivo da Revista Veja sobre o imaginário da mulher divorciada, esta mulher chega às mídias como uma mulher “solitária”, “descasada”, “aquela que sofre” e conseqüentemente, impossibilitada de ser feliz novamente (SILVA; LUNKES, 2014).

Até então, pode-se dizer que havíamos tido iniciativas pontuais no que diz respeito ao direito das mulheres no Brasil. A Constituição de 1988, no entanto, foi o marco de maior destaque e importância, incluindo as mulheres no plano constituinte, assegurando a igualdade de direitos em sociedade e apontando para a consideração de outros direitos de cunhos trabalhistas como férias e a licença a maternidade. É o momento que dá à mulher, sob a égide do princípio de igualdade, a legitimação enquanto cidadã (FONSECA, 2021).

Desde 1988, novas formulações acerca da posição das mulheres na sociedade brasileira foram demandadas. Em 1995, foi instituída a Lei 9.099 de 1995, primeiro documento que dispunha de itens acerca da proteção da mulher em situação de violência, especificamente.

A Lei 9.099/1995 criou institutos despenalizadores que tornassem os processos mais céleres e informais, por meio da economia processual, a oralidade, entre outros princípios aplicados às contravenções penais, aos crimes cuja pena não exceda dois anos e delitos de lesão corporal leve e lesão culposa. As medidas principais aplicadas nestes casos são: o acordo civil, a transação penal, suspensão condicional do processo e aplicação imediata de pena não privativa de liberdade. (BARBOSA; BORGES, 2016, p.295)

Sendo assim, suas disposições não cumpriam com a seriedade e severidade necessárias aos crimes contra as mulheres, que, em sua maioria, eram extintos, o réu não poderia ser dito reincidente e, ainda, por ser considerada lesão corporal leve, os casos de agressão eram resolvidos com cestas básicas ou trabalhos comunitários (BARBOSA; BORGES, 2016). É sob esse plano de fundo nacional que as portas para a construção da Lei Maria da Penha foram abertas.

No contexto internacional, diversos documentos oficiais provenientes de organizações como a Organização das Nações Unidas (ONU) e relatórios da Organização Mundial da Saúde (OMS) abordam a temática dos direitos das mulheres e a problemática da violência de gênero. O Brasil é signatário de uma série de tratados que buscam proibir e criminalizar a violência doméstica, almejando abordagens abrangentes que englobam medidas preventivas, amparo legal e cuidados de saúde.

Entre os documentos relevantes, destaca-se a Declaração sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher, discutida e formulada pela Assembleia Geral da ONU em 1993, bem como a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, também conhecida como Convenção de Belém do Pará. Foi nesse cenário que o termo "violência contra a mulher" foi dotado de uma definição específica, conferindo-lhe um sentido claro e um direcionamento preciso para discussões e intervenções. Conforme a definição da ONU (1994), a violência contra a mulher compreende "qualquer ato de violência de gênero que resulte ou possa resultar em dano físico, sexual ou psicológico para a mulher, bem como ameaças de tais atos, coerção ou privação arbitrária de liberdade, tanto em âmbito público como privado".

2.3.1 LEI MARIA DA PENHA: A LEI COM NOME DE MULHER

No Brasil, a implementação das diretrizes propostas na Convenção de 1993 foi problemática pois, mesmo sendo signatário, o país e o próprio sistema judiciário têm forte traço de dominação masculina. Isto faz com que a direção de um olhar cuidadoso para os direitos humanos das mulheres não seja interessante até mesmo pela própria manutenção do sistema (LAURINDO; QUEIROZ, 2014). De acordo com Bourdieu (1989), o poder simbólico precisa de cúmplices para se manter, o que corresponde bem ao modelo sob o qual o sistema judiciário brasileiro foi constituído.

A Lei 11.340 é popularmente conhecida como Lei Maria da Penha e recebeu esse nome devido a um processo histórico de movimentações sociais e políticas. De acordo com informações do site do Instituto Maria da Penha⁵, Maria da Penha Fernandez, nascida em 1945 é farmacêutica e bioquímica. Em 1983, ela sofreu uma dupla tentativa de feminicídio (na época, homicídio) pelo marido Marco Antônio Viveros que atirou em suas costas enquanto ela dormia, deixando-a paraplégica e, quatro meses depois a manteve em cárcere privado e tentou eletrocutá-la durante o banho. Em 1994, Maria da Penha escreveu o livro “Sobrevivi, posso contar”, onde narra sua história e suas vivências no relacionamento violento com Marco Antônio.

Foram 19 anos até que o marido de Maria da Penha fosse condenado à prisão pela justiça. Cabe ressaltar que, na época, uma mulher não poderia simplesmente sair de casa porque o relacionamento não ia bem. Caso Maria da Penha decidisse sair de casa sem a conclusão das investigações, ela poderia ser indiciada por “abandono do lar” e perder a guarda dos filhos.

O primeiro julgamento de Marco Antônio foi em 1991, oito anos após a tentativa de matar Maria da Penha e o segundo em 1996. Em ambos ele foi condenado, entretanto, foram recursos e mais recursos que o faziam cumprir pena em liberdade. O silêncio do Estado Brasileiro chamou atenção de órgãos internacionais, quando o caso foi levado à Comissão Internacional dos Direitos humanos em 1998. Porém, isto não foi suficiente para que o Estado se posicionasse, o que fez com que o Brasil fosse condenado por negligência e omissão no caso de Maria da Penha. De fato, era assim que se tratava do tema da violência contra as mulheres no Brasil: em silêncio.

⁵ Biografia de Maria da Penha. Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/quem-e-maria-da-penha.html>

Por fim, com a aprovação da Lei 11.340 - Lei Maria da Penha, o Brasil passou a ter uma legislação específica, cujo objetivo era não permitir mais omissões ou silenciamentos por parte da justiça de uma questão social e de saúde pública. Até o ano de 2012, era possível que a mulher desistisse do processo e da denúncia com mais facilidade. Desde então, houve uma modificação na forma como a Lei MP é exercida, tornando o crime de violência doméstica como uma ação penal incondicionada. Ou seja, quem decide se o processo seguirá ou não será o Ministério Público (MILANEZ, 2020).

Até a Lei MP ser aprovada, a justiça se posicionava muito pouco em favor às mulheres. Isto significa que um caso de violência entre parceiros íntimos poderia ser resolvido com o pagamento de cestas básicas ou trabalho voluntário. A Lei Maria da Penha atua como um dispositivo inovador, abrangente e dispõe de diretrizes que visam coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher em níveis, federal, estadual e municipal.

Define, em seu art. 5º de maneira específica, que “configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” seja na unidade doméstica, no âmbito da família e em qualquer relação íntima de afeto. Traz ainda o detalhamento do que se referiria a cada tipo de violência categorizada, bem como as medidas de prevenção adotadas a partir de cada caso (BRASIL, 2006).

Sobre as demais disposições, a Lei Maria da Penha convoca o Estado para a criação de um sistema de atuação conjunta na proteção, prevenção e assistência, envolvendo o sistema jurídico, o âmbito de políticas públicas e alocação de recursos, a educação, conscientização dos homens e mobilização do sistema midiático. A este último, cabe coibir a reprodução de estereótipos de gênero pautados no machismo e na violência contra a mulher. A Lei destaca ainda a ideia de informação e educação como ferramentas potentes no combate à violência contra a mulher determinando “a promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção [...], voltadas ao público escolar e à sociedade em geral, e a difusão desta Lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das mulheres” (BRASIL, 2006)

A partir de 2006, fica então instituído que a Lei Maria da Penha e os instrumentos de proteção às mulheres devem ser amplamente difundidos, fazendo com que para além de uma questão jurídica e de saúde, a violência doméstica se constitua como uma questão para a comunicação. Os meios de comunicação são convocados, portanto, à reformulação dos sentidos e representações atribuídos à violência doméstica, deslocando e sinalizando novos sentidos do que se considera violência, o que reflete um outro estatuto dos direitos e da condição feminina.

2.3.2 A LEI DO FEMINICÍDIO

No ano de 2015, o Brasil sancionou a Lei 13.104/2015, a qual classifica como hediondos os crimes de homicídio cometidos contra mulheres. A implementação desta lei resulta no aumento da pena mínima para esse crime de seis para 12 anos, e da pena máxima de 20 para 30 anos. O termo feminicídio, assim, caracteriza o ato de assassinato de uma mulher precisamente devido à sua condição de gênero feminino (BRASIL, 2015).

A Lei do Feminicídio trouxe uma especificidade, já que se trata da morte de uma mulher em razão do seu gênero. É um agravante ao crime de homicídio. O feminicídio é uma estratégia radical de abolição e eliminação do sujeito. É a expressão máxima da violência e do ódio contra o feminino ou contra aquilo que ele causa. É quando as agressões físicas e psicológicas são insuficientes e é preciso degradar mais, rebaixar mais para que o controle possa ser exercido nas últimas consequências: o controle da vida e da morte (RIGUINI; MARCOS, 2018).

Em 2016, um ano após a aprovação da lei do feminicídio, a TV Globo lança a minissérie Justiça⁶, exibida entre 22 de agosto e 23 de setembro, no horário das 22 horas. Dirigida por José Luiz Villamarim e escrita por Manuela Dias, a série contou com 20 episódios, divididos em 4 histórias diferentes que, em certo modo, se interligavam pela temática comum: os diferentes sentidos atribuídos à justiça. O primeiro episódio corresponde ao luto de uma mãe, Elisa (interpretada por Deborah Bloch) que perdeu a filha vítima de um feminicídio. Desde o início, a narrativa em torno do relacionamento já demonstrava que Vicente era muito “explosivo” e “controlador” com Isabela, seja ao pedir que a noiva troque de roupa ou a questionar com quem ela tem ou deixa de estabelecer contato. Diferente da minissérie Gabriela, em Justiça, Vicente vai preso em regime fechado e cumpre uma pena de 7 anos.

Nas redes de memória, o que se percebe até aqui – e o que veremos mais adiante no capítulo quatro - é que as produções midiáticas absorvem e conduzem, na formulação dos personagens, símbolos que produzem sentido. As produções são afetadas pelos acontecimentos históricos, sociais e jurídicos da sociedade. Isto é, as produções são afetadas por aquilo que acontece com seu público ao mesmo tempo em que o que é tematizado nessas produções – novelas, filmes, são passíveis de se tornarem objetos de discussão entre o próprio público. Desta forma, em conformidade com os sentidos postos em circulação e instituídos juridicamente, “não são as personagens em si que interessam, mas elas tomadas como materialização de sujeitos

⁶ Mais informações sobre a minissérie em: <https://memoriaglobo.globo.com/entretenimento/minisseries/justica/>

reais (assujeitados, in-conscientes, ideológicos), em sua existência real (conflituosa, contraditória, dolorida... inapreensível).” (LARA, 2019, p. 401).

A nomeação, nestes casos, é uma forma precisa de designação. A Lei MP e a Lei do Femicídio marcam uma forma de nomeação, mas houve outras formas de nomear anteriormente. O feminicídio, foi reconhecido durante muitos anos como homicídio de mulheres. A tese de legítima defesa da honra, utilizada por Doca Street, por exemplo e, na relação com a memória, que faz eco às Ordenações Filipinas, foi considerada inconstitucional apenas em 1 de agosto de 2023.⁷ Em termos históricos, a violência doméstica foi – e ainda o é, como veremos no capítulo das análises, relacionada à um imaginário em torno da agressão física. A Lei MP reformula, portanto, em 2006 os tipos de violência e cria uma nova categoria: violência doméstica. Desde então, há uma gama maior de tipificações de violências que não se restringem apenas à violência física.

2.4 NOS LIMITES DA JUSTIÇA

Pode-se dizer que, embora o mecanismo de criar leis seja de extrema importância para dar lugar ao que outrora estava sob o véu da impunidade, não são elas que dão a segurança de que mudanças subjetivas ocorrerão. Neste sentido, ter a lei Maria da Penha ou a Lei do Femicídio não garante que as mulheres não mais sejam agredidas ou mortas. Ademais, o fato de, por exemplo, a Lei Maria da Penha ser um dispositivo jurídico extremamente completo e com uma visada antipunitivista, não garante mudanças desta amplitude no sistema jurídico e é preciso de ainda mais tempo para se ver deslocamentos no campo subjetivo e afetivo no que tange à construção dos modos de se relacionar.

O discurso jurídico é permeado pelas relações de poder e atua como produtor de verdades (em sua maioria incontestáveis), a medida em que traça firmemente o que é certo e errado; justo e injusto; moral e imoral; honesto e desonesto. E, de acordo com Pêcheux (1997, apud Sales, 2008, p.216), “essas noções fazem parte da memória discursiva, ou seja, algo que já foi falado antes, em outro lugar, congregando conhecimentos e crenças sobre o mundo em que o sujeito vive”.

Articulando-se com a posição saber-poder de Foucault, portanto, é evidente que o discurso da justiça é um forte ponto regulador, disciplinador, de gestão e de política nas relações

⁷ Leia mais em: STF decide que uso de legítima defesa da honra em crimes de feminicídio é inconstitucional <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/stf-decide-que-uso-da-legitima-defesa-da-honra-em-crimes-de-femicidio-e-inconstitucional/>

estabelecidas pela sociedade. Assim, não é mera coincidência que antes da Constituição tenha havido um percurso jurídico específico traçado para que as mulheres fossem reconhecidas como parte ativa da sociedade, dotadas de direitos e não mais escondidas por trás da figura masculina do pai ou do marido (BRANDÃO, 2011).

A violência doméstica é um tema cuja abrangência e complexidade vai muito além do cárcere ou das medidas protetivas que se possa conceder. Trata-se de incluir atividades educativas que discutam a igualdade de gênero nas escolas, trata-se de convocar a mídia para que se posicione diante dos estereótipos sobre a mulher, o homem e da violência. Trata-se ainda, e principalmente, de criar espaços de acolhimento, escuta e direcionamento para as mulheres em situação de violência e para os homens autores de violência.

Na psicanálise não falamos em uma verdade única e determinada do sujeito. Como dito anteriormente, homem, mulher, feminino e masculino são posições que de forma alguma são estáveis. “Daí o risco de se definir uma identidade específica às mulheres como vítimas, estabelecendo um discurso socialmente construído que limita sua capacidade de ação” (CERRUTI, 2007, p. 21). Do mesmo modo, ao dizer A mulher, corre-se o risco de definir uma única possibilidade de identificação, A mulher sendo uma única que representasse todas as outras e que, exatamente por isso, ao se dirigir a ela (s) como sujeito universal, o que se tem é a produção de sentidos genéricos que buscam circunscrever crenças e valores, como propôs Chiaretti (2008) ao analisar o discurso das revistas femininas, que cristalizam os sentidos do ser mulher, assim como o discurso jurídico, em sua tentativa de transparência e estabilização que produzem efeitos de sentido.

Isto é, ainda que em muitos casos a alternativa de encaminhamento seja o cárcere, é necessário e até mesmo uma prática ético-política que levemos em consideração os limites do exercício do judiciário. A justiça determina quem são os sujeitos de direito e pretende colocá-lo em seu devido lugar na civilização, ou seja, na cadeia de produção. É a justiça que determina o sujeito como “livre”, “culpado”, “capaz”, “vítima” e “agressor” (KASHIURA JR., 2015).

De acordo com a escritora e professora do Instituto de Justiça Social da faculdade de British Columbia, Denise Ferreira (2019), a justiça enquanto instituição reguladora e disciplinar une a lei à moralidade e marca um espaço entre as pessoas, sendo palco da diferença e da colonialidade. Assim sendo, favorece que haja ainda mais violência, principalmente ao tomarmos categorias sociais como o outro-negro, a outro-mulher, o outro-sexual (FERREIRA DA SILVA, 2019).

Considerar o recorte de raça e classe com o qual a justiça se faz, o que se defende não é que haja retrocessos quanto à aplicação da pena. Os homens devem ser responsabilizados pela

violência que cometem. O que está sendo aqui exposto é que a forma com a qual ocorre a aplicação da Lei ainda se referêcia aos modelos tradicionais, conservadores e punitivistas de intervenção mesmo havendo outras propostas para intervenções possíveis (PRATES; ANDRADE, 2013).

2.5 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FEMINICÍDIO EM NÚMEROS

De acordo com o Dossiê Femicídio do Instituto Patrícia Galvão (2016, n.p.), “suas motivações mais usuais são o ódio, o desprezo ou o sentimento de perda do controle e da propriedade sobre as mulheres, comuns em sociedades marcadas pela associação de papéis discriminatórios ao feminino, como é o caso brasileiro”.

O documento destaca ainda que no ano de 2010 se registravam cinco espancamentos a cada dois minutos; e em 2013 já se observava um feminicídio a cada 90 minutos e, em 2015, o serviço de denúncia “Ligue 180” registrou 179 relatos de agressão por dia. Atualmente, a taxa de feminicídios no Brasil é registrada como a 5ª mais alta do mundo. Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), a taxa de feminicídios é de 4,8 para 100 mil mulheres (ONU, 2016).

A Organização Mundial da Saúde estima que mundialmente, ao longo da vida, uma em cada três mulheres – 736 milhões – sofre violência física ou sexual por parte de um parceiro ou não parceiro (OPAS/OMS, 2021). A violência doméstica acarreta ainda diversos gastos públicos e privados, sendo considerada pela Organização das Nações Unidas (ONU) uma grande barreira ao desenvolvimento econômico, com os gastos podendo chegar atualmente a 2% do PIB mundial (ONU, 2017).

Em 2020, o mundo foi tomado pela pandemia do Coronavírus (Sars-CoV2). As medidas preventivas instituídas foram o fechamento do comércio, escolas e a quaisquer outros locais que favorecessem aglomeração, tendo como regras principais distanciamento e isolamento social. Dados do Observatório da Mulher contra a Violência (2020)⁸ relatam que as primeiras notícias de aumento dos índices de violência doméstica foram na China, seguidas por Itália, França, Inglaterra, Portugal, Canadá, Equador, Colômbia e Brasil.

Especificamente no Brasil, dados produzidos pela Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, indicaram que as

⁸ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/pdfs/violencia-domestica-em-tempos-de-covid-19>

denúncias feitas ao Ligue 180 aumentaram 14%, sendo de 37,6% o aumento no mês de abril em relação ao mesmo mês no ano de 2019 (ANTUNES, 2020).

O aumento da violência doméstica e do feminicídio coincidiu com os períodos de *lockdown* e isolamento social. Isto porque a consequência das medidas de proteção foi que as mulheres passaram a ficar mais tempo em casa, mais próximas de seus parceiros/agressores. O nível de tensão entre os casais aumentou consideravelmente, já que atividades do dia a dia como cuidado da casa, dos filhos e o trabalho passaram a ser exercidas conjuntamente em um mesmo ambiente. A ONU Mulheres chegou a declarar a violência doméstica como pandemia invisível, já que afetou mulheres de todo o mundo (ONU, 2020).

Estes números associados às tensões cada vez mais constantes nos relacionamentos tornam urgente uma reflexão e discussão sobre o tema da violência doméstica contra as mulheres. É o que pretendemos desenvolver neste trabalho. E, se tratamos neste capítulo sobre o silêncio, consideramos que escrever a história de mulheres, sobre a história de mulheres e ouvir a voz das mulheres se constitui como um ato político, sair do silêncio.

3. AFETOS EM DISCURSO

Antes de irmos até às falas das mulheres, nossas mulheres-sujeito, ou seja, antes das entrevistas propriamente ditas, parece-nos fazer sentido tecer algumas considerações sobre os modos a partir dos quais fazemos laço com o outro. E, neste ponto, falar em fazer laço é também pensar no modo como nos constituímos enquanto sujeitos, já que é mesmo na relação com o outro, envoltos num tecido de linguagem e inseridos no laço social que é como nos constituímos e formamos o nosso eu, divididos pelo inconsciente e pela ideologia. Esta relação não é pacífica ou harmoniosa, é permeada por construções imaginárias e simbólicas que fazem com que nela caiba uma gama de afetos que emergem entre a identidade e a alteridade, quais sejam: a agressividade, o ódio, o amor e a violência. E é este trajeto que buscaremos traçar a seguir.

3.1 NO INÍCIO, O ESPELHO

“É que Narciso acha feio o que não é espelho”

Caetano Veloso

“O estádio do espelho como formador da função do eu” (1998[1949]) é um dos primeiros textos onde Lacan trabalha a estruturação do eu, que ocorre em etapas de identificação e projeção. É o texto no qual os efeitos que se reconhecer em uma imagem tem para o sujeito são abordados e é a partir do momento em que se pode pensar em uma relação com o eu – pela via narcísica e com o outro. É a fase em que se pode falar sobre o aparecimento

do amor, mas também sobre o ódio e sobre as tensões agressivas e hostis que surgem a partir deste reconhecimento de si na relação com o mundo.

A função do estágio do espelho, nos diz Lacan (1998[1949], p.100), seria a de estabelecer a “relação do organismo com sua realidade”, do bebê com o outro, responsável por fazer certa passagem e intermediação cultural desse [eu] para o social (LACAN, 1998[1949]).

Reconhecer-se não é um ato que se faça sozinho. Num primeiro momento, o bebê é incapaz de se reconhecer separado, diferente do outro e digamos que, em relação ao corpo materno, vive um estado de simbiose. Ao olhar um espelho, a imagem que o bebê vê é fragmentada, não há uma unidade corporal ou psíquica, a imagem não tem sentido, é indiferente.

Até que possa se localizar entre o que é o eu e o não eu, o bebê se confunde com o outro, o outro do espelho. A libido é direcionada para a própria imagem e é neste sentido em que se pode dizer que na constituição psíquica, o primeiro objeto de amor é narcísico, isto é, o primeiro objeto de amor a imagem de si mesmo, que ganha status de eu-ideal.

A vivência da realidade é através do outro, ele vê um duplo que faz tudo o que ele faz: imaginariamente, tudo o que acontece pra ele, acontece pro outro semelhante, tratando-se de uma reciprocidade absoluta. Há nesse período o que Lacan nomeou como transitivismo, que faz com que a ação do outro e a sua própria se equivalham, em uma instabilidade especular entre a criança e o semelhante: “Ele diz Francisco me bateu, quando é ele que bateu em Francisco.” (LACAN, 1996 [1953-54], p.196).

É a imagem do outro que o sujeito toma para si, mas essa forma, como bem pontua Lacan (1996[1953-54], p. 197) só pode ser feito no estado de forma vazia. Considerando a maturação e o desenvolvimento do bebê, a imagem do corpo formado antecede a unificação de seu próprio corpo. Nos momentos em que o bebê e a imagem do espelho se correspondem, nesse momento de identificação, há o amor e a fascinação por aquilo que se vê. Entretanto, há momentos em que a imagem supera o eu, fazendo surgir uma tensão agressiva e uma rivalidade radicais entre o sujeito e o outro, na qual o sujeito se verá frequentemente aquém da imagem de seu semelhante, do eu-ideal. A esse movimento de troca com o outro, Lacan vai dar o nome de *báscula*.

No estágio do espelho, há um reconhecimento na imagem que vem do Outro enquanto autoridade subjetiva para aquela criança e é a partir disto que, decisivamente, a imagem adquire

um lugar e um valor simbólico. É a partir da nomeação daquela imagem, quando o grande Outro diz: “este é você”, é que o bebê, em estado de júbilo passa a se reconhecer, atribuindo-se ao olhar do Outro a função de firmar, nomear e autenticar aquele corpo que o bebê vê no espelho.

São três: o bebê, a imagem e o Outro. Nesse sentido, podemos dizer que o espelho ao qual nos referimos até aqui não é somente o espelho em si, mas, principalmente, o olhar do Outro, que já não é mais o outro semelhante, qualquer outro, mas trata-se de um ser de potência em um lugar de mestria para o bebê e que por isso se escreve em letra maiúscula.

Constitui-se aqui o Ideal-de-eu, que “é de onde o sujeito se verá, como se diz, como visto pelo outro – o que lhe permitirá suportar-se numa situação dual para eles, satisfatória do ponto de vista do amor” (LACAN, 1979 [1964], p. 253). É o Ideal-de-eu que coordena e rege todo o erotismo posterior e toda a nossa relação com os outros. O sujeito está, portanto, localizado entre o eu ideal e o ideal-de-eu, entre as relações imaginárias e as relações de linguagem.

Ao ser inserido na linguagem, o sujeito produz um sentido de si através de um mergulho nos significantes do Outro, isto é, a mensagem advinda da necessidade retorna ao sujeito produzindo um sentido. Como consequência, o sujeito aprende desde cedo que, para satisfazer suas necessidades deve-se curvar às palavras do Outro e é assim que ele entra na demanda do “ter que pedir” (LACAN, 1998[1949], p. 822).

A função desse Outro em nomear, entretanto, não é nova. Ela aparece muito anteriormente ao estágio do espelho e é de caráter decisivo, visto que desde o nascimento, o corpo do bebê é uma explosão de sensações inomináveis e possivelmente irreconhecíveis caso ali não tivesse a presença de um outro do cuidado que atribuisse sentido a tais sensações. Quem primeiramente encarna essa posição de Outro histórico é a mãe, que traduz, ouve o choro do bebê enquanto uma demanda e o insere no mundo da comunicação, ou seja, da linguagem.

Recalcati (2014, p. 24), irá dizer que a presença do Outro oferece uma “cidadania simbólica” à existência ao transformar o grito e o choro em palavra. E, ao responder o apelo do sujeito, “o Outro não se limita a tratar da satisfação de suas necessidades básicas - comer, beber, estar protegido do frio, lavar e cuidar -, mas cuida de seu desejo de se sentir reconhecido pelo Outro como vida humana, como uma palavra que só pode encontrar o seu significado na escuta do Outro” (RECALCATI, 2014, p.24). É o cuidado que introduz os signos de amor e é essa adição de satisfação, esse prazer além da necessidade que se funda a demanda, uma demanda dirigida ao Outro, a saber: demanda de amor.

É no nível do plano simbólico e, portanto, sob a regência do Ideal-de-eu é que o sujeito passa a poder se questionar sobre seu desejo. O desejo dos pais é projetado na criança e ela passa a buscar referências para tentar ser e corresponder ao que os pais (que ocupam o lugar do Outro) querem que ela seja. O sujeito passa a se perguntar: “como eu devo ser visto?” “o que o outro quer de mim?” E para que se faz estas questões? Para ser amado e admirado por este Outro.

A partir do momento em que o sujeito encontra lugar no desejo do Outro, ainda que em estado de alienação, é que ele pode passar a desejar. Antes disto, o sujeito está “no estado de puro desejo, desejo originário, inconstituído e confuso” (LACAN, 1996/1953-54, p. 198). Desta forma, só existe no nível imaginário e especular, alienado neste outro ideal ao mesmo tempo em que exige sua destruição. É a medida em que se estabelece a relação de linguagem, com o simbólico que as tensões agressivas e de destruição diminuem, já que se tratando da relação com o desejo do outro, a rivalidade e concorrência que aparecem, aparecem já verbalizadas.

Só podendo ter seu desejo enquanto desejo do Outro, o que encontramos é um enigma sobre o nosso próprio desejo e sobre o desejo deste outro. A questão: Che vuoi? (Que queres?) vem conjugada a questão “o que quer o outro de mim?” Então, quando se pergunta pelo desejo do Outro, está se perguntando também pelo desejo próprio.

E embora o sujeito tenha certeza de que há uma resposta que lhe dê um sentido último, trata-se de um grande mistério o qual ele vive tentando desvendar, para então poder servir-se de objeto ideal, agradando plenamente o outro. Aparece então uma outra pergunta: “e se, então, eu for o que completa o outro?” E aqui, utilizo como exemplo uma frase bem clichê: “quero ser o ar que você respira” ou “quero ser tudo pra você”, pois bem, mas ser tudo para o outro implica um desaparecimento de si.

A correspondência exata com o ideal, só é possível se o eu desaparecer, além do mais, tal busca faz existir um desejo de saber que nunca se realiza, já que é impossível haver uma garantia de que aquilo que eu dou ou o que faço é exatamente o que o outro quer de mim. É na ideia de haver perdido algo que nunca teve que o desejo é fundado e o sujeito passa a vida a buscar o reencontro que só pode ocorrer parcialmente.

Esse signo de satisfação plena e de inteireza é perdido. Entretanto, esse objeto, de fato, nunca existiu, a não ser no nível de uma “realização irreal, alucinatória” (LACAN, 1995[1967], p.15). Para Lacan (1995[1956], p.13),

A primazia dessa dialética coloca, no centro da relação sujeito-objeto, uma tensão fundamental, que faz com que o que é procurado não seja procurado da mesma forma que o que será encontrado. É através da busca de uma satisfação passada e ultrapassada que o novo objeto é procurado, e que é encontrado e apreendido noutra parte que não no ponto onde se o procura. Existe aí uma distância fundamental, introduzida pelo elemento essencialmente conflitual incluído em toda busca do objeto.

A relação do sujeito com o mundo será plena de ambivalências e ambiguidades a partir da construção dos ideais e das identificações imaginárias que estarão mais ou menos de acordo com a expressão de uma certa estrutura social, a saber, àqueles que estão ao seu redor principalmente nos primeiros tempos da infância (LACAN, 1998[1948], p. 92).

3.2 A AGRESSIVIDADE EM PSICANÁLISE

Neste momento, nossa introdução sobre o estádio do espelho buscou evidenciar que é no campo das relações com o outro que nossos afetos se constituem e é na relação entre a nossa constituição imaginária e a coincidência do simbólico que esses afetos podem ser elaborados. Para pensar o jogo de amor e violência que permeia as relações afetivas, nos serve elaborar o conceito da agressividade e, mais adiante, do amor.

Historicamente, a agressividade adquiriu destaque na civilização, assumindo um caráter simbólico, de aceitação social e tão estrutural quanto estruturante. Tratava-se de um elogio nas disputas em guerra por território e poder, sendo confundida comumente com a qualidade da força, além de ser considerada como uma característica importante na disputa pela vida e pela sobrevivência como na lei de que “só os mais fortes sobrevivem” da teoria da evolução de Darwin.

Lacan (1998[1948]) em seu texto sobre A agressividade em Psicanálise, escrito em um contexto histórico de pós guerra, irá pensar a agressividade como um dos “instintos de destruição, ou até mesmo de morte” (LACAN, 1998 [1948], p.102), comum e passíveis de serem acentuados em quaisquer relações do laço social, até mesmo a da mais samaritana ajuda. Ou seja, Lacan coloca a agressividade como um afeto irreduzível na humanidade, cuja tendência seria a de atravessar e se apresentar em diversos conflitos, principalmente se tomarmos o “cruel refinamento das armas que ele [o homem] fabrica, pelo menos no estágio artesanal de sua indústria” (1998 [1948], p. 108).

A agressividade, embora seja fundada no nível narcísico e imaginário, acompanha os seres humanos por toda a vida na relação com os outros do laço social. Estar em relação comporta um certo risco da possibilidade de uma “incidência despedaçadora na imago da identificação original” (LACAN,1998[1948], p.118). Imaginariamente, poder-se-ia identificar a aparição da agressividade por meio de uma intenção à agressão ou a partir de imagens de desintegração corporal. Lacan irá nos lembrar, inclusive, que tais imagens da agressividade serão encontradas frequentemente nos sonhos.

Contudo, para além do registro da civilização, a agressividade tem um relevante papel no processo de formação do eu do indivíduo, no texto ao qual nos referimos anteriormente, Lacan irá dizer que “A agressividade é a tendência correlativa a um modo de identificação a que chamamos narcísico, e que determina a estrutura formal do eu do homem e do registro de entidades característico de seu mundo.” Na posição narcísica, não há possibilidade de coexistência: Não se trata do eu E do outro, mas sim OU eu OU o outro, o princípio é o de exclusão. O outro é um risco à sua integridade corporal e de -eu- e a vivência do duplo é angustiante e plena de estranheza.

A ambivalência de um sujeito que é humano se trata da capacidade de direcionar amor e ódio ao mesmo objeto, fazendo habitar neste mesmo sujeito uma tensão conflitiva em relação à sua identificação e alienação no outro. É a própria identificação com o outro que torna possível que o sujeito experimente uma série de reações de pompa e altivez, “cuja ambivalência estrutural suas condutas revelam com evidência, escravo identificado com o déspota, ator com o espectador, seduzido com o sedutor” (LACAN, 1998 [1948], p. 116).

A experiência do ciúme e da rivalidade, da agressividade, do ódio e também do amor (ao menos o amor imaginário) só serão vivenciados pelo sujeito por meio das relações narcísicas. A sua constituição enquanto eu é plena de paixões e ambiguidades. Deste modo, pode-se dizer que a primeira paixão do sujeito é si mesmo, assim como ele mesmo é, neste momento da identificação primária estruturado também como seu primeiro rival.

A rivalidade com o outro é facilmente encontrada e ainda mais expressiva na infância, onde irmãos mais velhos sentem ciúme dos irmãos mais novos, no próprio transativismo, período no qual a criança bate em alguma outra criança, mas quem chora é ela própria. Bastaria observar as brincadeiras e fabulações das crianças sozinhas ou em companhia, diz Lacan, para “saber que arrancar a cabeça e furar a barriga são temas espontâneos de sua imaginação, que a experiência da boneca desmantelada só faz satisfazer” (Lacan, 1998/1948, p. 108).

É na rivalidade que o sujeito “rechaça para o mundo a desordem que compõe seu ser” (LACAN, 1998/1948, p. 117) e são as tensões conflitivas e a concorrência agressiva cristalizadas no eu do sujeito que, ainda que sublimadas, abrirão caminho para o despertar do desejo pelo objeto de desejo do outro, fundando a tríade do outro, do eu e do objeto. O que se encontra neste momento é a relatividade do desejo humano em relação ao desejo do outro e, retomando o estádio do espelho, se é na relação especular com o outro que o sujeito humano apreende sua forma, é também a partir do outro que apreende seu próprio desejo.

A ideia de que o desejo humano é o desejo do outro é utilizada por Lacan baseada na teoria Hegeliana e da leitura de Hegel realizada por Alexandre Kojève. Desejar o desejo do outro seria o que diferenciaria os seres humanos dos animais, dado que para os seres humanos, há algo que está para além da mera satisfação de uma necessidade: o ato de comer precisa ir além de saciar a fome. Nesse sentido, em função da manutenção de seu desejo humano, o homem nega e arrisca sua vida animal. Dito de outra forma, para que o ser humano possa apreender a consciência de si, é preciso que o desejo extrapole a coisa, o objeto da realidade e que não se satisfaça, fazendo com que, deste modo, como teoriza Kojève, “a única coisa que ultrapassa o real dado é o próprio desejo.” (KOJEVE, 2002, p.12).

Não tendo um objeto correspondente na realidade de satisfação plena do desejo, o que o sujeito alcançará serão objetos parciais que satisfazem parcialmente seu desejo em um movimento constante de alienação e separação, identificação e desidentificação, evidenciando que “o desejo como revelação de um vazio, como presença da ausência de uma realidade, é essencialmente diferente da coisa desejada (...)” (KOJÈVE, 2002, p.12).

A realidade humana só poderia existir como uma realidade reconhecida e para isso é necessário mais do que uma certeza sobre a realidade mesma ou sobre si, é necessário que haja um saber. O saber e a certeza de si só se constituem através do reconhecimento de outros seres humanos e, idealmente, o que de fato buscamos é o reconhecimento do outro, de todos os outros em uma unidade de desejos.

Todo desejo se constituiria como desejo de reconhecimento, a luta é pelo prestígio e pelo reconhecimento para saber quem reconhece quem. Trata-se de impor ao outro seu valor: “Desejar o desejo do outro é, em última análise, desejar que o valor que eu sou ou que represento seja o valor desejado por esse outro: quero que ele reconheça meu valor como seu valor, quero que me reconheça como um valor autônomo (...)” (KOJÈVE, 2002, p.14).

A batalha pelo prestígio e pelo reconhecimento representada na dialética do Senhor e Escravo de Hegel, na qual opera-se uma lógica de sujeição e dominação que diz da impossibilidade de haver dois senhores, ou seja, só há um que possui o valor supremo. Nessa luta, para se colocar como senhor (e ser reconhecido como tal), alguém precisa ser e trabalhar como escravo. Um e outro precisam ocupar posições e adotar comportamentos diferentes na luta. Caso contrário, arriscando a vida pelo desejo, um morreria ou os dois poderiam morrer.

Um se tornará senhor considerando a luta imprescindível e disposto a levá-la até o fim e o outro deverá ceder, tornando-se escravo ao se recusar arriscar a vida, sujeitando-se ao desejo do senhor – reconhecê-lo sem que seja reconhecido por ele. O vencedor, por fim, não mata o perdedor, mantendo-o como testemunha de seu prestígio. Reconhecer o vencedor como senhor é se reconhecer e se fazer ser reconhecido como escravo do Senhor. O senhor precisa do escravo para ter seu valor e existência reconhecidos assim como o escravo precisa do Senhor para a mesma finalidade.

O conflito entre Senhor e Escravo, segundo Lacan, fundamenta a função da agressividade na gênese humana, que comporta não apenas o reconhecimento do homem pelo homem, mas também uma negação daquilo que está em sua ordem natural (lê-se, a animalidade) e uma tirania expressas radicalmente pelo senhor e pelo trabalho do escravo. Lacan (2010) observará a reversibilidade das posições de amo e criado, tal como destacada na dialética de Senhor e Escravo de Hegel e a tornará aplicável à problemática da relação primordial do eu e do outro, pois “a posição fundamental do eu frente à sua imagem é efetivamente esta inversibilidade imediata da posição de amo e de criado” (LACAN, 2010 [1954-55], p.359).

A estrutura mais fundamental do ser humano no plano imaginário é destruir aquele que é a sede de sua alienação e tanto a agressividade como a rivalidade são comuns a toda pretensa relação com o outro. O imaginário comporta os instintos mais primitivos de agressão e de destruição do outro. O que media tais instintos é o simbólico, a palavra (LACAN, 2009[1953-54], p. 198).

Entretanto, o fato de a agressividade ser atenuada pela mediação simbólica não exclui as imagos fundamentais, constituídas neste tempo da infância. O eu continuará sendo a sede das paixões para além da fase infantil e as tensões agressivas, quando aparecem, retomam o despedaçamento originário do eu (LACAN, 1998 [1966], p. 126). Sobre a ideia do corpo despedaçado e pensando em um tipo de síntese que aponte de maneira satisfatória a relação do

eu, do outro, do objeto e deste despedaçamento, Lacan (2008 [1955-56]) em seu seminário sobre As psicoses dirá o seguinte:

É que o eu humano é o outro, e que no começo o sujeito está mais próximo da forma do outro do que do surgimento de sua própria tendência. Ele é originariamente coleção incoerente de desejos – aí está o verdadeiro sentido da expressão corpo despedaçado – e a primeira síntese do ego é essencialmente alter ego, ela é alienada. O sujeito humano desejante se constitui em torno de um centro que é o outro na medida em que ele lhe dá a sua unidade, e o primeiro acesso que ele tem do objeto, é o objeto enquanto objeto do desejo do outro (Lacan, 2008 [1955-56], p. 51-52).

A estruturação de uma comunidade se dá pela constituição de símbolos que obedecem às leis da linguagem e é pela palavra que o desamparo, a ameaça do despedaçamento do corpo e o vazio podem ser transformados. O ideal do eu assume função apaziguadora, conectando a normatividade da libido daquele ser em seu narcisismo primário com a normatividade cultural.

A partir e através do simbólico o indivíduo deve, por meio de uma “sublimação normativa” redirecionar sua libido em um movimento que o faz transcender a si mesmo, desalienando-se do eu e direcionando-se ao outro, o que faz com que ele seja, portanto, inserido na cultura. É a palavra que transforma o vazio em falta para que o desejo se constitua enquanto desejo de ser desejado. Sendo assim, é a palavra, portanto, que faz o desejo ser reconhecido como desejo.

3.2.1 O ÓDIO E A VIOLÊNCIA

é somente na dimensão do ser, e não da do real, que podem se inscrever as três paixões fundamentais - na junção do simbólico e do imaginário, essa fenda, se vocês quiserem, essa aresta, que se chama o amor - na junção do imaginário e do real, o ódio - na junção do real e do simbólico, a ignorância. (LACAN, 2009 [1953-54], p. 309)

Até aqui, nos propusemos a realizar um percurso que nos permitisse questionar sobre o jogo de amor e de violência nas relações. Começamos pela agressividade e, neste ponto, vemos que seja ainda necessário pensar, antes de chegar, enfim, no amor e em suas articulações no campo das subjetividades e da política, o ódio e a violência. No trecho recortado acima, das três paixões citadas por Lacan, trataremos apenas do ódio e do amor, lidas como paixões do ser e da pólis.

Pensar que o amor não comporta uma dose de hostilidade é tão ideal quanto impraticável. O laço social, este, que se faz com o outro é pleno de afetos desde a sua

constituição, como bem localizado desde o estágio do espelho. Lacan (1985[1972-73], p.199) irá dizer que a relação que se estabelece de um ser ao outro, não é uma relação de harmonia.

A medida em que se faz necessária a alienação ao Outro para que o sujeito possa advir, este Outro que é salvador e lugar de amor, se torna também uma figura hostil, a medida em que é inconsistente e até mesmo “inassimilável” no que tange a responder o enigma da existência do sujeito. E é exatamente pela quebra do ideal narcísico de completude, que o ódio aparece como um afeto de separação, já que demarca a impossibilidade do sujeito ser o que faltava ao Outro e, ao mesmo tempo, do Outro se constituir em resposta para a sua própria falta a ser. Há mal estar e angústia porque, ao constituir um vínculo com o outro, se admite que os ideais sejam furados e que a falta-a-ser, inerente a todos os seres humanos, seja escancarada.

Comentando este aspecto da formação do indivíduo proposta pela psicanálise, Butler (2017) irá dizer que a existência do sujeito se torna inviável sem um “apego apaixonado” por àqueles de quem depende e é esta paixão mesma que tornaria o sujeito exposto à “subordinação e exploração” (BUTLER, 2017, p.15). Nessa relação ambivalente com o grande Outro salvador e destruidor, o sujeito passa a ter uma parte de si que é estranha a si mesmo, que não domina e que retorna a ele de modo não apreendido totalmente pelo eu (RECALCATI, 2018).

As relações entre os seres humanos são constituídas como relações de poder. Assim sendo, se apresentam como relações que, por princípio, são assimétricas. Não há a possibilidade de uma relação, ainda que sejam as mais primárias como as relações familiares que se deem em perfeito estado de igualdade e equilíbrio. O mecanismo das relações e, especialmente das relações afetivas, é a circulação do poder entre um e outro.

Entretanto, embora seja fundamental que consideremos que as relações de afeto são relações de poder, não se pode perder de nosso horizonte que o limite é que tais relações se transformem em relações de dominação. Quando isso acontece, o poder deixa de circular entre o casal e a lógica passa a ser um estado de ceder e abrir mão de todas as coisas para servir unicamente um dos parceiros.

Há algo em comum entre as paixões da alma e da pólis. Isso significa que não há afeto no indivíduo que não encontre eco no meio em que está inserido, afinal de contas, as paixões são vivenciadas desde os tempos primeiros do bebê, este tendo seu eu formulado principalmente pelos pais, mas também pela escola, igreja e por outros discursos que compõem o social.

Segundo Lacan (1953-54/2009, p. 315), “já somos muito suficientemente uma civilização do ódio.” E complementa: “O ódio se reveste no nosso discurso comum de muitos pretextos, encontra racionalizações extraordinariamente fáceis.” (Ibidem,) Neste ponto, cabe observar que se na retomada do Estádio do espelho como formador do Eu, a figura dos pais represente o lugar de encarnação do grande Outro, eles não são os únicos. O eu é formado também de acordo com a ordem discursiva em que está inserido e isso tem que ver com a época, a história e a sociedade da qual ele passa a fazer parte como ser falante.

Ademais, embora o que Lacan teorize aqui sobre o ódio se situe historicamente no século passado, não há como desconsiderar o fato de que ainda vivemos em um sistema, em uma ordem discursiva que favorece a representação do ódio constantemente, vide a reprodução das armas, a ocorrência das guerras, a retomada do moralismo-conservadorismo, o racismo e também a violência crescente contra as mulheres, como pudemos ver em números no capítulo 1.

Tanto o campo da agressividade quanto do ódio, em uma leitura psicanalítica, possui uma dimensão imaginária, que tem na destruição do outro um dos componentes da estrutura das relações intersubjetivas. Mas engana-se quem pensa que o ódio se esvai com simples desaparecimento do outro. O que o ódio busca, ao mirar o ser do outro – ser no sentido de existência, é “o seu rebaixamento, a sua desorientação, o seu desvio, o seu delírio, a sua negação detalhada, a sua subversão” (LACAN, 2009 [1953-54]2009, p. 309).

A relação de intimidade é invasiva, pressupõe que quanto mais íntimo e mais próximo, menos ideal e mais possível é de se ver aquilo que há de mais estranho em nós. Lacan (1997 [1959-60], p.223) propõe uma releitura sobre o mandamento cristão de amar ao próximo baseando-se no texto de Freud, o mal-estar na civilização. Quanto mais me aproximo do outro, mais se torna possível reconhecer a maldade profunda que existe no próximo. Contudo, a maldade que eu vejo no próximo, se pensarmos em uma relação especular (do outro em mim e de mim que sou outro), também habita em mim.

Como trazido anteriormente, a hostilidade aparece a partir da inconsistência do outro que, conseqüentemente retorna a mim como algo estrangeiro e, portanto, ameaçador. Neste sentido, seguindo o que Lacan propõe, a proximidade do outro despertaria instantaneamente uma agressividade a qual o sujeito nega em si mesmo. Estaria aí localizada a dificuldade em amar o próximo. Recalcati (2012), ao comentar o questionamento sobre amar o próximo de Lacan, irá acrescentar que tal amor esconde um certo escândalo ao representar, na verdade, a

busca de querer o melhor para os outros de acordo com a concretização do que seria melhor pra mim, de acordo com a “lei de reciprocidade imaginária”.

A hostilidade e a satisfação vêm do mesmo objeto, que passa a ser odiado pela sua irreduzibilidade, pela insistência em ser outro, heterogêneo. Desta forma, a perfeita harmonia entre sujeito-objeto se torna impensável porque, de algum modo, sempre haverá no outro algo que o revele e marque sua posição em ser outro, desafiando a lei da reciprocidade, que é imaginária. Sendo assim, tanto o encontro perfeito do objeto que lhe trará as respostas sobre si, quanto o próprio objeto – a existência deste, só se dá no campo da fantasia neurótica.

O ódio-ciumento é um conceito que Lacan irá descrever no seminário XX, retomando uma cena que é descrita em diferentes momentos de sua obra, trazida sob os dizeres de Santo Agostinho: "Vi com meus olhos e conheci bem uma criancinha tomada pelo ciúme: ainda não falava e já contemplava, pálida e com uma expressão amarga, seu irmão de leite." (LACAN, 1948, p.117). Nesta cena, trata-se de uma criança que está sendo agraciada com o seio enquanto o outro está de fora, o que retoma a ideia imaginária de rivalidade especular, inserindo um “terceiro”, um “intruso” que “rouba” o objeto que supostamente era “meu”, além de instituir o desejo de possuir o objeto de desejo do outro.

3.3 POR QUÊ O AMOR?

No decorrer da história, o amor foi representado de diferentes formas e experienciado de modos tão diversos quanto. Estamos trabalhando aqui com um conceito que é histórico, discursivo e polissêmico. As significações do amor são constituídas de acordo com o tempo, a memória e os acontecimentos. Cada cultura diz e proclama o amor em sua forma, o que faz-nos pensar que o amor não é isento aos movimentos discursivos e históricos, mobilizando-se e tendo significações outras em tempos outros.

Estando advertidos das inúmeras imagens que foram e são constantemente produzidas sobre o amor, pensar esta experiência afetiva neste trabalho e, mais especificamente, as significações do amor para mulheres em situação de violência, permite-nos a aproximação do modo com o qual elas são afetadas pelo discurso do amor, assim como vivenciam o amor na relação de violência.

3.3.1 ENFIM, O AMOR

“Falar de amor, com efeito, não se faz outra coisa no discurso analítico” (Lacan, [1975] 2008, p. 89).

Relacionar amor ao mal estar, tem a ver com o que Freud nos traz em seu texto “O mal estar na civilização” (1930) sobre as nossas principais fontes de sofrimento. Seriam três àquelas que se destacariam: “a prepotência da natureza, a fragilidade de nosso corpo e a insuficiência das normas que regulam os vínculos humanos na família, no Estado e na sociedade” (FREUD, 1930, p.29).

As duas primeiras, seriam inevitáveis e inegáveis. Já a terceira, se trata do social, do laço com o outro. É a única fonte de sofrimento da qual poderíamos renunciar e nos prevenir caso fosse concebível a nós, seres humanos, evitar o outro e se excluir por completo da civilização. E é nesta forma de prevenção do sofrimento, segundo Freud, que fracassamos. Sendo assim, haveria algo em nossa própria constituição como sujeitos de natureza indomável que nos lança constantemente ao laço com o outro, às exigências ideais e culturais, tendo como resultado o mal-estar.

O amor na psicanálise tem relação com a transferência. Quando se fala em transferência, se está falando de amor, um amor no plano fantasístico, ilusório e imaginário. No seminário 1, Lacan irá dizer que “A estrutura desse fenômeno artificial que é a transferência e a do fenômeno espontâneo que chamamos amor, e muito precisamente o amor-paixão, são, no plano psíquico, equivalentes.” (LACAN, 1953/54, p.108)

Trata-se aqui do nome amor-paixão, pois este seria a nossa primeira forma de amor, esse que se dá pela via do imaginário, atravessando o estágio do espelho e se constituindo por uma via narcísica, tal como Freud já apontava em 1914 em seu texto Introdução ao Narcisismo. Entretanto, para Lacan, o amor não se configura apenas no plano imaginário, tendo também uma via simbólica de representação, sendo denominado como dom. O que interessa ao amor como dom ativo é o ser e é por isso que “não se pode falar de amor se não onde a relação simbólica existe como tal”. (LACAN, 1953/54 p.359)

No amor enquanto instância imaginária, o que se busca é inegavelmente a completude. Ali se localizam os ideais de amor e da relação, habitando também, como vimos anteriormente, as pulsões agressivas e ciumentas. Fazer do outro um objeto de completude, tamponar a falta e “distrair-se” do desamparo fundamental e da condição de ser faltante. De acordo com o psicanalista Joel Birman (1999), há algo de passional em toda forma de amor, acrescentando a existência de um modelo infantil e se dialogarmos aqui, com Lacan, poderíamos relacionar ao amor narcísico e imaginário, este que vai se constituindo desde as nossas relações primeiras.

Birman (1999, p.14), argumenta que o fantasma do desamparo gera uma dor que desestabiliza o sujeito de tal forma que, para se defender do horror desta possibilidade, aparecem as mais variadas formas de violência, seja na “luta entre os sexos” ou até mesmo nas guerras. Tudo isto viria em nome da manutenção do que o autor nomeou como “poder narcísico”. (BIRMAN, 1999, p.14).

A paixão seria um modo muito particular de amor, sendo entendida a nível das relações especulares e narcísicas. Não aleatoriamente, a busca pela manutenção pelo poder, se trate do poder narcísico, no campo imaginário. Único campo no qual a dualidade inexistente, pelo contrário, se torna ameaçadora. Sendo assim, as relações imaginárias poderiam ser desenhadas, como menciona Lacan (1956/57, p. 120, de “a-a”, único modo possível de se produzir reciprocidade entre um e outro – busca fundamental do ser apaixonado.

Lacan, no seminário XX, fala do amor enquanto desencaixe e como o que viria a fazer suplência à inexistência de um encaixe na relação sexual. Em outras palavras, da impossibilidade de fazer um. Todavia, considera que, a princípio, é preciso que tenhamos a ilusão momentânea de que algo se articula e se inscreve em harmonia para que o amor possa existir. Para que haja amor, segundo o autor, é preciso crer inicialmente na unidade de dois. Como menciona Lacan,

Nós dois somos um só. Todo mundo sabe, com certeza, que jamais aconteceu entre dois, que eles sejam só um, mas enfim, nós dois somos um só. É daí que parte a ideia do amor. É verdadeiramente a maneira mais grosseira de dar a relação sexual, a esse termo que manifestamente escapa, o seu significado (LACAN, 2008 [1975] p. 53)

A questão do amor se liga à do saber, embora diga de um saber que é suposto e que constituiria o dilema do amado e do amante: “Aquele a quem eu suponho o saber, eu o amo (LACAN, 1985[1972-73], p. 91). Estaria aí a ilusão inicial dos relacionamentos amorosos, da atribuição ao outro um saber sobre si. O que se idealiza é que “quem eu amo deteria o saber sobre mim, sobre o que me completaria e satisfaria plenamente”, mas o que se estabelece aí é uma relação de amor-engano, que será desvelada tão logo o casal se aproxime o suficiente para que isso aconteça.

Retomando a ideia da “dificuldade” de amar ao próximo, discutida anteriormente, quanto mais próximo de mim, mais assustador o outro se torna porque o risco é que se revele a minha falta e, mais ainda, que ao outro também falta, o que coloca subitamente em questão a ideia de

que o outro sabe, de que o outro detém o “agalma” e a chave do enigma que responderia a pergunta sobre o meu desejo, sobre o que o outro quer de mim e sobre o que me falta.

A frustração, neste caso, faz parte do ato de amar já que o que se espera do amado seja a completude e o que se receba seja a falta. No amor, o que se espera é que haja a perda de narcisismo, onde a tentativa do fazer um fracassa pondo em relação duas liberdades e, por isso mesmo, implica sempre em um certo risco da perda. E é a inadmissão da perda, e ainda a inadmissão de que ao outro possa faltar (ou saber o que me falta), que a ilusão do ser UM ganha seu estatuto, ainda que em certo nível, estejam todos cientes que dois não fazem um.

Manter-se no campo da demanda de amor, esta que idealiza a resposta e a reciprocidade é não atravessar o amor-paixão imaginário. A demanda de amor não cessa, dado que de nenhuma forma será plenamente satisfeita e, por sua insistência, pode ser extremamente sufocante dado que se exige a presença constante do outro como condição absoluta desse amor, elevando o objeto amado ao estatuto de necessidade. Tal constituição é avessa ao desejo, que exige como condição primordial a falta. Desta forma,

Ao incondicionado na demanda, o desejo vem substituir a condição “absoluta”: condição que deslinda, com efeito, o que a prova de amor tem de rebelde à satisfação de uma necessidade. O desejo não é, portanto, nem o apetite de satisfação, nem a demanda de amor, mas a diferença que resulta do primeiro à segunda, o próprio fenômeno de sua fenda (spaltung). (LACAN, 1998 [1958], p. 698).

Quando se demanda uma prova de amor, ela jamais corresponderá exatamente àquilo que se quer receber, já que a demanda estaria no nível do “a-a”, imaginário. Ceder à demanda é estar e se colocar permanentemente em um lugar aquém daquilo que lhe é pedido. A exemplo disto, em relações afetivas, principalmente em relações nas quais há uma dissimetria de poder – como é o tema deste trabalho, se um homem exige que uma mulher evite contato com pessoas que não lhe agradam e ela realmente o fizer, não significa que isso o satisfará. Haverá sempre uma outra prova de amor ou de fidelidade a ser exigida.

Na psicanálise, popularmente se utiliza a expressão “inferno da demanda” pra dizer disso que não cessa de aparecer, essas exigências infinitas do grande Outro. No que tange às relações amorosas, ao passo em que amar está relacionado ao saber, Lacan irá dizer que o homem poderá ocupar o lugar de um Outro que sabe, prestando-se a uma certa confusão com este Outro. A questão que se impõe é: “será que o Outro sabe?” (LACAN, 1985[1972/73], p.120) e, indo além: será que este homem sabe?

Frequentemente, em nossa civilização, temos a figura do homem sendo posicionada na história como Outro, grande mestre e detentor do saber sobre o que é a mulher e sobre a constituição de uma família, sem desconsiderar a família e o casamento como duas grandes instituições de poder. É com este pano de fundo que o jogo de afetividades se deslizará, o que não torna tão anacrônica o paralelo entre a figura masculina e o lugar do grande Outro, ao menos nas relações amorosas.

Na dimensão imaginária dos afetos, se o outro ao qual projetamos a imagem ideal responde, preenche e satura, correspondendo à nossa composição imaginária, o que se produz é este amor-paixão. Quando isto não ocorre e o outro frustra e fura este ideal previamente construído, emerge certa tensão destrutiva que poderia transformar o amor em ódio. Esta é uma das grandes ambivalências na psicanálise e também um dos grandes paradigmas do amor: sua relação ao ódio.

O amor e o ódio são componentes inerentes a todos os laços que constituímos no decorrer da vida. Lacan (1977/73, p.122) irá formular um neologismo, “amódio” ou “*hainamoration*”, pra dizer do quão próximos e interligados esses afetos estão. Se no amor o que se encontra é a suposição de saber, no ódio é negação ou destituição do outro como aquele que sabe. Entretanto, para ser destituído de um posto, ele precisaria tê-lo ocupado primeiro.

O problema, para o filósofo Slavoj Žižek, apareceria no momento em que o outro com o qual estamos em relação se aproximasse muito de nós, fazendo-nos “sentir sua proximidade sufocante” e até mesmo reveladora. “Neste momento em que o próximo se expõe demais a nós, o amor pode de repente se transformar em ódio” (ŽIŽEK, 2008, p.33, tradução nossa). Residiria aí, nos laços mesmo o mal estar ao qual Freud se referiu.

O que regula essas tensões tão bem produzidas pela dimensão imaginária, como já vimos aqui, é a dimensão simbólica. Afinal de contas, como pontuou a psicanalista Colette Soler (2016), ao comentar que o que faz laço é o discurso, menciona que é o dizer que enoda os seres e que faz produzir efeitos entre uns e outros, admitindo espaço para a existência do outro enquanto diferença radical. Com isto, certamente não restringimos o amor à sua manifestação apenas no campo do imaginário, abrindo passagem para falar da representação simbólica do amor. Esta, como dom ativo.

O amor como dom ativo contraria a ideia de reciprocidade imaginária, sobretudo no que tange à harmonia irretocável entre os pares, já que se trataria de conceber a relação a partir e apesar do mal entendido. Ao visar o ser do outro e não mais o idealizado, as particularidades e

especificidades do ser amado deixam de aparecer em primeiro plano. Tratar do amor enquanto dom, é dizê-lo de modo contrastante ao que se espera quando se ama alguém. Diz Lacan,

O desejo de ser amado é o desejo de que o objeto amante seja tomado como tal, enviscado, submetido na particularidade absoluta de si mesmo como objeto. Aquele que aspira ser amado se satisfaz muito pouco, isso é bem sabido, com ser amado pelo seu bem. (...) Queremos ser amados por tudo - não somente pelo nosso eu, como o diz descartes, mas pela cor dos nossos cabelos, pela pelas nossas mãos, pelas nossas fraquezas, por tudo (LACAN, 1953-54/2009, p.359).

Ao utilizar-se da expressão “ser amado pelo seu bem”, Lacan utiliza bem como sinônimo de dom. Isto porque, para ele, o amor se daria em um princípio de troca de bens, onde um tem algo que interessa ao outro e vice-versa. Seja o saber, seja a verdade, a ideia é que o outro possui algo que falta a mim, ao atribuir isto a ele, eu o amo – ao menos nos períodos iniciais da relação, como expusemos alguns parágrafos acima. Entretanto, como o engodo se localiza no fato de que assim como falta a mim, também falta ao outro, o que há nesta troca entre os pares é a falta, o nada e “o ciclo de dons vem ainda de outra parte, pois o que estabelece a relação de amor é que o dom é dado, se podemos dizê-lo, em troca de nada.” (LACAN, 1985, [1956-57], p.142)

Seria na troca entre “os nadas” que amar aparece ainda como uma das figurações na teoria lacaniana como dar o que não se tem a quem não o quer. Já que eu nunca sei o que o outro quer de mim, tampouco o outro sabe a chave e a resposta para o meu enigma. “O que falta a um não é o que existe, escondido, no outro. Aí está todo o problema do amor” (LACAN, 1992 [1960-61] p. 46). O princípio aqui não é o de amor fusional, mas sim o de desencontro.

O filósofo Alain Badiou (2013) irá assumir o amor como uma confiança depositada no acaso, sem garantias e desafiando o princípio da identidade, instaurando a possibilidade única de amar sob o viés da diferença. Ao comentar a ideia de Lacan de que o amor visa ao ser, acrescentará ainda que a mediação do outro tem valor em si mesma, é o ser do outro tal qual ele é. Questiona Badiou (2013): “O que é o mundo quando o experimentamos a partir do dois, e não do um?” (p.20). Ao assumir as diferenças, o amor vem como um encontro de duas subjetividades infinitas ao mesmo tempo em que, em sua relação com o tempo, se faz como construção.

O amor em seu exercício enquanto dom ativo, irá se deparar com o muro da linguagem e com a inexistência da relação sexual, nomeado também por (a)muro, outro neologismo criado

por Lacan. Este que impossibilita o encaixe perfeito, que se demonstra como certo limite ou um lembrete da falta. O muro que está entre um parceiro e outro é uma barra que vem dizer que além daquilo não se consegue ultrapassar. Entretanto, não ultrapassar não significa não ser possível de aprender a jogar com esse limite. Não ignorando-o, mas considerando-o e tornando-o parte da relação. Lacan (2011, p.95) argumenta que uma relação sadia seria possível “dentro dos cacifes da castração”, acrescentando o fato de que “é isso que é castrador” (LACAN, 2011, p. 95).

Nas relações em que não há o atravessamento da imagem ideal do outro, permanecendo no nível do amor imaginário, o fato de tomar o outro enquanto um outro diferente é frequentemente desconsiderada, anulada e experienciada sob o afeto da agressividade. Sustentar a incompletude e a falta, é topar o amor a partir do desencontro, do acaso e do risco, além de ser um atravessamento dos ideais narcísicos. Isto é experienciar a relação como construção, suportando a ausência do outro, sem a necessidade ou o desespero para ‘ser tudo o que o outro quer de mim’, tampouco de ‘fazer do outro aquilo que eu quero que ele seja’. Ambas as combinações são destrutivas do ponto de vista do amor como dom ativo e nada correspondentes ao movimento do desejo.

3.3.2 AMOR E VIOLÊNCIA?

“Nem o crime e nem o criminoso são objetos que se possam conceber fora de sua referência sociológica.” (LACAN, 1998/1950, p. 128).

No campo das relações que envolvem violência, principalmente a violência contra a mulher, encontramos muito mais o que seria idealizado de uma relação do que a construção da relação em si. É no imaginário que as paranoias ciumentas aparecem, que as histórias conspirativas são criadas e que o ódio é levado em suas últimas consequências, materializando-se na violência.

Violar é fazer uma imposição forçada ou tentar pegar algo por meio da força. No sentido Lacaniano, o ato violento seria lido como uma falha ou quebra no exercício simbólico. A violência e a palavra não podem ocupar o mesmo lugar e, utilizando-nos de uma metáfora: se a violência entra pela porta, a palavra se demite, sai pela janela. Desta forma, “o que pode produzir-se em uma relação inter-humana é a violência ou a fala” (LACAN, 1999[1957-58], p. 471).

Se violar é tomar a força em uma tentativa de aniquilamento e destruição do outro, da diferença e da possibilidade de um contorno pela via simbólica. A violência é a intolerância e

a insuportabilidade da existência do outro enquanto outro, livre e desejante em sua particularidade. Ao anular a existência de uma mulher e tomar dela sua palavra em uma tentativa de fazê-la calar e se submeter, o que ocorre é um movimento contrário ao do amor, ao menos no que se propõe pensar sobre o amor enquanto dom ativo e suporte da diferença.

Entretanto, há uma questão que ecoa: por quê um homem se autorizaria a bater em uma mulher? Não fazemos esta pergunta buscando uma justificativa que desresponsabilize o homem de seu ato, tampouco buscamos simplificar e reduzir o fenômeno da violência doméstica a um só fechamento. Em nosso horizonte, as questões estão sendo formuladas como propostas de investigação para a complexidade exigida pelo tema.

E se, para Lacan, a violência do um contra o outro marca a ausência do simbólico e a insuportabilidade da falta, no caso da violência contra a mulher, ainda que consideremos o aspecto psicanalítico das relações afetivas, há ainda a perspectiva de uma autorização histórica e simbólica em si mesma para que o homem agrida a **sua** esposa. Há neste ato algo que demarcaria quem detém o poder nessa relação, quem detém – se utilizarmos Lacan, o poder da palavra e quem não tem.

Alfredo Eidelztein, psicanalista, ao questionar sobre o dilema da psicanálise diante de problemáticas da atualidade, irá dizer que os tempos mudam, a história caminha e neste ponto, não teria a possibilidade ou justificativa para não fazer o mesmo. O autor entende, então, que tanto os conceitos “homem” quanto “mulher” para Lacan, já são formulados em outro momento histórico daquele de Freud, considerados como significantes que sozinhos nada significam. Homem e mulher seriam, desta forma, funções dentro de uma grande estrutura, devendo ser localizados e interpretados em um certo “tempo e espaços” históricos e de acordo com “cada condição social ou subjetiva particular.” (EIDELZTEIN, 2018).

Ao levantar a mão pra agredir uma mulher, este homem está agredindo alguém a quem ele supõe inferioridade. E, se historicamente a mulher era tomada como objeto de propriedade na ordem do casamento e da família, o objeto não poderia se voltar contra a ordem, tampouco exigir autonomia. A violência contra a mulher aparece como um efeito da ordem e do pano de fundo civilizador no qual nos encontramos, onde relações de poder e de dominação devem ser consideradas.

Estamos envoltos em um tecido de linguagem, “Isso quer dizer que a linguagem está aí antes do homem, o que é evidente. Não apenas o homem nasce na linguagem exatamente como nasce no mundo, como também nasce pela linguagem.” (LACAN, 2006, p. 36). Assim como é

pela linguagem, pela ordem simbólica que nos antecede que amamos, sofremos, nos relacionamos e fazemos escolhas.

Para Eni Orlandi (2015, p. 9), esta entrada na linguagem seria “irremediável e permanente” e que, à medida que nos inserimos neste sistema, estaríamos “comprometidos com os sentidos e o político”. Isto não quer dizer que sejamos sem autonomia, tampouco exclui o traço que é mais particular e radical de cada um. Essa particularidade não é escolhida, não é fruto de uma ação volitiva e depende estritamente do modo como o sujeito se inscreve nessa ordem.

Acredito que, neste momento, nos cabe ir além. Até aqui a Psicanálise nos serviu como ponto de miragem à questão dos afetos, mas a partir do momento que se fala em “ordem”, “história” e “linguagem”, outros campos do saber são requisitados. Afinal, a conjugação entre amor e violência - amor e abuso tem bases históricas sólidas e, se hoje se considera a violência doméstica contra a mulher como um ato criminoso, não se pode deixar de levar em consideração de que “nem o crime e nem o criminoso são objetos que se possam conceber fora de sua referência sociológica.” (LACAN, 1998/1950, p. 128).

Isto é, a medida em que recorremos à psicanálise para elaborar sobre a constituição das relações e do sujeito, não se trata apenas de considera-la enquanto abordagem clínica. Amor, ódio e violência – especificamente a violência contra a mulher são construções e conceitos históricos, discursivos e sociais que extrapolam o setting analítico assim como as relações que estabelecemos uns com os outros no laço social. Como então a psicanálise poderia se encontrar com as relações de poder? Como menciona Peron (2016), consideramos que:

Pensar os sentimentos enquanto discurso implica, primeiramente, pensar as formas de interpelação ideológica do sujeito, que é considerado enquanto uma posição em uma formação social, determinado ideologicamente, e não enquanto sujeito empírico, “senhor e centro” de seus atos, uma vez que ele está sujeito à língua, na história, para significar, e suas palavras produzem (efeitos de) sentido conforme as posições que o sujeito assume ao se identificar com uma determinada formação discursiva (PERON, 2016, p.55).

A partir das reflexões do filósofo Louis Althusser – um dos nomes de base para a fundação da disciplina de análise de discurso, é possível ter algumas indicações da relação da Psicanálise com as ciências humanas tanto em seu título “Psicanálise e Ciências Humanas” e no livro, resultado de seus seminários entre os anos 1963 e 1964 “Freud e Lacan, Marx e Freud”.

Althusser é membro do partido comunista francês e, nos anos 50, traz a psicanálise para pensar as relações do sujeito com a ideologia.

Coincidentemente, nos anos 60, por divergências teóricas, Lacan é expulso da escola onde se filiou primeiramente para o desenvolvimento de seus estudos e pesquisa em Psicanálise, a IPA – associação internacional de Psicanálise. Quem o acolhe e lhe oferece local para que continuasse a realizar seus estudos e seminários, é Althusser.

Althusser questiona sobre qual seria o lugar da Psicanálise nas Ciências Humanas em seu livro de mesmo título e traça um histórico, durante toda a obra, de Freud à Lacan sobre as intercessões possíveis da teoria Psicanalítica com outros campos de saber. Durante o texto, Althusser se preocupa em estabelecer, no ensino da psicanálise desde Freud, a relação entre os conceitos psicanalíticos e a sociedade como o princípio de realidade como representante da realidade social e da civilização e com Lacan, ao relatar que a crítica do psicanalista se voltava a outras psicanálises tidas como de adaptação social. De certa forma, diz que a psicanálise ganha status de ciência com Lacan e suas bases conceituais. Em Lacan, trataria-se de uma transformação nos conceitos que permitiriam a psicanálise ser pensada como teórica e prática: “uma Práxis”. (ALTHUSSER, p. 6, 2014, tradução nossa)

Sua ponderação final é de que a Psicanálise poderia bem se situar no campo da filosofia e a considera não apenas como uma terapêutica ou como algo que dissesse sobre a existência intersubjetiva, mas sobretudo como uma teoria do inconsciente. E é a teoria do inconsciente freudiano, inclusive, que inspira Althusser no desenvolvimento de sua teoria sobre a ideologia. A ideologia, assim como o inconsciente seriam tidos como sistemas de funcionamento independente, não submetidos à consciência (ALTHUSSER, 2017).

Althusser acredita que, desde Freud, tanto nas ciências sociais quanto em trabalhos de outras áreas, seria possível encontrar conceitos psicanalíticos diversos e que o avanço e a conexão com as ciências humanas se dariam por meio da utilização da antropologia. Ele toma a Psicanálise como uma disciplina de fronteira, tendo desde sua origem criado certo rebuliço nas teorias médicas, trazendo novos questionamentos e propondo novas abordagens sobre fenômenos antigos na história.

A ideia de Althusser era de fazer com que a psicanálise fosse cientificamente reconhecida pelos membros do Partido Comunista Francês, que criticavam a psicanálise dizendo que se referia a uma certa teoria mística, reacionária, burguesa e individualista. Desta forma, viria a representar a ideologia dominante que os marxistas tanto rechaçam. Com esses movimentos e tentativas de Althusser de trazer pontos comuns entre a teoria de Freud e o Marxismo, a Psicanálise ganhou campo teórico e político na França, sobretudo a partir da publicação do

artigo “Freud e Lacan”, publicado em 1965 e elaborado entre os seminários do psicanalista na École Normale Supérieure.

Com o segundo artigo, “Marx e Freud” (1976), Althusser considera que a teoria marxista e freudiana são duas teorias distintas e o faz porque em 1965 correu o risco de causar confusão entre a psicanálise e a teoria marxista, já que defendia que os processos de hominização da primeira seriam interligados com a segunda. Diz Evangelista no prefácio do livro que publica os dois artigos citados anteriormente:

Com efeito, se a hominização, ou seja, o tornar-se humano da "cria de homem" só se dá sob o primado do simbólico, então seria possível passar deste para as estruturas de parentesco, pela mediação das formas ideológicas nas quais são vividas as funções de, por exemplo, paternidade, maternidade, filiação. Ora, como seria possível dar-se conta rigorosamente destas últimas, sem considerar as condições econômicas, jurídicas, éticas, religiosas da família, que estruturam o papel do pai, da mãe e da prole? E como considerá-las sem recorrer ao corpo conceitual do Materialismo Histórico? (ALTHUSSER, 1984, p.18)

O pano de fundo ideológico o qual a teoria Lacaniana rompe é a da ideia de correspondência exata entre o signo, o significado e o significante. Se inverte a lógica de que o biológico passa ao cultural para dizer dos grandes efeitos da ação do cultural sobre o biológico. Desta forma, seria o agir da cultura sobre o ser humano que o tornaria propriamente humano. Para Althusser, "o cultural atua sobre o biológico como condição de possibilidade de inserção do pequeno ser humano". (ALTHUSSER, 2014, p.33, tradução nossa)

A cultura seria, nas considerações de Althusser, dotada de leis que permitiriam a inserção desta criatura humana. Toma emprestado o conceito de ordem simbólica para dar nome a essas leis da cultura, que para Althusser, representaria sua ideia de Ideologia. Esta ordem seria o que antecede toda a existência e, na leitura do filósofo, o que antecede a cultura seria a cultura em si mesma, transformando a ordem simbólica em Ordem Cultural. O que acontece na prática analítica ocorre ao interior de um mundo cultural - simbólico - já instituído em um sujeito pertencente a uma constituição social, ideológica e cultural já determinadas, determinantes e sem escapatória.

No artigo, “Só há causa naquilo que Falha”, Pêcheux, parafraseando Lacan,⁴ irá discordar de Althusser no ponto em que a ideologia é sem escapatória. Cabe ressaltar que o ponto de encontro, tanto de Pêcheux quanto de Althusser no que se refere à Psicanálise é a revolução causada por Freud com a teorização do inconsciente. Isto é, que o sujeito não seria senhor da sua própria casa e que não seríamos compostos apenas pela nossa consciência ou de razão pura.

Pêcheux encara esta autocrítica em relação a seu próprio texto “Les Verités de La Palice” reconhecendo que está tocando em pontos muito bem encadeados da época, sobretudo no que diz respeito a relação entre a Psicanálise, a Linguística e as teorias marxistas, representadas por Lacan, Saussure e Althusser, na mesma ordem. No momento da escrita deste texto, Pêcheux está entrando em contato com a Psicanálise não apenas do ponto de vista da linguagem e da linguística, como também das pulsões, desejos e suas vicissitudes.

O ponto base de argumentação de Pêcheux neste momento é que na percepção de Althusser, o sujeito é puro efeito de ideologia e, sendo assim, não sobraria espaço para certos deslocamentos e sem possibilidade de uma contra identificação, seria, nas palavras de Pêcheux, puro racionalismo que tornaria o “processo sem Sujeito nem fim(s)” (PÊCHEUX, 1995, p.295). A crítica de Pêcheux é à rigidez de Althusser quanto à ideologia, silenciando ou deixando em segundo plano a relação do sujeito com a ideologia que será móvel e dinâmico.

Deste ponto de vista, a ideologia seria algo que falha e é no furo da ideologia que o sujeito poderia advir, negando ou assumindo determinadas posições e podendo oferecer certo tipo de resistência à suposta unicidade e completude da ideologia. Esta interpretação althusseriana seria um tanto determinista, além de suportar uma ideia de inegável e intangível repetição na história da constituição do modo de fazer e pensar dos homens. Em outras palavras, a ideologia seria determinante além de condição suficiente e necessária para que os homens façam história (PÊCHEUX, 1995).

Segundo o analista de discurso, a ideologia é um mecanismo que está, de fato, presente no inconsciente, mas não se restringe à apenas uma possibilidade de identificação. O que Pêcheux estabelece em seu texto é a relação entre discurso, língua e sujeito que ocorre a partir, por meio e com a possibilidade de deslocamentos. Isto é, há possibilidades tanto de identificação como de contra identificação, além de identificações outras e isto ocorre por meio do espiral significante e inconsciente. É pelo significante que o sujeito se constitui e se subjetiva.

Seria uma ilusão, segundo Pêcheux (1995) acreditar em um “ego-sujeito-pleno em que nada falha” (p.300). Não é possível dizer tudo porque a língua é falha, há um furo na linguagem que é o que permite o movimento em direção à completude e transparência, quando na verdade os sentidos são opacos e heterogêneos. Não há univocidade. O fundamento da linguagem é o mal entendido e o equívoco. E, sendo fundado na e pela linguagem, ao sujeito também falta.

Pêcheux acreditava uma “espécie de pedagogia da ruptura das identificações imaginárias em que o sujeito se encontra, logo, a possibilidade de uma interpelação às avessas”

(PÊCHEUX, 1995, p.299). A identificação do sujeito com o discurso não é mecânica, o sujeito é atravessado pela heterogeneidade e equivocidade de discursos, tornando o modo de identificação com este discurso dinâmica, contrária às generalizações.

Dialogando com o objeto de interesse desta pesquisa, que é a escuta de mulheres em situação de violência doméstica, não se trata de uma categorização a priori de lugares sociais como “mulher” e “vítima de violência”, como se tal identificação acontecesse espontaneamente. Mas de nos aproximar do modo com o qual as entrevistadas significam, se identificam – ou não com estes lugares e outros lugares do dizer.

Pêcheux (1995) irá dizer que a “revolta é contemporânea à linguagem” (p.302) além de enfatizar que “não há dominação sem resistência”. É no nível do simbólico e dos significantes que se pode falar em um sujeito dividido, incompleto, de deslizamentos e deslocamentos. Isto é, um sujeito que transite ou se localize em uma ou outra posição. O ciclo imaginário é o único em que se supõe ocorrer sem brechas, se supõe completo, inteiro e sem deslizamentos.

Visto desta forma, é no imaginário em que se localiza o ciclo fechado em si mesmo de amor e ódio, sem a possibilidade de deslizamentos de sentidos. Entretanto, pela transição no simbólico, abrem-se possibilidades que a mulher se desidentifique de determinado lugar e conseqüentemente posição na relação e passe a se identificar com outros discursos, conseqüentemente outros lugares e relações possíveis além do ciclo fechado entre os polos de amor, ódio e outros ideais.

É possível que haja movimentos de identificação, desidentificação e contra identificação que impossibilitam, ao menos a nível discursivo, inferir que um discurso captura todas as mulheres da mesma maneira, ainda que estejam diante de um mesmo discurso. O que faz com que uma mulher se identifique ou não com um discurso ou outro tem a ver com seu lugar de inscrição no campo ideológico e das relações de poder.

Há algo da ordem do desejo que escapa porque a ideologia, assim como a linguagem, falha e isto é elemento fundamental do tensionamento entre a dinâmica do desejo e das relações de poder. E essas falhas se revelam pelos atos de fala, os chistes, os lapsos, os atos falhos; conceitos primordialmente psicanalíticos e valorizados por Pêcheux na interpelação ideológica para dizer do sujeito.

A não totalidade e completude é o que permitiria que o sujeito pudesse advir. Deste modo, seria possível identificar se o sujeito estaria reproduzindo e dando eco às relações de poder ou estaria em um campo de resistência, em outros lugares e posições discursivas.

Se não determinados cegamente pela ideologia, qual seria, então o lugar do desejo nas relações de poder? A psicanálise novamente pode nos dar algum norte, ao dizer da forma como

nos tornamos sujeitos dentro da cultura. Isto se daria a partir da entrada na linguagem que, sendo não-toda, também deixa espaço pra um sujeito advir e é porque falta, que há o que causa e movimenta o sujeito em sua inscrição na ordem do desejo.

É Freud que, com sua teorização do inconsciente, inaugura a ideia contra cartesiana de que não somos senhores em nossa própria casa. E se, para Descartes: “penso, logo existo”, para a psicanálise: “sou aonde não penso”. Lacan, em sua íntima conexão com a linguística, irá utilizar da teoria da enunciação do linguista Roman Jakobson, para dizer que aquilo que está dito, o está sendo sem que o sujeito saiba o que diz. Existe um dito em todo o dizer, que excede, extrapola a estrutura.

Entretanto, ainda que utilizássemos desta teorização sobre o sujeito e a linguagem, estaríamos deficitários no que tange à discussão do desejo nas relações de poder. E é isso que Judith Butler vem teorizar em seu livro “A vida psíquica do poder” (2017).

Em uma crítica a Althusser, a autora pondera que o sujeito se faz como tal pela ideologia sendo constituído no grande Outro. Mas por que esse sujeito se deixa interpelar pela ideologia? Aparentemente, a interpelação pela ideologia pode fracassar quando há um processo de desidentificação, quando alguma outra ideologia o captura.

Para exemplificar, ela utiliza uma cena descrita por Althusser, em que um policial chama uma pessoa que está passando pela rua e, no momento em que é chamada, essa pessoa se vira e se reconhece naquilo. Esta seria, para Butler, uma extra valorização da palavra falada enquanto exercício do poder, representada pela figura policial, como se ali já tivesse sido estabelecido para aquela pessoa eu virou uma certa regulação pela norma. Mas esta explicação não satisfaz a autora, que questiona: “por que o sujeito se volta para a voz da lei, e qual é o efeito dessa volta na inauguração do sujeito social?” (BUTLER, 2017, p. 6)

O tanto Pêcheux, quanto Butler nos dizem em relação ao sujeito é que ele não é mera reação ou efeito da opressão e subordinação do poder e da ideologia. O sujeito é também formado e produzido pelo poder, de modo a criar com essa “instância” uma relação de dependência para poder existir como sujeito.

Butler irá dizer que a sujeição é um processo de subordinação pelo poder ao mesmo tempo em que nos tornamos sujeitos. E isto seria uma certa “dependência fundamental de um discurso que nunca escolhemos, mas que, paradoxalmente, inicia e sustenta a nossa ação”. (BUTLER, 2017, p. 4)

Temos, para a filósofa, uma relação de ambivalência com o poder: da mesma forma que nos opomos e fazemos resistência, também nos fazemos dependentes dele, da mesma forma que somos subordinados, também formulamos a partir dali a nossa identidade pessoal. Os

modos de desejo, assim como quais as direções que ele irá tomar são também atravessados pelas relações de poder. E, partindo do princípio de ambivalência entre subordinação e formação/identificação, o poder também cria as modulações do desejo.

Para pensar, de fato, em como o sujeito se formaria na submissão, a filósofa considera pensar em uma certa regulação psíquica. Como se o poder assumisse uma figuração psíquica e que fosse essa a sua forma primária na constituição do sujeito desde bebê. Ponto de forte diálogo com a psicanálise, sobretudo do ponto já discutido anteriormente neste capítulo que é a submissão ao grande Outro que como aquele que ofereceria lugar simbólico à existência do bebê, assim como seria através da imagem do outro que a nossa própria identidade seria formulada. Ademais, o bebê precisa fundamentalmente se submeter e se apegar a esse Outro, dele depende sua nutrição e sua vida no sentido social e também psíquico.

Esse “apego apaixonado” como nomeia Butler, é primário e não estaria a princípio vinculado à política, já que é, na verdade pelo apego em que a formação política se daria. É uma paixão, um vínculo apaixonado e imaginário construído – este sim, sem saída e obrigatório - para que o sujeito possa vir a ser. Estaria aí a força da resistência, mas também uma total entrega, que tornaria a criança plenamente vulnerável a este Outro mestre. Que, metaforicamente tem o poder de decidir se aquela criança vive ou morre. E, sendo este vínculo construído dessa maneira, “não existe a possibilidade de não amar quando o amor está vinculado aos requisitos da vida.” (BUTLER, 2017, p.8)

O risco da morte é iminente nessa figuração primária do amor-paixão imaginários, se faz uma ligação íntima entre o amor e a morte, que poderia ser exemplificado pela formulação de um desejo extremo de sobrevivência que viria como a afirmação “eu prefiro existir na subordinação do que não existir” (BUTLER, 2017, p.8). O que me parece ter certa afinidade com o que Lacan formula sobre o amor também neste vínculo primário de que, assumindo essa forma, “o amor é uma forma de suicídio” (LACAN, 1996/1953, p175). Isto é, essa entrega total à submissão que deve se fazer para que o sujeito exista, também o expõe ao perigo do grande Outro como mestre absoluto.

Butler faz uma crítica à forma como se tem utilizado a ideia de apego apaixonado como se o sujeito se colocasse espontaneamente em situação de submissão, através de um apego e paixão à própria submissão. Esta leitura coloca o sujeito como ativo ao se manter na situação de submissão ou quando a subordinação é sustentada e desconsidera totalmente o fato de que a necessidade de se submeter é primária e necessária, gerada pelo próprio poder.

Quando se trata da violência doméstica, por exemplo, a ideia de apego apaixonado, tornaria quase possível uma justificativa, inferindo que a responsabilidade final seja do próprio

sujeito, no caso, da própria mulher. Na memória que se tem dos discursos populares sobre a violência contra a mulher, pairava no imaginário social algo como “se está ali é porque gosta”, o que passaria a ideia de que a mulher em situação de violência poderia “gostar de apanhar”.

Para se manter na sujeição e, portanto, para continuar existindo como si mesmo, é preciso que algo do desejo seja negado. Isto ocorre, segundo a proposição da autora, porque o desejo atua na direção contrária à da subordinação, é ele o que diferencia o sujeito do Outro de modo radical. Para poder permanecer na existência, esse desejo deve ser inicialmente suprimido de modo a assumir as vestes de um “desejo pela condição de subordinação”, já que o oposto disso seria assumir a possibilidade terrível e amedrontadora de sua própria dissolução.

A ligação ao outro como forma de reconhecimento e manutenção de nossa existência é tão fundamental e tão íntima que, ainda que adulto, a busca seria por remontar e repetir neuroticamente a cena do amor primário, ao mesmo tempo em que deve negar a dependência para se inserir na ordem do desejo (BUTLER, 2017). Em um movimento pendular, o que se experiencia é a alienação e separação, dominação e resistência. Isto é, a sujeição é um poder que é exercido sobre o sujeito e ao mesmo tempo é assumido por ele, como elemento de sua fundação e de sua própria história.

A existência de um ser enquanto sujeito é forjada pelo exterior, por algo que está fora. Na relação com o Outro, recorre-se a algo de externo que venha a lhe conferir a existência e, ao chegar no mundo, essas são as ferramentas que estão disponíveis. Ferramentas que o sujeito mesmo não criou, seja pela via da linguagem, das normas ou ainda de categorias sociais – que são frequentemente afetadas e vulneráveis às transformações subjetivas.

A língua é afetada diretamente pela história, a estrutura da língua é a cristalização de acontecimentos históricos de longo tempo. A história e a língua sofrem efeitos de mobilização e deslocamentos, assim como o poder. O poder é móvel, se transforma, vai em outras direções. Desta forma, quando nos opomos às condições ou questionamos as relações de poder, ao assumirmos o poder, ele vem transformado e não automatizado ou mecânico, como se houvesse modo único de funcionamento.

Ao internalizarmos o poder e a norma psiquicamente, já não o fazemos de modo a dar eco ou a reproduzi-lo fidedignamente. Por se constituir na submissão é possível que o sujeito advenha como tal, assim como é possível fazer oposição a este poder. O sujeito transcende, vai além, se constitui como lugar de divisão e contradições. E assim, resta a ele ao menos alguma autonomia de identificação com uma ou outra formação discursiva.

A identificação das mulheres com um discurso que considera a sua existência apenas diante de um homem que a guarde e a guie, pode vir a se tornar um elemento dificultador, que faz com que este tipo de relação entre em um ciclo que ultrapasse as decisões jurídicas. Não passa despercebido a quantidade de resultados obtidos em plataformas de busca quando a questão é: “como sair de um relacionamento abusivo?”.

E, se num primeiro momento é no estádio do espelho que se constrói a imagem de si e se é a partir do Outro que nos constituímos, quando se fala em amor e em relações afetivas, principalmente nos casos de relações que envolvem violência, o que se observa é um certo impedimento de reconhecimento e percepção de si sem o outro. No caso, um impedimento da mulher em se reconhecer sem aquele homem e sem aquele relacionamento. Insígnias históricas e discursivas do reconhecimento da existência da mulher enquanto sujeito social e sujeito de direitos, o que gera também efeitos de subjetivação inconscientes.

Ao se constituir enquanto uma figura pedagógica diante de uma mulher, o homem assume o lugar de dizer-lhe como deve ser para ser amada, ou seja, ter um lugar de existência no desejo deste outro, ter um lugar para este outro. Em uma relação de poder desigual no jogo dos afetos, este homem figura-se como senhor e mestre, a “cabeça pensante” da relação. De outro semelhante, esse homem passa a figurar o lugar de Outro, do que lhe confere qualidade e reconhecimento enquanto sujeito.

Kyla Schuller constrói em seu livro “Biopolítica dos afetos” (2018, tradução nossa) a argumentação sobre como a diferença sexual e a raça foram elementos sustentados, ao longo dos séculos e, especialmente no século XIX, por diversas teorias. Para tanto, a autora recupera a teoria evolucionista de Lamarck e Darwin, a sociologia, autoras do feminismo negro, ginecologistas e outros.

A autora sustenta ainda que a forma como a nossa sociedade foi organizada, bem como as categorias sociais diversas, sobretudo “homens” e “mulheres” são forjados de acordo com o interesse do biopoder. A divisão entre os dois sexos se deu baseada em uma organização de superioridade e inferioridade, sendo o masculino e feminino “concretizações raciais nascidas do ciclo entre os aspectos materiais e culturais da civilização” (SCHULLER, 2018, p.60, tradução nossa).

Tanto a divisão dos sexos e dos corpos como civilizados ou não quanto os afetos, são construídos histórico e discursivamente, materializando o afeto na cultura mais do que como um elemento de corpos individuais. A capacidade de sentir, neste caso, passa a ser transformada

em um mecanismo de “segurança populacional e otimização biológica.” (SCHULLER, 2018, p. 34, tradução nossa)

A biopolítica dos afetos visa uma administração da vida íntima e privada de forma a corresponder as necessidades do estado, sejam elas ligadas ao desenvolvimento econômico ou a instituições disciplinares. E tal forma de organização seria determinante para a forma como nos relacionamos, como amamos e como desejamos. (SCHULLER, 2018)

Isto é, a percepção do biopoder no campo dos afetos vai entrar nas mais básicas e diversas interações, que serão atravessadas pelo biopoder como o campo da intimidade, do cuidado, das relações afetivas e das amizades e isso nos é útil porque muito do que tange à violência contra a mulher, vem da forma como a qual a feminilidade foi produzida ao longo dos séculos.

O discurso da biopolítica dos sentimentos, assegurado pela ideia de sentimentalismo, passa a administrar os afetos e as relações e auxilia a dividir e a estabelecer quais corpos serão “vulneráveis”, que fazem parte de um projeto de salvação ou ainda aqueles a serem “excluídos” (SCHULLER, 2018, p.20, tradução nossa).

De acordo com o que apresenta Schuller, a partir da teoria médica e evolucionista do século XIX, as mulheres seriam os seres menos desenvolvidos e absorvidos pelo sentimentalismo, enquanto que a racionalidade e a capacidade reflexiva e crítica estaria para os homens. Sendo assim, a vida pública e a educação não caberiam as mulheres, que deveriam, por sua baixa capacidade racional, cuidar do ambiente doméstico e se responsabilizar pela maternidade (Schuller, 2018).

Sendo a mulher tão vulnerável e emocional, necessitaria de um mestre que fosse regente dos dois, para ser guiada de acordo como que sua biologia propunha - no caso, a maternidade. E sendo frágeis desta forma, precisariam cativar o amor dos homens para garantir sua própria sobrevivência. Tal ideia trazida por Schuller (2018), retoma um possível imaginário sobre a mulher, o amor e a recusa (assim como também é um estigma) de estar sozinha, sem um relacionamento. Desta forma, pode-se considerar que homens e mulheres se inscrevem e se subjetivam de modos diversos no que tange ao discurso amoroso.

Tanto as proposições de Schuller quanto de Butler abrangem a possibilidade de elaborarmos algumas noções tanto em torno da violência doméstica quanto do campo dos afetos, que tentamos explorar anteriormente pela via da psicanálise. Evidentemente, precisamos recorrer às áreas sociais como campos de diálogo, mas discursivamente, consideramos a possibilidade de trabalhar com sujeitos e posições e formações discursivas ao longo da história

a medida em que tanto homem, mulher, masculino e feminino são figurações, semblantes e posições assumidas em determinadas posições discursivas

Comentando sobre a posição da mulher na era Feudal, Lacan (1997 [1959-60]) irá dizer que a mulher ocupava funções dentro de uma estrutura, fazendo alusão às estruturas de parentesco de Levi Strauss. Tendo lugares marcados e funções sociais bem estabelecidas. Tão bem estabelecidas que não sobraria espaço para a sua existência enquanto pessoa, enquanto ser desejante, dotado de liberdade, sendo seu subterfúgio e possibilidade de movimentação social o exercício da religião.

O Brasil, sendo um país colônia de uma grande potência católica – Portugal, teve seu desenvolvimento a nível de sociedade baseada nos preceitos da Igreja e considerando a igreja como um dispositivo fundamental para a manutenção e disseminação do poder. Por meio do temor da punição divina, a religião e a igreja fizeram com que durante muito tempo a sociedade se curvasse a ela, ditando inclusive os padrões do casamento, de sexo e de família a serem seguidos

Como advertidos pela leitura de Schuller (2018) da divisão sexual, haveria de ter algum benefício para a sociedade e a ordem estabelecida a separação de funções e de papéis sociais para homens e mulheres. Manter as mulheres dentro da “ordem” era uma forma da igreja (representante do biopoder) manter a ordem que desejaria estabelecer.

É a historiadora Mary Del Priore quem vai versar sobre a construção do amor na história do Brasil. De acordo com a autora, às mulheres restavam bem poucas opções para se “rebelar” ou para “subverter” o sistema, mas não significa de forma alguma que elas não encontravam dentro do próprio sistema formas de se rebelarem. Se os únicos destinos possíveis seriam ser donas de casa ou mães, haveriam brechas, no entanto. Explica Del Priore (2016, n.p.),

É claro que tal ordem podia ser quebrada: bastava o marido morrer ou ser obrigado a trabalhar fora da região onde vivia sua família para a mulher assumir o papel de “chefe do lar”. Muitas mulheres se insurgiram contra a ditadura do fogão e do berço resistindo às vontades do marido cotidianamente: salgavam a comida, deixavam de lavar a roupa ou passavam os dias na igreja – um dos poucos lugares de encontro social – a conversar com as amigas. (DEL PRIORE, 2016, n.p.)

Del Priore (2009) analisou documentos históricos, registros jurídicos. Nestes, era possível verificar uma aproximação frequente entre a noção de zelo e atos violentos, bem como

a postura muitas vezes reativas que as mulheres adotavam nesses episódios - que muitas vezes eram públicos- de violência.

A historiadora brasileira, ao dizer sobre o desamor, retoma discursos importantes da época como o de Frei Antônio de Pádua a dizer da falta de agrados, ou seja, da mulher não dar a devida atenção aos homens e de Manuel Arceniaga que pregava que as mulheres deveriam perdoar os deslizos de seus maridos. Neste ponto, é evidente que embora o desamor seja basicamente a indiferença, a culpa pelos fracassos ou pela desarmonia entre o casal seria da mulher, marcando a submissão feminina ao marido e ao casamento.

O ciúme e o zelo entram na seara dos amores produzidos pela paixão, no -apetite e na desordem-. No século XVIII, embora os valores da igreja fossem estritamente contra a paixão e as mazelas causadas por esse -mal-, não é possível assegurar que essa paz fosse respeitada ou que o discurso católico servisse para todo o tipo de convívio familiar. A excessiva violência e o excessivo amor se confundiam. É claro que um recorte de classe deve ser feito para compreendermos tal perspectiva, já que o controle das paixões era uma característica apreciada em membros representantes de uma certa sociedade civilizada.

Entre os casais, muitas vezes ocorriam conflitos violentos nos quais as mulheres não tinham um comportamento passivo, como o esperado. Como explica Del Priore (2009, p.54), era possível encontrar uma "ordem familiar em que ocorriam conflitos às vezes violentos, nos quais as mulheres não se mostravam passivas, em que havia atitudes contrárias à ordem escravista e comprovações extremadas de afeto." E, de acordo com este trecho, fica claro que além do recorte de classe no que diz respeito às famílias civilizadas, também há um importante recorte de raça.

Sob o véu da civilização e superioridade, mulheres e homens brancos tinham sua sexualidade vigiadas. A igreja ditava a serviço de que estaria o sexo, assim como a serviço de que estaria a família: gerar filhos e herdeiros. Do outro lado, estariam homens e mulheres negras, lidos como arredios e sem a dotação dos modos para viver em sociedade. Nestes casos, seria pura paixão e "puro instinto". O instinto do que se trata faz alusão ao instinto animal, já que ser "civilizado" tinha que ver com a proximidade maior ou menor do desenvolvimento, da evolução da espécie, como bem pontuou Kyla Schuller (2018).

O mal estar é uma questão existencial humana em Freud, entretanto, ele apresenta modulações diferentes no decorrer da história. Do mesmo modo que as relações na era colonial no Brasil e no recorte temporal do século XIX de Kyla Schuller não são as mesmas do século XXI, as crises amorosas e os dilemas entre os casais também não são os mesmos. Entretanto,

conhecer a história, nos relembra ainda mais da complexidade do tema com o qual estamos de frente.

Há a violência como ausência da palavra e do simbólico, mas quando se trata da violência contra a mulher, é pela história que se consegue acessar que ela mesma pode vir a ser um ato simbólico, que significa. O tapa, a humilhação, o empurrão, o controle já se constituem enquanto discurso e não necessariamente os atos entendidos como violentos ou abusivos precisam de palavras. Por se constituírem e por se realizarem dentro de uma ordem discursiva determinada, os atos em si são representantes de certos movimentos discursivos. E, se há discurso, tanto quem agride quanto quem está sendo agredido ocupam posições-sujeito determinadas. Nesse sentido, há um sujeito da violência.

O sujeito do discurso passa não só pela ideologia, pelas relações de poder, mas também passa pelas relações de desejo e do inconsciente, que ocupam lugar de destaque e investigação neste trabalho. O sujeito é atravessado pela heterogeneidade de discursos presentes no mundo, do mesmo modo em que o sujeito em si mesmo é heterogêneo e pode transitar entre os discursos que operam.

O desenvolvimento da humanidade, das sociedades comporta o ato de fazer laço com o outro. Cada cultura irá reservar um espaço diferente para o amor, utilizando diversas formas de nomeá-lo e, conseqüentemente de vivenciá-lo. O amor e as formas de amar vão se modificando no decorrer do tempo e do espaço, de modo semelhante aos deslocamentos da significação da dor, do trauma e dos prazeres. O antropólogo Le Breton (2007) irá argumentar que sendo a dor parte de uma fenomenologia elementar do sofrimento, coloca em cena modos muito particulares de se relacionar com o mundo.

Deste ponto de vista, a dor não seria algo ligado necessariamente ao biológico do corpo, mas haveria, segundo o antropólogo, um ponto de conexão com o simbólico já que o sujeito daria uma ou outra significação para a dor conforme suas experiências, como se a dor evidenciasse a relação com o outro. Para isso, Le Breton (2007) retoma os estudos de Freud sobre as conversões dolorosas da histeria como um dos principais fenômenos que exemplificariam a insuficiência das concepções biologicistas como única causa para a dor.

Na época de Freud já se dizia em tratamentos de homens histéricos, mas foi o tratamento com as mulheres que fez com que os estudos sobre a histeria – mesmo título de uma das grandes obras do psicanalista, ganhasse destaque em discussões mais politizadas, principalmente no que tange às repressões experienciadas na sexualidade da mulher da alta sociedade de Vienna, no

século XIX. Para Freud (1893-1895), a supressão dos afetos seria uma das causas fundamentais para as conversões, que seriam efeito de coisas não ditas. Para Lacan, a histeria seria um modo estrutural do discurso, cujo sofrimento seria um sofrimento de linguagem.

Le Breton (2007) explica que, no caso em que a situação externa possa ser ameaçadora, a dor pode ser o que mantém um caráter de identidade, isto é, sentir a dor ou carregar a dor poderia ser menos amedrontador do que tocar em um nó fundamental da identidade e protegesse o sujeito de uma experiência que lhe pareceria ser ainda mais angustiante, desta forma, “a experiência dolorosa parece preferível à renúncia ou corte de um nó que constitui identidade” (LE BRETON, 2007, p.35, tradução nossa).

Anteriormente, o que Judith Butler (2017) pôde nos apresentar é que, nesse sentido, o poder funda a identidade do sujeito ao mesmo tempo em que lhe oferece ferramentas para se rebelar. Fazer resistência, poderia vir a apresentar uma ameaça à unidade do “eu”, isto é, de perder a identidade de si mesmo. Se rebelar contra o objeto pode gerar uma sensação de perda de si junto àquele objeto. Felizmente, a possibilidade de identificação com outros discursos é múltipla, o que faz com que o rompimento do nó da identidade, recorrendo à expressão utilizada por Le Breton, seja uma possibilidade dentre várias outras.

Se por um lado a dor identifica, ela pode também ser aplacada quando acessada e elaborada pelo nível do simbólico, ao passar do ‘non-sens’ às bordas do sentido. Não ter palavras para dizer da dor, não dar nome e não encontrar um dizer possível sobre aquilo que dói, torna a experiência insuportável. O que remete a uma passagem de Lacan que diz que "o símbolo se manifesta em primeiro lugar como assassinato da coisa" (Lacan, 1998[1966], p. 320), ao que se pode complementar Le Breton (2007, p. 52 e 53, trad. nossa):

Experiência selvagem e brutal de desmantelamento, a dor deve ser novamente inscrita na ordem do sentido e, assim, reintroduzida dentro de um projeto que permite imaginar sua próxima etapa. O significado dado à dor não tem apenas um valor de informação: precede a ação, nos faz imaginar que, tendo identificado sua natureza, os meios para combatê-la já estão dados.

A significação da dor pode variar e se deslocar no tempo e na história, o que pode vir a nos recordar que a dor e o sofrimento mobilizam o laço social. Em outras palavras, a dor pode ser um efeito e vir a representar um certo modo de sofrimento que simboliza e significa de acordo com determinadas circunstâncias e condições de produção levando em consideração a língua e os arranjos da história. Isto nos ajuda a pensar na possibilidade da proximidade da experiência

de amor com a experiência do sofrimento e da dor, frequentemente encontrados em músicas e encenado em filmes.

No filme *Malcom e Marie* lançado em 2021 pela Netflix – um filme de gênero dramático, cujas cenas, apresentadas em preto e branco dão o tom, fala mais do que um encontro de um casal, mas parte do desencontro. Na produção, os personagens Malcom (vivido pelo ator John David Washington) e Marie (Zendaya) estão em casa discutindo e gritando um com o outro sobre tudo aquilo que lhes angustiava dentro da relação e é diante disso que o público se depara durante os 106 minutos de filme.

Aparentemente, o casal grita para se fazer ouvir, mas também para aliviar a dor de certa falta de reconhecimento (uma das questões principais do filme). São diversas vezes em que nos diálogos carregados de dor travados pelos personagens eles dizem um ao outro frases como “eu não quero te machucar” ou “isso me machuca”, expressões que podem ser utilizadas como outras significações do que chamei anteriormente de dor de amor.

Já em um outro diálogo no filme, Marie diz que percebe que Malcolm nunca sente ciúmes dela é porque a ele faltaria curiosidade sobre como está sua vida, tampouco se ela encontraria alguém mais interessante do que ele, mais inteligente. O ciúme, nesta cena, ou ainda a falta dele, é interpretado pela personagem como falta de interesse, falta de erotismo no mistério que é não saber tudo sobre o outro e ter que perguntar... desconfiar.

A socióloga Eva Illouz em seu livro “*Why love hurts: a sociological explanation*” (2012) irá argumentar que o amor dói sempre, ou seja, o amor será sempre ligado, de certa forma à experiência da dor. O que mudaria, para a socióloga, é o modo com o qual a dor de amor será significada, já que a vivência da dor de amor foi tomando outros lugares ao longo da história.

No século XIX, como exemplifica Illouz, era possível dizer a dor de modo mais intenso, até mesmo com um certo deleite, possibilitando que a dor fosse reelaborada. No amor cortês e até mesmo para o romantismo, o sofrimento por amor tinha um lugar valorizado, como se sofrer por amor causasse inspiração para a arte e para a vida. Para o cristianismo, a dor poderia ser reciclada e sublimada de diversas maneiras outras.

Pois então, o que é que muda e se desloca nos modos de amar, de doer e de sofrer? Para Illouz, o século XX e XXI trouxeram mudanças significativas na vida afetiva dos indivíduos, a ponto de ela não acreditar que em uma cultura utilitarista e extremamente individualista como a que estamos encarando, o sofrimento teve seu lugar negado. No imperativo da felicidade e do sucesso, o sofrimento não tem muita utilidade.

Para a autora, estaríamos diante de uma outra forma de organização social da dor romântica, bem como diante de novos paradigmas e deslocamentos no que tange à intimidade e ao amor. Se por um lado estamos em uma sociedade que evita a todo custo o sofrimento, ao vivencia-lo, tende a encará-lo como uma ameaça à formação do eu enquanto independente e dotado de suposto grande valor no mercado.

O investimento amoroso é parte do sistema econômico e, como tal, deve gerar retorno igual ou superior àquele investimento. As relações poderiam passar a ser moedas de troca ao mesmo tempo em que se tornam um risco absoluto a ser evitado. Para as mulheres em uma relação sexual heterossexual, esse risco seria ainda mais alto pois não se trata apenas de experienciar a vida amorosa e de sofrer ocasionalmente por seu fim. O risco estaria também na possibilidade sempre ali daquele relacionamento ser abusivo e a partir de então, ela se tornar uma possível vítima (SANTOS, SANCHOTENE E VAZ, 2019).

No decorrer da história, vários discursos sobre o amor foram produzidos. Quando se fala de amor romântico, por exemplo, estamos falando da romantização de um certo afeto burguês produzido em um momento da história, vinculado ao casamento ou as relações que se desdobrariam. O processo de denominação de um afeto é uma coisa sintagmática para dar conta da pulsão, sendo os afetos, efeitos. Efeitos de discurso, da constituição histórica, cultural e social. Não é algo natural, mágico e que “chega do nada”. Por isso, como explica Eva Illouz (2011),

o afeto pode ser definido como o lado da ação que é “carregado de energia”, no qual se entende que essa energia implica, simultaneamente, cognição, afeto, avaliação, motivação e o corpo. Longe de serem pré-sociais ou pré-culturais, os afetos são significados culturais e relações sociais inseparavelmente comprimidos, e é essa compressão que lhes confere sua capacidade de energizar a ação. O que faz o afeto transportar essa “energia” é o fato de ele sempre dizer respeito ao eu e à relação do eu com outros culturalmente situados. (ILLOUZ, 2011, p.7)

O amor enquanto discurso é heterogêneo, opaco e produz múltiplos sentidos e significações - já que é atravessado pela ideologia que pode compor modulações do imaginário sobre o amor associados à linguagem e à história. Para Orlandi (1990) a contradição e a vacilação constituem a essência dos discursos sobre o amor. Ela irá dizer que o típico das falas

de amor não é a rigidez, nem a certeza. Ao contrário, as falas de amor são plenas de imprecisões, incertezas, ambivalências e indeterminações.

Podemos elaborar que isso ocorre pois os afetos não são bem colocados e situados como está na língua e em sua representação nas palavras. As palavras não são transparentes aos sentidos, nem para as coisas e nem para os afetos. A língua não dá conta de todos os afetos e, ao colocar uma grade semântica para dizer deles, algo se perde, manca ou excede ao que se diz. Em si, a língua é uma atividade social. Um afeto habitar entre os dizeres “quero você” e o “vai embora”, pode soar como contradição lógica, racional, mas isto ocorrerá muito mais porque a língua não dá conta de formações paradoxais do que pela impossibilidade de que esses afetos coexistam.

4. DE UM DIÁLOGO PRELIMINAR: DA PSICANÁLISE À ANÁLISE DO DISCURSO

Introduzimos, neste momento, a Análise do Discurso e conceitos norteadores das análises das entrevistas que apresentaremos mais adiante neste trabalho. Ao ir a campo ouvir sobre a violência doméstica discursivizada pelas mulheres que em si mesmas viveram a violência, nos localizamos aqui ao que nomeou Orlandi (2005) como uma certa “textualização do político”. Ideologia, inconsciente, linguagem, falha e relações de poder são elementos fundamentais no que tange à compreensão do elemento discursivo que buscamos analisar neste trabalho como parte do fenômeno da violência doméstica contra a mulher.

Deste ponto de vista, podemos compreender que o diálogo entre a Psicanálise e a Análise de Discurso proposta por Pêcheux não está de modo algum sendo inaugurado por nós. Conforme aponta Chiaretti (2013), Freud, Lacan e Pêcheux dividem algo em comum em suas proposições teóricas, que nos explicitam “a insuficiência de sistemas formais apoiados na percepção ou na lógica clássica quando estamos lidando com o sujeito e sua constituição.” (CHIARETTI, 2013, p.28)

Anteriormente, trouxemos Althusser, que vinculou Marx e Freud para pensar a ideologia e é a partir desta “falha” tal qual nomeou Pêcheux (1995) - considerando que Althusser não estava tanto interessado em pensar a linguagem – que a disciplina da análise de discurso foi sendo formulada. A análise de discurso, portanto, vem para pensar a “ligação entre o sujeito da linguagem e o da ideologia” (PÊCHEUX, 1993, p.35) sem deixar de lado o inconsciente tal como propôs Lacan: estruturado como uma linguagem (ibidem, p.34). Sendo assim, a formulação pecheutiana da Análise de Discurso, é a estruturação de uma “disciplina de interpretação”. Isto porque,

podemos dizer com o autor que todo enunciado, toda sequência de enunciados é linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação. E é nesse espaço que trabalha a Análise de Discurso. (ORLANDI, 2005, p.11)

Em texto de 1975, intitulado por Pêcheux e Fuchs, como “A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas”, a Análise de Discurso aparece também como uma disciplina que faz fronteira, a medida em que recorre a outros campos para formar a sua epistemologia, dando um lugar à Psicanálise dentro de sua própria formulação, como explicita no recorte abaixo:

1. O materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias; 2. A linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo; 3. A teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos. Convém explicitar ainda que estas três regiões são, de certo modo, atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica). (PÊCHEUX; FUCHS, 1997 [1975], p. 163, grifo nosso).”

Em seu texto “O Aturdito” (2003 [1972]), Lacan, ao desenvolver a proposição de que o inconsciente é estruturado como uma linguagem, considera a linguagem como “condição do inconsciente” (p.490). Relaciona linguagem à “alíngua”, esta, fazendo parte da estrutura e que permitiria que linguagens outras se derivassem dela. As linguagens orbitam o campo do não-todo, da incompletude e são escritas assim, no plural pois são múltiplas, ainda que acessadas na estrutura a partir da linguagem. Dizer que o inconsciente se estrutura como uma linguagem, portanto, é dizer que ele faz parte de uma linguagem particular, ainda que sob o efeito da linguagem enquanto estrutura. E, tendo a linguagem como sua condição, o inconsciente está habitando alíngua, sendo e estando sujeito à equivocidade. Isto é,

Uma língua entre outras não é nada além da integral dos equívocos que sua história deixou persistirem nela. É o veio em que o real – o único, para o discurso analítico, a motivar seu trabalho, o real de que não há relação sexual – se depositou ao longo das eras”. (LACAN, 2003 [1972], p. 492).

E, seja pelo conceito de interpelação e ideologia de Althusser, pela crítica à Althusser de Michel Pêcheux, pensando as relações de poder em diálogo com Foucault, e na estruturação

do inconsciente enquanto linguagem proposto por Lacan, o que se vê é que a linguagem ocupa em si mesmo lugar de dispositivo transformador do mundo e do sujeito, seja na clínica, na política ou na história, considerando a AD como uma “política da língua”, na qual analisa-se o simbólico em sua conjugação com as relações de poder materializados no texto (ORLANDI, 2005).

Nos serviremos da análise do discurso para investigar enunciados e processos de significação, o que poderá nos aproximar, neste trabalho, à objetos simbólicos que permeiam e significam os relacionamentos abusivos e de violência contra a mulher. É a partir do momento em que nossos corpos são atravessados pela linguagem que a análise de discurso captura o sujeito da ideologia e é a partir deste mesmo exercício que a psicanálise captura o sujeito do inconsciente.

Partimos da materialidade do texto, ou seja, da transcrição das entrevistas realizadas com as mulheres ao discurso, buscando observar e mapear as posições sujeito que essas mulheres ocupam ao narrar a própria história ao mesmo tempo em que são sujeitos do discurso produzido historicamente. Desta forma, tem-se a interlocução entre a posição discursiva e o imaginário social (aqui, no caso, o lugar social “mulher” e “vítima de violência”) estando constantemente em conflito.

É a partir da análise em que se pode pensar sobre o processo de filiação do sujeito com uma ou outra formação discursiva dentro das redes de memória, dos já-ditos ao acontecimento das “palavras em movimento” (ORLANDI, 2009, p.15). Quais são os sentidos produzidos pelas entrevistadas sobre violência contra a mulher? Qual a memória que produz e sustenta o imaginário sobre a violência contra a mulher, o casamento, o amor e o sofrimento?

Perguntar-nos sobre a produção de sentidos e de significação é considerar, a partir de uma escuta discursiva, uma cadeia de significantes que produzem novos sentidos ao mesmo tempo em que se referem a sentidos já existentes, atualizando a memória no momento do dizer. Ademais, a pergunta sobre o processo de significação coloca em evidência que não há a transparência absoluta da língua e que “o sentido de uma palavra não existe em si mesmo”. Isto é “as palavras, expressões, proposições, etc. mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam” (PÊCHEUX, 1995, p.160).

É a partir da relação intrínseca entre memória e formação discursiva, em que algo já significou algo em algum outro lugar, que cabe a análise no discurso das mulheres sobre a violência. Que como procuramos estabelecer no decorrer dos capítulos anteriores não é uma questão isolada e menos ainda que possa significar a si mesma, já que “as palavras não tem um

sentido nelas mesmas, elas derivam seus sentidos das formações discursivas em que se inscrevem” (ORLANDI, 2005, p. 43). Isto é: a violência contra a mulher e os relacionamentos abusivos mobilizam uma rede de sentidos e significações diversas, o que coloca o discurso das entrevistadas em relação constante com a interioridade e a exterioridade.

Consideramos aqui o conceito de Formação Discursiva assim como proposto por Pêcheux-Orlandi, ou seja: “formação discursiva é aquilo que, numa formação ideológica dada (...) determina o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 1995,p.160), possibilitando a percepção de certas regularidades no funcionamento interno de um discurso, o que aponta para o fato de que as palavras “derivam seus sentidos das formações discursivas em que se inscrevem” e que “os sentidos sempre são determinados ideologicamente.” (ORLANDI, 2005, p. 43).

A memória ou o interdiscurso é o que possibilita toda a condição do dizer. É o interdiscurso (que Pêcheux referencia ao grande Outro em Lacan) que constrói para cada sujeito do discurso sua realidade experimentada enquanto sendo parte de um grande sistema que está além e que fornece modos específicos de significar, experienciar e nomear as coisas que estão no mundo ao seu redor. Quando falamos, pensamos e ouvimos, estamos de certos lugares e posições de interpretação. Neste sentido, o modo com o qual M1 narra sua vivencia de violência, ainda que use palavras diferentes, pode se referir à inscrição na mesma formação discursiva de M2. Não necessariamente o fato de M3 utilizar as mesmas palavras de M4 vai significar que ambas estão inscritas na mesma formação discursiva no que diz respeito à violência, ao casamento, ao amor e etc.

Para que haja efeito de sentido entre os locutores, o sujeito deve ter a ilusão de que é ele mesmo autor e origem de todo seu dizer, já que estando identificado com uma ou outra formação discursiva, o sujeito não tem condições de se aperceber não autor de seu dizer, a ideologia e o inconsciente incidem em seu dizer, que está a todo o tempo em relação à memória e ao esquecimento, entre a constituição e a atualização.

Estamos sempre projetando sobre o outro. É o imaginário que será responsável pelo efeito de evidência – quando se considera que há uma certa verdade na linguagem, ilusão de transparência e ilusão de sujeito, quando este acha que parte dele próprio os sentidos do dizer. Desta forma,

As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas nossas palavras. O sujeito diz pensa que sabe o que diz, mas não têm acesso o controle sobre o modo pelo qual o sentido se constitui nele. (ORLANDI, 2009, p.32)

Neste ponto, tal qual é na psicanálise, não existe relação simbólica deslocada das relações imaginárias, que, para Pêcheux (1997, p. 82), “designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro.” Entre interlocutores em processo discursivo, há a todo o instante o funcionamento e a incidência das formações imaginárias, correspondentes ao jogo de antecipação. Este, por sua vez, também se presentifica nas condições de produção, ou seja, a situação na qual o discurso foi produzido. De acordo com o modelo que propõe Pêcheux, o jogo das formações imaginárias se estabelece em modo de questões que são: “Quem sou eu para lhe falar assim?” “Quem é ele para que eu lhe fale assim?” “Quem sou eu para que ele me fale assim?” “Quem é ele para me falar assim?” (PÊCHEUX, 1975, p.83)

No nosso caso, a própria instituição Fórum, a sala de espera e a audiência – que correspondem ao discurso do jurídico que em si mesmo comporta legitimidade e estabilização de sentidos, contribuem imaginariamente para o como e o que pode ou não ser dito. Isto não quer dizer que não há espontaneidade no discurso ou que o que estava sendo dito estava sob vigilância e controle da instituição. Não se trata da realidade física, objetiva, mas da constituição de objetos imaginários que, para cada entrevistada irá se apresentar de um modo de acordo com sua posição sujeito, mas que necessariamente irá atravessar a todas, como tentarei mostrar no tópico a seguir em que abordo mais especificamente o processo das escutas para chegar, enfim, à trechos transcritos e às análises das entrevistas discursivas.

4.1 O CENÁRIO DA PESQUISA

Inicialmente o projeto foi enviado ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Juiz de Fora para sua aprovação. Em seguida, entramos em contato com a idealizadora e mediadora das sessões de mediação – que ocorreram de segunda a sexta feira, de 2012 a 2020, no fórum Benjamin Colucci – Senira Rocha, que prontamente abriu as portas para a realização do projeto.

As mulheres entrevistadas passaram necessariamente pela Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher na cidade de Juiz de Fora com pedido de medida protetiva e que, posteriormente, foram intimadas a comparecer ao fórum para a sessão de mediação. E, embora a Lei Maria da Penha seja direcionada a violência doméstica e familiar, cabe ressaltar que optamos por fazer um recorte, considerando apenas as mulheres que sofreram violência pelo cônjuge ou ex-cônjuge dado que esta é a situação pela qual a maioria das mulheres que chegam à instituição vivencia.

O instrumento utilizado para a coleta de dados foi a entrevista discursiva contendo cinco perguntas que se propuseram verificar e construir – mais do que apreender informações e dados – como as participantes entendem a violência, como veem quem a agrediu, como se veem, como se constituem essas relações, que significações elas dariam à família, ao amor, ao casamento etc.

Nas entrevistas discursivas, os entrevistados não são apenas informantes, do mesmo modo em que a entrevista não ocorre para “recolher” dados ou informações. Como proposto por Alves e Melo Costa (2014),

Não se trata de apurar dados, portanto, visto que o analista estará no lugar de se confrontar com fatos discursivos, construídos em relação à sua própria presença. É a dupla corporeidade de voz e gestos entre interlocutores que vai constituir o produto da escuta, embora assumam, analista e entrevista, funções distintas nesta prática de linguagem, a entrevista. (ALVES E MELO COSTA, 2014, p.3)

As mulheres participantes da pesquisa assinaram um Termo de Consentimento Livre Esclarecido exigido pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Juiz de Fora. Para a pesquisa, foram acompanhadas 100 sessões de mediação, o que representa, conseqüentemente que foram 100 as mulheres-sujeito entrevistadas. A relação estabelecida com cada entrevistada foi sempre de considera-la enquanto sujeito de interlocução e não meramente uma informante. Neste sentido, minha posição enquanto analista foi sendo construída da primeira à última entrevista, uma a uma. As entrevistas foram realizadas na sala de espera das sessões de mediação e, embora tivesse um roteiro prévio de perguntas que vez ou outra fez necessário ser retomado, o intuito da pesquisa foi deixar o espaço livre para que cada mulher pudesse falar de si e da sua história com autonomia e propriedade, favorecendo a construção de uma narrativa singular.

Inicialmente, a proposta era de que a entrevista fosse transcrita no exato momento em que as mulheres respondiam as perguntas. Entretanto, considerando os efeitos de sentido, a transcrição no momento da fala foi modificada para a gravação. Isto ocorreu, pois, a transcrição não conseguia acompanhar o ritmo da fala e – principalmente – pois o fato de estar anotando as respostas fazia com que as mulheres restringissem o que abordariam, além de não ter espaço para uma livre associação, já que elas esperavam eu anotar para então seguir o raciocínio.

Enquanto pesquisadora e ouvinte, me pareceu que anotar as “respostas” me distanciava das mulheres, dado que, por anotar, não fazia contato visual com aquela que me falava, passando a impressão, no jogo da formulação imaginária, de que eu estava mais preocupada em anotar do que em ouvir as suas histórias.

As mulheres ficavam do lado de dentro e eram separadas dos homens por uma divisória de vidro. Fica claro ali quem é a ‘vítima’ e quem é o ‘agressor’. Fica claro também que quem está ali só pode estar por um único motivo. E, neste sentido, para as mulheres (público desta pesquisa) estar em um ambiente jurídico, na sala de espera de uma “audiência” após passar por situações demasiadamente intensas, demanda sensibilidade de quem as atende e de quem as ouve.

A função do boletim de ocorrência é apreender os fatos. A ideia da pesquisa era apreender as histórias, o percurso de cada mulher, e, para isso, foi necessário olhar e, em certa medida, acolher. Por esta razão é que após a primeira entrevista, passei a gravar as demais com a devida autorização das participantes. Foi evidente a mudança na dinâmica, fazendo com que de uma entrevista passássemos a um diálogo com fluxo livre de construção de ideias, comentários e reflexões. Ouvir significava dizer que eu estava ali e dizer isto, significava que elas não estavam sozinhas, o que faz total diferença no caso de mulheres em situação de violência doméstica.

O trabalho de transcrição ocorreu após o final das entrevistas, que foram realizadas no período de setembro de 2017 a agosto de 2018. 100 mulheres foram ouvidas e destas, 25 foram transcritas. O material adquirido é rico e bastante extenso, tornando necessário que, para finalidade de pesquisa, fizéssemos um recorte dado o tempo de elaboração e análise propostos no cronograma da dissertação. Ademais, por se caracterizar por um trabalho em análise do discurso, não se fez necessário para o momento a transcrição das 100 entrevistas, já que com o material transcrito foi possível chegar à um ponto de saturação. Ao longo da análise, trataremos trechos transcritos das entrevistas. O nome das entrevistadas foi mantido em sigilo e, para fins de identificação no discurso, utilizamos siglas de acordo com a sequência em que foram entrevistadas: M1, M2, M3 e assim sucessivamente.

Em um dado momento, me perguntei sobre a possibilidade de dar às entrevistadas um nome fictício. Não seria estranho ver aqui excertos sem nome? Para isso, uma explicação teórica: na análise de discurso, trabalhar com nomes ou com categorias como idade, grau de escolarização, etc., não são necessários para que se faça um trabalho de análise discursiva. Na

medida em que transformamos o texto da transcrição em discurso, passamos de falar da “pessoa” para falar em “sujeitos do discurso” (ORLANDI, 2005) Neste ponto, na escuta das entrevistadas, o que elas produziram foi textualidade na materialidade vocal como retrato de um processo discursivo. O sujeito, então, onde entra? Esses sujeitos são sintomas da história, não se olha as individualidades, mas o sujeito do discurso representado por M1 e M2.

Além da questão teórica, também foi uma escolha em nome próprio, me parecia que se os nomes das entrevistadas não apareceriam, tampouco caberia a mim escolher um outro nome que as representasse. As entrevistadas têm um nome, uma voz e identidades muito particulares a elas mesmas. Minha escolha, portanto, foi de manter as falas e analisa-las discursivamente, o que em si, como poderemos ver adiante, poderão, em sua relação de formulação e constituição com a memória, dizer muito e em muitos nomes.

Pude fazer as entrevistas na sala de espera para as audiências de medida protetivas, mas também pude acompanhar, em alguns momentos, as próprias sessões, possibilitando uma continuidade do trabalho de observação iniciado ali mesmo na sala de espera. O trabalho de entrevistas durou um ano, ouvi cerca de cem mulheres para as entrevistas e, no decorrer desse tempo, pude estabelecer vínculo inclusive com os próprios funcionários do fórum, de seguranças, serviços gerais e supervisores. Todos ali sabiam que eu era a “moça da pesquisa”, “a moça da UFJF” e “a moça que fala com as vítimas”.

Precisei mudar a forma com que as abordava diversas vezes. Considero que se trata de um assunto extremamente íntimo e delicado para se falar a uma entrevistadora que elas não conheciam. Inicialmente, as entrevistas duravam 5, 7 minutos. Conforme fui captando algumas particularidades e fazendo algumas alterações na forma de me colocar a escutá-las, o tempo de duração das entrevistas e a riqueza de detalhes aumentou consideravelmente. Foi necessário que eu enquanto pesquisadora também estivesse aberta para me transformar e me afetar pelo processo, me sentir confortável no desconforto que é tocar em um assunto tão delicado, em uma instituição jurídica e com toda a tensão que uma “pré audiência” pode portar. E quanto ao processo, como um todo, quem foi moldando o formato e o ritmo das entrevistas foram as próprias entrevistadas.

Quando, no momento da formulação deste trabalho, retornei às entrevistas para fins de análise, foi como se conseguisse me recordar das vozes, do cenário e das próprias entrevistadas. Isto porque ao realizar uma escuta discursiva, o analista não é neutro, sua presença gera efeitos. É porque houve a minha presença enquanto pesquisadora, enquanto mulher, entrevistadora e

ainda mais, a presença de alguém que ouve é que foi possível com que certos afetos fossem textualizados. Não se trata apenas de perguntas e respostas, tampouco de considerar as entrevistadas como informantes e, se “discursivamente, dizer é dizer de si em movimento, ouvir, por correspondência, é também permitir-se deslocar nas/das filiações prévias ocupadas pelo analista.” (MELO E ALVES, 2014).

A temporalidade na análise de discurso não é necessariamente a mesma da história. Na AD, trata-se de um caminho entre a temporalidade histórica e a temporalidade da língua. Analisando entrevistas entre os anos de 2017 e 2018, há de se considerar que estas histórias possam ter sofrido deslocamentos, fazendo-as serem outras. Porém, no que tange aos processos discursivos, é muito improvável que de 2017 a 2023 mudanças discursivas tenham sido alteradas de maneira expressiva justamente porque os discursos assumem uma temporalidade outra, mais longínqua.

A ideologia/discurso interpelam o indivíduo em sujeito de algum discurso histórico – maternidade, sujeição ou contrassujeição da mulher – mulheres podem ocupar posições sujeito diferentes ou similares. O olhar do analista de discurso serve à uma interação e cartografia dos processos discursivos que se apresentam pelas mulheres entrevistadas, objetivando nos aproximar de uma possível elaboração sobre o funcionamento do discurso e as diferentes significações da violência, mas também do amor, do relacionamento, da conjugalidade, maternidade, etc.

De certa forma, isso pode vir a servir a uma diagnóstica da história. Buscamos cartografar, neste trabalho, a produção de sentido sobre as mulheres, o amor, violência. E neste sentido, trata-se de um diagnóstico sensível, atento aos detalhes. Não se trata de categorizar as mulheres entrevistadas, mas de, num gesto de interpretação, apreender quais sentidos são produzidos por elas ao mesmo tempo em que elas mesmas também, enquanto sujeitos são efeitos de sentido.

O resultado de uma análise é o de indicar a possibilidade de existirem diversos modos de ser mulher – de posições sujeito, que podem ser múltiplos, heterogêneos, mas que também podem ser similares a depender das formações discursivas as quais se filiam. Olhar discursivamente, portanto, é considerar a textualidade, a materialidade e os processos discursivos (que dão sentido à textualidade). Procurar posições sujeito ocupadas pelas mulheres e colocar no centro da questão a articulação entre linguagem, história e seus efeitos sobre o sujeito.

4.2 MULHERES EM DISCURSO

A apreciação das falas e depoimentos das mulheres que recorreram ao Fórum revela pelo menos 11 entradas de análise, marcadas na enumeração a seguir com enunciados-tipo, que de alguma forma materializam muitos dos afetos envolvidos nos depoimentos. Estas oito entradas foram organizadas em três eixos temáticos, que remetem aos aspectos institucional, referencial e relacional postos em cena pelo discurso das vítimas.

Para a Análise do Discurso, qualquer segmento linguístico ou semiológico, ou mesmo o traço de sua ausência, como uma elipse, uma pausa, um gesto de silenciamento, pode ser visto como enunciado desde que relacionado no processo de análise a um discurso qualquer. Denominamos aqui “enunciado tipo” aquele que funciona como elemento organizador numa dada dispersão enunciativa, em relação ao qual podem ser localizadas paráfrases e polissemias, ou seja, mesmidade ou diferença de sentidos. Foram 11 os enunciados encontrados, organizados em 11 famílias parafrásticas. Vamos a eles, acompanhados dos devidos recortes temáticos que estes enunciados representam:

- I. “Não precisava disso, de chegar nesse ponto” Sentidos de Decepção e Frustração
- II. “As pessoas são imperdoáveis com a gente, né?” Humilhação, vergonha e silenciamento
- III. “Eu tô muito traumatizada mesmo...” Trauma, sofrimento e sentidos
- IV. “Agredido não, só de palavras” Os nomes da violência
- V. “Meu coração estoura de tanto pavor que sinto!” Em estado de alerta: ameaças e perseguições
- VI. “Porque se o homem quiser fazer, ele consegue” Imagens da masculinidade
- VII. “Ahh ele é muito ciumento, muito, muito, muito” Discursos sobre a posse e o ciúme:
- VIII. “A gente pensa mais na criança do que na gente” Discursos sobre a maternidade:
- IX. “Pra mim foi o fim de tudo mesmo” Limite, separação e ruptura
- X. “Eu separei porque eu já não tava aguentando mais” Desistência e conjugalidades
- XI. “Eu também tenho direito de sonhar, né?” Discursos de si

Discursos sobre a conjugalidade e a ruptura, os sentimentos envolvidos na relação e o modo como se nomeia a violência sofrida, formam um rico arquivo de sentidos produzidos durante as conversas e que de alguma maneira materializam muito das relações de gênero, conforme percebidos na contemporaneidade, e não somente em situações de violência. Acompanhemos abaixo as análises.

I. “Não precisava disso, de chegar nesse ponto...” Sentidos de Decepção e Frustração

Esta entrada de análise⁹ surgiu pela repetição, sobretudo do tom com o que algumas entrevistadas entravam na questão sobre algo que as desapontou dentro daquela relação. Seja o ato violento, a intervenção da justiça ou uma traição. Geralmente, encontra-se acompanhado por um “não precisava disso”, “não tinha necessidade”, “nunca imaginei que...”. Tido como algo inesperado, uma quebra de expectativa e por que não, uma quebra de ideais, estes que são construídos na construção de uma relação como o ideal de família, do casamento. Como se pode perceber nas seguintes sequências:

(M15): eu sempre me achei uma boa mãe, uma boa esposa.. tive meus defeitos? Tive, entendeu? **Mas eu acho que eu nunca cheguei deixar a desejar a esse ponto (...)** Não precisava trazer o que ele trouxe pra gente, entendeu? **Porque falar que não acabou com a família? Acabou, entendeu?”**

(M13) A gente tava morando há pouco tempo, então tava comprando tudo novinho, tava tudo empolgado, né? e não foi o que eu pensei, as coisas não aconteceram da maneira que eu pensei que fosse acontecer... **sempre foi um sonho meu, sabe? Ter uma família e tal..., mas não deu certo.**

(M12) era assim, não tinha briga porque ele era uma pessoa... **eu que nunca enxerguei mesmo, sabe?** Porque assim ele saía, aí eu chegava do serviço e ele saía (...) E eu assim... pra não criar situação de ir lá e perguntar eu... sabe? Ficava submissa aquilo, entendeu? E assim foi indo, **fui vivendo de ilusão até aqui, até acontecer isso...**

M15, no trecho em destaque, se refere a traição do marido. O que ela diz sobre “nunca cheguei deixar a desejar nesse ponto” dialoga com um imaginário de que se a mulher é traída, ou, se o marido procura algo “fora” do casamento seria porque não encontra o que deseja dentro de casa. Além disso, apresenta profundo pesar com a ideia do rompimento da família, a

⁹ Utilizamos essa expressão com referência tanto, por similaridade, às “entradas de dicionários” (porque podemos admitir que a ordem selecionada é marcada por certa historicidade), quanto em referência à “entrada de análise” em psicanálise, que é a relação constituída na clínica. Entrada de análise portanto aqui tanto é o reconhecimento de que existem outras entradas possíveis (como o dicionário), como a percepção de que as questões tratadas estão sob certa observação discursiva e não, por exemplo, sociológicas, etc.)

“destruição” da família. O que também aparece em M13 ao se referir ao ‘sonho’ de ter uma família.

Na sequência de M12, ao dizer que não tinha briga porque ele era uma pessoa... a reticência é uma pausa que indica uma interrupção do dizer. O que M12 não enxergou sobre o companheiro? Ela ia dizer que ele era uma pessoa e subitamente interrompeu a fala, o que não deixa claro o modo com o qual ela via ou vê o companheiro. Depois, se seguirmos a sequência, completa dizendo que foi vivendo de ilusão.

Qual será esta ilusão que aparece para as mulheres em suas vidas afetivo-conjugais construída de forma tal que o que aparece em M12 seja o ‘viver de’, ou seja, ilusão em torno da qual se constitui a própria vida. Aparentemente, o ideal de família e de relacionamento, de amor, que constroem os ‘momentos bons’, faz com que as discussões, o ciúme – como veremos mais adiante- fiquem em segundo plano. Esses ideais envoltos nas relações afetivas, vividos sob a lente da paixão faz com que para Lacan (1998[1955], p. 428) essa paixão introduza,

em toda relação com essa imagem, constantemente representada por meu semelhante, uma significação que me interessa tanto, isto é, que me faz ficar numa tal dependência dessa imagem, que acaba por ligar ao desejo do outro todos os objetos de meus desejos, mais estreitamente do que ao desejo que eles suscitam em mim (LACAN, 1998[1955], p.428)

O casamento enquanto uma ordem simbólica gera um horizonte de expectativas sobre ser feliz, ser realizada, amar e ser amada – o que, em um projeto de vida, não é jamais uma banalidade. Trata-se de um sistema de coerção, mas também de produção de modos do desejo e do sentir que abre espaço para contradições em que modos de identificação e de desidentificação podem se fazer em relação a mesma ordem, como bem propôs Butler (2017). Difícil entrar em um relacionamento imaginando que um dia será agredida fisicamente, humilhada, ser infeliz ou ainda que irá se separar. Uma ‘desilusão’ que dói, machuca e que, como enuncia Maysa na canção ‘Meu mundo caiu¹⁰’, faz com que boa parte do mundo – às vezes, o mundo todo desta mulher, venha ao chão, marcando pela dor, a densidade da existência do outro e de si mesmas.

O discursivo é marcado pela heterogeneidade. Mesmo que FDs (formações discursivas) outras trabalhem sobre o dito pelo silêncio, cabe ao analista localizar essas relações heterogêneas. Orlandi (2007), ao tratar do silêncio constitutivo, nos lembra que quando uma

¹⁰ “Meu mundo caiu/ E me fez ficar assim” Autora: Maysa Matarazzo. Ano de lançamento, 1958. Letra completa disponível em: <https://www.letras.mus.br/maysa/126023/>

coisa é dita, necessariamente outras são silenciadas. Há uma relação constante entre o dito e o não dito, o dizer e o silenciamento que faz com que o estabelecimento de um sentido pela via do dizer, necessariamente deixa de fora sentido outros. No caso de M15, ao dizer sobre “não deixar a desejar a esse ponto”, faz trabalhar o silêncio pois: se ela fosse uma má esposa, ela mereceria? Não está dito, mas trabalha, incide e produz aquilo que é enunciado por ela em uma formação discursiva dada.

(M10) olha a gente discutia muito, né? discutia, mas tinha os momentos bons, mas... aí então é igual eu falei, **eu não imaginava que uma hora ele ia fazer isso comigo...**

(M23) ah, tipo assim, eu ficava muito mal porquê... (começa a chorar) ahh, era difícil, muito difícil, **depois de tudo que a gente passou e tal ele pegar e fazer isso, eu me sentia mal**

(M8) Eu fico mais chateada por causa disso, **fiquei presa com ele esses anos todos** trabalhando com ele e **não tive valor**, saí com uma mão na frente e a outra atrás a palavra certa, né?

A oposição aparece em M10 se propormos a pequena substituição: “embora tivessem muitos momentos bons, discutiam muito”. Os momentos bons aparecerem depois das discussões, mostram que a ênfase se dá na segunda parte da oração, ou seja, nos momentos bons. E, aparentemente, em nome dos bons momentos, vem a quebra de expectativa. O “isso” aparece com frequência como indicador substitutivo ora da nomeação da violência, ora de estar em um ambiente jurídico.

O pronome “isso”, é um Dêitico, elemento linguístico que aponta para fora da linguagem ou para a própria textualidade. No discurso, ele é sempre um elemento de constituição ou reconstituição dos sentidos. Nesse caso, a utilização do “isso” em relação à violência ou ao ambiente jurídico, parece-nos focalizar, constituir a indicação de um elemento que, nas relações imaginárias, tendo em consideração as condições de produção, ou seja pesquisadora do tema da violência na sala de espera por uma audiência, aparece como compartilhado no jogo de antecipação. Ao mesmo tempo, parece-nos ser um recurso utilizado para que ‘a coisa’ a qual o ‘isso’ se refere não seja mencionada ou pronunciada (BORGES, 2000).

Já em M23 e M8, a decepção aparece em uma certa relação com o tempo que em M8 é marcada pelos ‘anos’ e em M23 por ‘*depois de tudo que a gente passou*’. Em ambas, uma das possibilidades de leitura é o imaginário da mulher que se dedica, dedica algo e muito de si para a relação, investe o tempo – anos ou atravessa situações ‘junto’ com o parceiro. Paira um ideal de reciprocidade, daquilo que foi feito por ‘elas’ e do que esperava que fosse feito para elas.

(M13) **ahh, eu gostei, eu gosto sim**, mas é muita decepção, entendeu? Muita! (...), mas eu gosto dele assim, porque a gente **não é assim que deixa de gostar e ele também não é um monstro... o tempo todo**, maas...

(M18) eu amo demais ele... (...) **Triste.....** mas eu vou dar a volta por cima.. (...)

(M22) Ahh, eu **ainda** gosto! **É um trem esquisito, mas eu gosto...** eu não sei explicar... eu gosto... **sabe como você gosta da pessoa, mas não gosta do comportamento da pessoa?**

As sequencias acima parecem materializar dois discursos diferentes, que apontam para modos diversos de subjetivação da mulher¹¹. Ante toda a ideia de aceitar “tudo” por amor, há o reconhecimento pela da decepção, que vindo depois na sequência do eu amo/gosto, mas... dá mais importância e destaque ao segundo elemento da frase. M13 ainda habita em dois tempos diversos gostei/gosto, o que também aparece com frequência em outras entrevistas, coloca o sentimento no passado e depois no presente, reafirmando com a utilização do “sim”. Em M22, com a utilização do ‘ainda gosto’, seguido por ‘é um trem esquisito’, demonstra uma outra imagem, inclusive afetiva, sobre os relacionamentos conjugais.

Em texto publicado em 1990 intitulado por Palavras de amor, Eni Orlandi irá versar que estar no discurso do amor, muitas vezes, impossibilita com que se consiga representar, este sendo enunciado em modos que tornam desnecessário o dizer. Falar de amor, entretanto, é tentar significar, produzir a significação de algo, o que estaria em um campo mais tangível. Se há uma mulher enunciando ‘gosto, ainda gosto, não é de uma hora pra outra que deixa de gostar’, considerando as condições de produção desse enunciado, trata-se então de haver uma leitura sobre como as entrevistadas acima enunciam o amor em sua relação com a história.

Na fórmula “eu- te-amor” tanto pode coincidir o amor e o amar como também “significar qualquer coisa” (ORLANDI, 1990), sendo assim várias possibilidades de significações e figurações do “eu-te-amor” em uma relação. O discurso do amor estaria entre a falta e o excesso e, ao dizer sobre a fala de amor vir como recurso à insuportabilidade que é afrontar-se com o sem sentido, Orlandi (1990) remete-nos à proposição lacaniana da não relação sexual (LACAN,1975/2008 p. 53), que localiza a ideia sobre o amor à suplência à não existência da

¹¹ Cabe aqui pequena consideração sobre a diferença entre Assujeitamento, Sujeição e Subjetivação. Como buscamos teorizar neste trabalho acerca do sujeito, se na psicanálise a construção se dá entre o enlaçamento entre o simbólico, o imaginário e o real, a partir de Althusser (1985) e Pêcheux (1975), o que vemos é que o sujeito se forma sujeito pelo assujeitamento à história e à linguagem, interpelado pela ideologia. Sujeição, de acordo com Butler (2017), é a sujeição a um poder, que varia quanto ao modo. Por exemplo: sujeição ao poder marital. Subjetivação (1997), entretanto, é um termo proposto por Foucault, tratando-se da produção de um sujeito numa estrutura e aqui pode ou não ser uma sujeição ao poder. Homens e mulheres são subjetivados, mas a sujeição tendencialmente ao poder marital é da mulher.

relação sexual, isto é, à impossibilidade inerente de dois formarem um, o que pode aterrorizar na medida em que convoca a cada um do par amoroso a contornar sua própria falta. É no saber-fazer com a falta que o amor pode advir como dom ativo, como pudemos ver no capítulo anterior. Um saber-fazer que compreende, ao mesmo tempo, deixar-se iludir com a completude do um absoluto, basculando, portanto, entre a completude e a falta ou entre a “falta e o possível”, “desejo e poder”, sujeito e objeto (ORLANDI, 1990; LACAN, 2008 [1975] p. 53)

Não podendo ser deslocado de sua relação com a memória e a história, o discurso de amor favorece a observação de determinados processos de significação que, de acordo com Orlandi (1990), remete-nos diretamente à “ordem do sujeito” e seus “modos de individualização”. Desta forma, a depender das condições de produção, portanto, o Eu te amo, sendo uma fala tipo, pode, na verdade inviabilizar o dizer sobre o amor do mesmo modo em que o dizer sobre o amor pode ser lido ainda que independente ou não acompanhado de um “eu-te-amo”.

Eu te amo pode ser uma fórmula eficaz de se distanciar do discurso do amor e direcioná-lo à territorialização, à invasão do espaço do outro na busca da ampliação ou instituição do “meu espaço”. Isto, na interpretação de Santos (2019) quer dizer que “fora do discurso de amor o eu-te-amo pode significar eu te oprimo, eu te engano, eu te faço sofrer, eu tiro a tua liberdade de ser... e tantos outros sentidos, contrários ao sentido de amor, que podem se esconder através da opacidade das palavras (...)” (SANTOS, 2019, p. 4.392).

Estando o discurso de amor no território das contradições, nos parece útil recorrer ao conceito de “enunciação vacilante”, expressão proposta por Paulilo (2004) a qual demonstra no ato de fala uma certa hesitação, contradição e ambiguidades no discurso de si. Esse modo de enunciar poderia, para a autora, ser compreendido como um sintoma de uma identidade que está em processo de formulação, construção ou redefinição em que aquele que fala está tateando diferentes possibilidades de narrar a si mesmo atravessado necessariamente pela heterogeneidade do dizer que, no trecho analisado pode ser marcado pela expressão ‘trem esquisito, não sei...’

O discurso de si comporta certa particularidade, principalmente no ponto da não estabilização e não coincidência do sentido, que é sempre disperso e heterogêneo na relação com o sujeito, que está fadado a incorrer nas falhas e faltas, ou seja, na impossibilidade de um dizer coincidir totalmente com o sentido. É necessário, entretanto, que ao dizer, o sujeito crie a ilusão de identidade, de autoria e controle dos sentidos e do dizer. Por isso a tentativa de reaver,

consertar, tamponar a falha quando algum sentido outro irrompe e é aí mesmo que, segundo Paulilo (2004, p. 252) a enunciação vacilante se manifesta. Isto é:

“As modalizações do dizer constitutivas da enunciação vacilante apontam a enunciação vacilante como uma escrita da falta, em que a saturação do dizer funciona como uma metáfora da falta que afeta o dizer.” (PAULILO, 2004, p.257)

Se hoje é esquisito, é porque houve algum deslocamento na história, já que antes, esse estranhamento talvez não ocorreria. Se já há algo questionável e decepcionante nesta figura de amor, é porque, talvez, a norma de um discurso mais atual seja de que ‘não é amor’ aquilo que faz sofrer, aquilo que decepciona, aquilo que agride. O que os enunciados acima possibilitam como via de interpretação é que, aparentemente, o tempo dos afetos é um tempo outro, que extrapola decisões conscientes e decisões jurídicas. Os pormenores e sutilezas são muitas, o que se vê pelas hesitações, silêncios, pausas e dúvidas, característicos da enunciação vacilante.

II. “As pessoas são imperdoáveis com a gente, né?” Humilhação, silenciamento e vergonha

É importante um comentário sobre essa entrada de análise, cujo enunciado tipo tem como núcleo a designação da vergonha como um sentimento comum em casos de violência. O sentido e o sentimento de vergonha – bem como daquilo que dói, devem ser compreendidos numa certa relação fundada na história e aqui aponta para, provavelmente, um deslocamento importante nas relações dos casais. Acompanhemos nos trechos destacados abaixo, como as entrevistadas mobilizam sentidos de “vergonha”:

(M5) Pra mim foi ótimo, né? [ele ter se afastado] já não saio mais com medo na rua, né? Porque **por mais que** ele não chegasse a me agredir fisicamente, **mas só a vergonha que ele fez eu passar o dia que ele me parou no meio da rua...**

(M13) **por mais que eu goste dele, eu tenho que ter meu amor próprio e vergonha na cara** porque **ele me fez muita humilhação:** jogar minhas coisas pra fora? Falar: “cê quer ir embora, então vai agora!” e jogar minhas roupas fora? Não na rua, mas ao redor e **tem os vizinhos que viram...**

(M15) As pessoas acham mais fácil tampar pedra, mesmo tendo telhado de... de vidro, mas a gente ve que **as pessoas fica um pouco assim as vezes quando você fala que é divorciada**, dentro da própria igreja que você frequenta... **cê vê que... que o olhar modifica... Cê acha que foi fácil pra mim ir na maria da penha? Pra mim foi terrível!** E: e você acredita que foi por vergonha que foi difícil? M15: Com certeza! **Orgulho, vergonha, sei lá.. mas dói..**

(M21) Então.. **é estranho e as pessoas não entendem, a gente é tida como... como louca, sabe?** Porque elas falam: **poxa, mas depois de tanta coisa você ainda tem coragem de falar que gosta? É estranho, mas é verdade, né? É fato (...)** tem e geralmente as pessoas são assim.. **elas são imperdoáveis com a gente.**

Em M5, a utilização do ‘por mais que’ seguido por um ‘mas só a vergonha’, aponta para a condição de suficiência da vergonha como algo a se ter atenção e a estar alerta ‘com medo’ como ela disse. O sentimento de exposição a uma situação lida como vergonhosa – como a de para-la na rua diante de outras pessoas, abre espaço para a possibilidade de pensarmos a vergonha apresentada acima como uma ‘desaprovação social’. Este deslocamento também é o que faz com que M21 diga considerar ser ‘estranho’ gostar *ainda* do ex parceiro, ainda que enuncie com certo pesar o fato de considerarem que, por isso, ela é louca, ao que conclui “elas são imperdoáveis com a gente...”.

A vergonha em M13 aparece discursivizada também em relação à certa afetividade em relação ao ex parceiro, ao considerar que ainda gosta do ex parceiro, mas ‘por mais que’, há que levar em consideração o que ‘ele fez’. M13 utiliza a expressão ‘vergonha na cara’ e ‘amor próprio’, típico dos novos discursos que sustentam as razões pelas quais hoje uma mulher não ‘poderia’ voltar ou ‘aceitar’ certas situações lidas como ‘humilhante’ dentro de um relacionamento. Curioso pensar como a expressão ‘ter vergonha na cara’ aparece em M13 em uma construção imperativa e autoritária, remetendo-me ao modo como M21 descreveu as pessoas, porém em M13, na relação com si mesma: “imperdoável”.

A ideia de ‘amor próprio’ e ‘auto cuidado’ é frequentemente pautada em um discurso terapêutico sobre as relações contemporâneas. Eva Illouz (2012) aponta que o tempo de sofrer na contemporaneidade é outro e que o sofrer, nas relações românticas passa a ter denotação de “dilemas e formas de impotência do eu na sociedade” (ILLOUZ, p. 16). A autora propõe que na medida em que as mulheres lidas como ‘as que amam demais’ passaram a ser aconselhadas a ‘amar menos’, um conflito se instaurou pois estas passaram a se sentir – e a serem consideradas inadequadas por ‘ainda’ amar de acordo com o modo como foram subjetivadas. O conflito está entre ser interpelada pelo discurso da autonomia feminina, enunciado como ‘amor próprio’ ao mesmo tempo em que ‘ainda gosta’, materializando o que Paulillo (2004, p.5) delineou no discurso de si como àquele dito em tom confessional, enunciado por um “sujeito atravessado de zonas de silêncio e incompletude que escancaram sua natureza de sujeito não-uno, dividido.”

A vergonha vem necessariamente acompanhada à exposição aos olhos do outro, é porque um outro viu o que não deveria ver – em tese, algo que revela a vida afetiva, íntima e privada - que a vergonha se instala. Sendo assim, pode ser possível pensarmos em uma nova norma nas relações que desaprova a agressão vinda do homem assim como desaprova, na mulher, a insistência pelo relacionamento. O que indica que a significação da vergonha nas sequencias acima aparece ante a “desaprovação social” e não a legitimação, que outrora era dada, à atitude violenta masculina. Como a percepção da mulher, por exemplo, de que não é justo nem correto o que “ele faz”.

Pensando no uso de ‘imperdoável’ em M21, o que se espera da mulher é que hoje ela se separe, quando anteriormente o que era esperado dela era que permanecesse no relacionamento, como podemos ler em M15. Retomando ainda a ideia de imperdoável utilizada anteriormente em M21, o que M15 relata é um imperdoável em uma temporalidade tal que mobiliza a memória dos discursos sobre a imagem da mulher ‘divorciada’ na igreja, um meio que tende a ser mais conservador em relação às “novas demandas” das mulheres e que representa, de certa forma, parte da sociedade. Em Provérbios capítulo 14, versículo 1, o que se lê é: “Toda mulher sábia edifica a sua casa; mas a tola a derruba com as próprias mãos.” (BÍBLIA, 2018).

Considerando o lugar de inscrição de M15 no discurso, bem como as condições de produção e enunciação, uma possível leitura para o modo como ela significa a vergonha seria, neste sentido, a exposição diante do olhar do outro. Um outro que julga e produz uma possível noção de inferioridade, uma mulher inferior, ‘tola’, diante a todas as outras mulheres casadas da igreja, que podemos ler na utilização de ‘orgulho, vergonha, sei lá...’.

Considerando ainda os deslocamentos na vergonha, em 2017, ia ao ar no horário nobre das 21h, a novela “O outro lado do paraíso”, que ficou em exibição entre os meses de outubro de 2017 a maio de 2018. Uma novela que surpreendeu e chocou quem acompanhava a trama pois, trazia de modo cru – muitas vezes, brutal, as violências sofridas por Clara (Bianca Bin) em seu relacionamento com Gael (Sérgio Guizé). Gael era um personagem ciumento, controlador e extremamente agressivo. Em um dos capítulos, a produção trata do estupro marital e gerou grande comoção na internet¹², que passou a comentar não apenas sobre o conteúdo da cena em si, mas nomeando “estupro marital”. O que, em relação com a memória, tratar-se-ia de uma nova significação para o que, até então, era considerado como dever no

¹² Ler mais em: “Estupro durante lua de mel em O outro lado do paraíso repercute entre internautas”, <https://f5.folha.uol.com.br/televisao/2017/10/cena-de-estupro-durante-lua-de-mel-em-o-outro-lado-do-paraíso-repercute-entre-internautas.shtml>

matrimônio independente do desejo da mulher, ou seja – “deitar-se com seu marido”. Novas significações e nomeações do mal estar carregam, produzem e põem em circulação novos sentidos e conseqüentemente delinea novos modos de sofrimento¹³. Deste modo,

Novos sintomas são descobertos, inventados ou sancionados. Certas inibições tornam-se normalopáticas. Aquilo que representava um déficit em um tempo pode se tornar funcional e adaptativo em outro, há formas de sofrimento que se tornam expectativas sociais a cumprir, outras que devem se tornar invisíveis e inaudíveis. (SAFATLE e DUNKER, 2018, edição kindle)

É isto com o que fez com que, por exemplo, em um dos episódios em que Gael agride fisicamente e gravemente Clara, a TV Globo exiba, ao final do capítulo a seguinte mensagem¹⁴:



(Fonte: Reprodução de cena da novela 'O Outro Lado do Paraíso'/Globo via Estadão)

Há, deslocamentos interessantes de serem considerados tendo em vista que, em 2002, a novela *Mulheres Apaixonadas*, foi um grande fenômeno pois abordava diversos temas a partir dos quais tocava em pontos vulneráveis de seus personagens. A novela, também exibida no horário das 20h, trazia a história do casal Raquel (Elena Rinaldi) e Marcos (Dan Stulbach) que a agredia a raquetadas. A exibição da novela foi 4 anos antes da aprovação da Lei Maria da Penha, e não rendeu mensagem após o final do capítulo. Pelo contrário, gerou conteúdo para sátiras em um programa exibido também na mesma época, *Casseta e Planeta*, que representava o casal na paródia intitulada por “Mulheres Recauchutadas”. Reinaldo, um dos atores de *Casseta e Planeta*, em entrevista¹⁵, disse que: “Aqui não tem essa de gente boazinha, de lição social. (...) Ah, e o Tom Hanks (referindo-se ao personagem Marcos) também não pode ficar bonzinho. Se ele parar de bater na mulher, o que eu vou ficar fazendo na novela?”

¹³ “O outro lado do paraíso traz cena de estupro de marido contra mulher – Cena motivou comentários nas redes sociais” <https://www.estadao.com.br/emails/tv/o-outro-lado-do-paraíso-traz-cena-de-estupro-de-marido-contramulher/>

¹⁴ “Cena de espancamento deixa fãs de o outro lado do paraíso horrorizados”, <https://www.estadao.com.br/emails/tv/cena-de-espancamento-deixa-fas-de-o-outro-lado-do-paraíso-horrorizados/>

¹⁵ Leia a entrevista completa em: <https://www.gazetadigital.com.br/suplementos/teve/a-melhor-versao-das-novelas-com-os-cassetas/15465>

O contraste entre uma e outra, parece enunciar deslocamentos de sentido sobre a violência e sobre a figura da mulher-vítima que, de um lado, é objeto de uma sátira sem ‘vergonha’ nenhuma, do outro, formação discursiva a qual parece se filiar M15, que, ao que parece, lê o fato de recorrer à justiça como um modo de atestar imaginariamente, portanto, (embora recomendado – como pudemos ler na exibição da TV Globo) aos olhos da igreja, que seu casamento falhou ou ainda que ela, enquanto esposa, falhou, não soube ‘edificar a sua casa’, sendo motivo de ‘olhares’.

O que, em uma formação discursiva mais recente sobre a vergonha, como presentificamos em alguns enunciados, gera comoção, sendo lida como vítima pelos telespectadores. As mídias tem ocupado papel de destaque na sociedade contemporânea e considerar seus efeitos é tarefa primordial, visto que constantemente coloca em cena sentidos em disputa seja para o amor, para dor, para a violência, para o sofrimento, o trauma e a noção de vítima. Esta última, constituindo-se elemento fundamental para a “transformação de um sofrimento individual em causa coletiva” (PINHEIRO E ALVES, 2018).

Muitas vezes as instituições não cuidam desse aspecto tão relevante na iniciativa da mulher que pede socorro. A intimidade e a privacidade e o sentimento de autopreservação não devem ser desconsideradas, pois aparecem nestes enunciados de nosso arquivo de forma relevante e insistente. Pelo próprio discurso jurídico, muitas vezes alguns afetos singulares são desconsiderados. A vergonha, um deles. Mas também a complexa constituição discursiva da humilhação, da submissão e da opressão como se pode ver abaixo:

(M7) Porque **querendo ou não eu me sentia muito presa porque querendo ou não a gente fica oprimida** tipo... tudo eu tinha que ficar com meus horários contados...

(M12) era assim, não tinha briga porque ele era uma pessoa.. **eu que nunca enxerguei mesmo**, sabe? Porque assim ele saía, aí eu chegava do serviço e ele saía (...) E eu assim... **pra não criar situação** de ir lá e perguntar **eu.. sabe? Ficava submissa aquilo**, entendeu? E assim foi indo, **fui vivendo de ilusão até aqui, até acontecer isso...**

(M10) aí **ele me agrediu, eu não fiz escarcéu, fiquei calada** porque se a minha família soubesse ia querer brigar, fazer barulho e não tem como...

(M8) é, com **humilhação** assim com palavras mesmo, entendeu? **É psicológico, o meu psicológico, entendeu?** Por isso é que eu tomei essas atitudes...

Em M10, por exemplo, chama atenção a utilização do termo ‘escarcéu’ para “responder” a agressão. De acordo com o dicionário Oxford languages do Google, escarcéu é o sentido figurado utilizado para significar uma “grande confusão, alvoroço” além de ser um “ato de

exagerar, ou levar demasiadamente a sério, coisas sem importância.” Remonta o imaginário de uma mulher que deve ser silenciada, não criar problemas, não questionar e seguir as regras, como pudemos ler em M7 com ‘horários contados’ ou ainda em M12 ao dizer que ‘pra não criar situação eu...ficava submissa aquilo’. O silenciamento, a submissão, a opressão aparecem como recursos para que? Del Priore (2009), ao mencionar sobre como as revistas femininas nas décadas de 60 e 70 significavam as mulheres e os relacionamentos, explica que que:

As relações amorosas passam, pois, por excessivos cuidados com a aparência, o peso, a beleza, a maneira de vestir. Elas se fazem à custa de esforços para tomar conta da melhor forma do “seu” homem — do estômago aos problemas cardíacos; essas revistas bombardeiam métodos eficientes para “agarrar e manter”, é óbvio, o dito cujo. As mulheres investem na busca de um “casamento feliz” (DEL PRIORE, 2009, p. 330).

Presas, oprimidas, submissas, caladas, humilhadas, diminuídas, mal vistas, envergonhadas. Adjetivos que correspondem aos relatos acima e todos refletem o modo como as entrevistadas significam seus modos de ser/estar em uma relação afetivo-conjugal. Parece se tratar de uma dissimetria de poder nas relações, embora também uma dissimetria afetiva. Tais condições de silenciamento parecem enunciar e produzir sentidos que não permitem tradução, produzem sentidos que não podem ser traduzidos. Trata-se então de pensar os relatos, como pontua (Peron, 2016, 114) “justamente nesse lugar de equívoco, de incompletude”, trabalhando a relação do silêncio com o “o imaginário discursivo.” Parece incidir em seus dizeres a ilusão do tornar-se um, àquele que não desestabiliza, do complemento e da história de amor. Isto certamente coloca homens e mulheres em posições diferentes no jogo do amor e, ao que me parece, as mulheres entram perdendo, diminuídas.

Ao significarem a si mesmas em um lugar de humilhação, opressão e silenciamento, estas mulheres recorrem às construções imaginárias do lugar de esposas, mães, trabalhadoras em busca de uma enunciação de unidade que possa sustentar a si mesma enquanto sujeito-mulher. Entretanto, o que se tem nos silêncios, é a produção de sentidos múltiplos que apontam, na verdade, “para o esfacelamento dessa mulher constituída pela humilhação na conjugalidade.” (PERON, 2016, p. 115). O que, em outras entradas, pudemos ler a ideia de peso e de infelicidade, que faz com que a relação torne opaco o reconhecimento de si.

III. “Eu tô muito traumatizada mesmo...” Trauma, sofrimento e sentidos

Esta entrada de análise se dá pela consideração da existência de possíveis deslocamentos históricos, políticos e subjetivos na descrição do que tange às “consequências” de experienciar a violência doméstica. A nomeação, o sentido atribuído à experiência tem que ver com o que há disponível de recursos de linguagem no mundo. Incômodo, trauma, psicológico abalado, ‘difícil’, ‘complicado’, ‘isso machuca’ e ‘isso dói’ foram algumas das expressões utilizadas para descrever uma gama de sentimentos atribuídos à violência. Partimos do ponto em que a ideia do que traumatiza ou não é produzida historicamente, o que traz uma perspectiva diversa em relação a forma de nomeação de uma experiência ou outra.

(M5) e aí ele ficava me ameaçando, me xingando, me mandando mensagem e **aquilo foi... começando a ficar bem... incômodo, né?**

(M10) Não, agora eu to bem graças a Deus, **mas dói um pouco ainda, né? não tem como esquecer..**

Em M5, a utilização da expressão incômodo transmite uma ideia de algo que atrapalha, que gera indisposição. Embora por efeito de sinonímia pareça algo de uma ‘perturbação’, ainda sim, carrega intensidade menor, como se atenuada, sobretudo com a utilização das pausas antes da afirmação.

A utilização do termo ‘ainda’, seguido pelo complemento “não tem como esquecer”, parece-nos supor a ideia de algo que está em curso no momento presente. O conectivo de tempo – ainda-, na relação com os enunciados que o antecedem e que vêm depois, serve à um tipo de enunciação, sobretudo na teoria da argumentação, que porta a heterogeneidade constitutiva na relação com a materialidade e o interdiscurso. É a busca por sustentar a argumentação na relação entre enunciados, mas que também considera a figura do analista como ponto de referência para tal (AMOSSY, 2011).

Le Breton (2017, p. 10, tradução nossa) irá dizer que a dor “tortura a existência”. No caso, M10 enuncia que “agora está bem”, seguido por “dói um pouco ainda” – ambos no momento presente, representando a heterogeneidade e a possibilidade de sentimentos opostos habitarem o mesmo tempo e espaço de discurso que quando complementado com o “não tem como esquecer”. Ao marcar a temporalidade do ainda, M10 remete ainda a um discurso recente de superação e saída, que propõe a ideia de que “o que passou, passou” e que isso deve ser feito o mais rápido possível, já que como diz Illouz (2012), sofrer por amor passa a ser uma perda de tempo que ameaça o ‘eu’ saudável. Por que a utilização do ainda? Não deveria mais doer? No que tange aos relacionamentos amorosos em geral, chegar ao fim parece já ser um

empreendimento complexo. No caso de um relacionamento que envolva algum tipo de violência, que se trata de um tipo de vínculo em que um está praticamente fixado ao outro, esse distanciamento passa a ser lido como um ‘descolamento’ e, como tal, é algo de si que se corre o risco de se ‘perder’.

Por exemplo, quando uma das entrevistadas afirma que está “traumatizada”, é já um novo modo de experimentação e de elaboração de um tipo de vivência específico. Além disso, pelos testemunhos das mulheres entrevistadas, nos aproximamos de efeitos subjetivos, como nas sequências a seguir:

(M8) mas é.. **vem juntando**, sabe como é? Vem, Vem na sua cabeça, então assim, **meu psicológico vem muito, muito abalado, muito muito muito mesmo!**

(M12) ele eu acho que ele quis fazer isso tudo ele...**não sei, não sei, eu não consigo entender**, entendeu? **Porque ele.. eu realmente tô assim... eu tô muito traumatizada mesmo** com isso porque nosso Deus, ele me defamando e tudo.

(M7) Não, **eu.. tipo.. pra mim tá.. dói. te** falar pra você que dói na gente, dói **porque ce escutar que você é uma piranha, eu sou muito trabalhadora...**

A incerteza, a dúvida que paira sobre o comportamento do outro e que aparece em M12, a busca por entender, ter explicações, antecedido pela repetição de um “não sei, não sei”, parece reafirmar a ideia de algo que, para M12 poderia ocupar o lugar de inapreensível, que escapa à “lógica”, além de contrariar a expectativa. O ‘mesmo’ utilizado por ela depois de ‘traumatizada’, traz uma certa intensidade ao enunciado.

As pausas e interrupções dos enunciados que precedem indicam uma mensagem que está sendo elaborada no momento mesmo do dizer, o que inicialmente pode parecer confuso, elementos encontrados também no que enuncia M7. Novamente, recorremos à enunciação vacilante, no que tange à busca por uma coincidência que não se encontra e que, por isso, se reformula. Os sentidos que escapam, se confundem, se ofuscam. A elaboração do dizer que pausa entre a memória e os afetos.

No psicológico abalado de M8 e do trauma de M12, o que pudemos delinear é que são formas de nomear e designar o sentir que tocam a interioridade e a exterioridade do discurso. São recentes os discursos sobre o que traumatiza e o que abala o psicológico, principalmente dentro de uma relação amorosa. Um conceito como trauma, que era restrito aos consultórios médicos e psicológicos, passa a ser utilizado por uma mulher em situação de violência, o que parece reafirmar o que formulou Didier Fassin (2020) ao considerar o trauma, o sofrimento e o

mal estar como constituídos discursiva e historicamente, popularizando-se, então como uma noção que oferece ao mesmo tempo que reivindica um “reconhecimento social” (FASSIN, 2020, n.p., tradução nossa).

Essas expressões, assim como o conceito de “relacionamento abusivo” (este geralmente descrito como um modo principalmente da violência psicológica) por exemplo, ganham popularidade a partir da mobilização de discursos médicos e psis, pelos meios de comunicação e pela circulação em rede, produzindo um novo léxico para os modos se sentir. O modo de nomear o sofrimento não está alheio a centralidade que as ambiências midiáticas assumiram nas sociedades contemporâneas. Delas partem não somente realce ou apagamento de formas de sofrimento como também os modos de nomeação (BASTOS E ALVES, 2017).

Na relação entre o trauma e a memória, podemos ainda localizar o que enuncia M7, que vacila ao narrar aquilo que nomeia como dor, ao mesmo tempo em que, na sequência finaliza com uma certa diferenciação entre piranha e trabalhadora. Isto é, se propusermos uma pequena troca para: “sou trabalhadora, não sou piranha”, poderemos perceber que em sua fala, há algo na imagem da “mulher trabalhadora” que se opõe à imagem da “mulher que é piranha”, fruto da incidência do discurso moral, posição assumida por ela no discurso. Sobre seu ato de linguagem, incide a memória discursiva muito provavelmente em forma de pré construído (ORLANDI, 2009), que nos leva à um gesto de interpretação da mulher trabalhadora sendo aquela que é digna, além de ser ela mesma dignificada pelo trabalho, enquanto que a mulher piranha pode vir a ser aquela que tem uma vida fácil, sem esforço.

Ao mesmo tempo em que algumas entrevistadas falam sobre a dor e o pesar com mais intensidade, outras consideram o sofrimento em uma relação de ‘apesar de...’ nos relacionamentos, como se pode ver na seguinte sequência:

(M13) eu acho que a gente não deve aceitar porque **por mais que a gente sofra..** eu acho que **elas voltam** mais por questão de sentimento, eu acho que **por mais que a pessoa sofra, a gente** não pode aceitar porque **a gente** sofre um período, mas ... outras pess.. **a gente pode achar outras pessoas que vão dar valor na gente ou então ficar sozinha pra não ter problema**, igual se não tivesse esse relacionamento **eu** não tava aqui, entendeu?

(M16) Então assim: sofro? Sofro, mas **é melhor ficar sofrendo sozinha, tranquila do que sofrer dele junto sem saber se vai acordar no outro dia**, então acho mais seguro, ainda mais que tem meu filho, então...

Quando M13 muda de pessoa para dizer da não aceitação, modalizando o dizer, ela se aproxima ao dizer “a gente sofre”, mas se distancia ao dizer “elas voltam”, o que marca sua

posição discursiva ante seu relacionamento. Elas, aqui, parece um lugar de diferença. Quem seriam elas? Por que ela não se inclui n'elas? A questão de sentimento poderia ser o sofrimento em si que poderia ser difícil de sustentar para 'elas que voltam', um lugar discursivo que não é aquele de retornar. O sofrimento está sendo referido à separação e a entrevistada não desconsidera o sofrimento, mas o coloca como secundário ao utilizar o "por mais que...", como se o sofrimento não fosse condição suficiente para a manutenção de um vínculo. Dizer que 'não devemos aceitar', é um elemento fruto de um discurso recente.

A aposta segue no encontro do par amoroso, pelas palavras de M13: 'alguém que vai dar valor na gente' ou então ficar sozinha, que vem como segunda opção. Retomando a discussão proposta por Illouz (2012) sobre os deslocamentos no discurso amoroso, o que se busca nas relações contemporâneas em relação ao amor, é o sentido de valorização de si. O que se busca, mas também o que se reivindica e se demanda, lendo M13.

M16, por sua vez, apesar de sofrer, não chega a mencionar outro relacionamento. Ante à noção tradicional que traz a figura do homem como protetor, àquele que dá segurança, M13 materializa em sua fala um outro discurso sobre o homem, colocando-o como alguém que pode oferecer ou se tornar um risco à vida, quando menciona o "sem saber se vai acordar no outro dia". Ainda, como possibilidade de interpretação, abre espaço para que afetivamente, M13 esteja convocando um lugar de autonomia 'apesar de' ser sofrido. Desta forma, a relação que era "antes idealizada como um "abrigo do mundo cruel", a vida privada agora é amplamente retratada como um local de violência, risco e abuso emocional" (SANTOS, SANCHOTENE E VAZ, 2019).

IV. "Agredido não, só de palavras" Os nomes da violência

O enunciado-tipo acima seja talvez, entre os que identificamos nesta pesquisa, aqueles mais sujeitos a deslocamentos, mas de certa forma organiza os sentidos em torno do efeito da violência. Como se poderá ver neste subcapítulo há certa resistência em designar atitudes masculinas como violência. Aparentemente, é aquilo que afeta a mulher "traumaticamente" que é percebido como violência, propriamente. E não tanto o ato em si. Mas ainda assim a denominação institucional não parece estar presente como um pré-construído (ORLANDI, 2009) nos discursos de todas as mulheres ouvidas e embora o discurso jurídico seja fonte estabilizadora de sentidos, há algo delas ao narrar a si mesmas e suas experiências que extrapolam esses sentidos. Violência, então, passa a ter seu sentido rarefeito e disperso

naquilo que enunciam. Pareceu-nos que as entrevistadas marcam com bastante ênfase uma diferença entre o que elas consideram como agressão e o que não. Como é possível verificar nas seguintes sequências:

(M4): Não, agredido não, só de palavras.. (...) nn Discutia bem..né? de de de boca..isso discutia, mas.. **de pôr a mão não.**”

(M11) mas **eu acho que quando te coloca a mão, aí eu já acho que fica mais, fica mais, bem mais.. entendeu? Intolerante** porque palavras, palavras a gente pode até relevar alguma coisa, mas a partir do momento que começou com agressão física, onde vai chegar entendeu? Então.. melhor assim...

(M9) ele liga qualquer hora lá pra casa pra ficar **infernizando, ameaçando, oprimindo..** tipoo fazendo lá o que a menina falou. ligar ele liga qualquer hora lá pra casa pra ficar infernizando, ameaçando, oprimindo.. tipoo fazendo lá o que a menina falou. V1¹⁶: agressão psicológica M9: que é isso que ele faz, me torturar psicologicamente. [entrevistadora questiona o que a entrevistada considerava que era antes] M9: **ahhh.. é.. é so ameaça na minha, na.. porque isso na verdade é ameaça ele ligando lá pra casa falando que ia fazer ia acontecer.. ameaça.**

(M5) ..ele nunca foi muito dessas coisas assim enquanto a gente tava junto, **mas depois que a gente terminou, parece que ele não aceitou muito bem e.. aí ele começou a agir assim,** mas ele já era bem **agressivo com palavras, essas coisas assim, sempre agressivo com palavras..** mas no início eu achei que não ia dar em nada (...) aí eu vi que já tava chegando num ponto que não **era uma coisa simples de um xingamento ou outro,** foi aí que eu decidi ir até a delegacia.

(M13) Siim, mas no meu caso foi uma **lesão corporal leve..** não foi assim nada de.. nada assim de me ferir **assim.**

(M18) tipo.. **agressão física assim nun.. teve! Teve algumas, mas não foram assim tão.. tão brutas,** né? (...) é empurrão... ah, é mais empurrão, não chega a dar soco, dar chute... é, algumas.. alg.. foram poucas.. é mais verbal.

(M10) fooi, **ele me machucou bem, bateu muito na minha cabeça, no meu rosto.** E: e ele usou alguma coisa pra te bater..? M10: não, **só o chute mesmo..**

Se na entrada anterior, eu mencionei sobre ser a que mais me emociona, esta, por sua vez, é a que mais me assusta. Pela dureza e crueza das enunciações postas em relatos, tal qual a brutalidade que de tão pesada chega a quase se materializar. Existem coisas em que talvez nem precisamos dos cinco sentidos para que possamos experienciar. Os enunciados da sequência acima são um exemplo. Para mim, não foi necessário que eu visse marcas físicas –

¹⁶ V1, referenciada aqui, é a abreviação para Avó 1. Isto porque uma das entrevistadas foi acompanhada pela avó, que também participou da entrevista. Como foi algo imprevisto dentro do roteiro das entrevistas, decidi nomeá-la de modo diverso das outras entrevistadas que estão sendo referenciadas como M1, M2 e assim por diante.

elas estão ali. Evidentemente, isto se dá pelo fato de que, em análise de discurso, sobretudo no campo das escutas discursivas, o analista não é uma figura de neutralidade pois, como nos lembra Alves e Melo e Costa (2014): “Se, discursivamente, dizer é dizer de si em movimento, ouvir, por correspondência, é também permitir-se deslocar nas/das filiações prévias ocupadas pelo analista.”

O que me leva a retomar a questão proposta no capítulo 3 que é: o que faz com que um homem se autorize ao mesmo tempo em que é autorizado a ‘machucar bem’ uma mulher com quem constituiu um relacionamento cujo -amor- é um dos componentes? Que, se lido a partir do jogo de relações imaginárias e antecipação proposto por Pêcheux (1997): quem, no jogo das relações é esse homem que se autoriza a agredir? E quem é essa mulher a quem este homem se permite causar danos, lesões?

Uma das leituras possíveis e que de nenhuma forma busca justificar, senão elaborar um pensamento, é a de que se exige e toma-se o poder à força, seja fisicamente, ‘machucando, batendo’ ou ‘ameaçando’ ou ‘oprimido’, se tomarmos emprestadas as definições de M9 e M13. Seja pela via da violência física ou por meio de xingamentos e ameaças, a violência exclui qualquer possibilidade de relação, a medida em que busca degradar e eliminar o outro em busca da manutenção daquilo que Birman (1999, p.14) veio a nomear como um “poder narcísico”.

Com a repetição em M11 da expressão ‘fica bem mais’, parece bem representada a diferença da intensidade entre o que se releva em uma relação e o que não. O que M4 é mais categórica ao dizer ‘agredido não, só de palavras’ esse só, nos auxilia a pensar em quais seriam os limites dentro de uma relação. Até onde se pode ir? Qual o limite estabelecido por elas entre o que é simples e o que passa a não ser mais tolerável?

O atravessamento destes corpos-sujeitos do discurso pelas palavras, palavras de ofensas lidas como xingamentos, toleráveis e sem valor, mas que enunciam e constituem- também estes corpos. Como vimos em Lacan no capítulo anterior, o modo com o qual nos constituímos passa fundamentalmente pela relação com o Outro/outro. O que faz com que um xingamento, numa relação amorosa, seja tido como tolerável, simples? O que tem nessa relação que faz com que numa relação amorosa um homem seja ‘agressivo com as palavras?’

Incide aí não apenas o imaginário da posição-sujeito mulher, mas a posição sujeito-mulher que sofre com a violência. São as formações imaginárias que constituem sentido seja para a mulher quanto para o como ela irá significar seus afetos em relação à situação de violência. Isto compõe também o modo com o qual ela enuncia e descreve as agressões

(PERON, 2016, p. 65). Na memória discursiva sobre a mulher em situação de violência, o que é que se imagina de um ato violento para que m13, por exemplo, diga que ainda que tenha sido lesionada, não foi ferida ‘assim’?

Esse limite do tolerável parece ser muito variável entre os enunciados da sequência que trouxemos em destaque. Nas sequências acima, se repete com frequência a diferenciação de intensidade também entre o que é agressão física ‘de verdade’ e o que ‘não é tão bruto’, como exemplificou M18. ‘Só’, ‘coisa simples’, ‘nada de me ferir assim’ são algumas das modalizações do dizer que apontam também para o quanto a interpretação da experiência que lhes ocorreram pareceria/seria mais ou menos graves. O que fica marcado é que há diferenças, diferenças que muitas vezes ‘não contam’ como agressão.

‘Só’, utilizado por M10 para responder que o ex-companheiro utilizou ‘só’ o chute, parece em certa medida, não produzir o que expressa levar um chute no rosto. De acordo com estudo quantitativo proposto por Dourado e Noronha (2015), a face, a cabeça e o pescoço são os lugares mais atingidos e até mesmo focalizados na agressão contra a mulher. Consideram o rosto como um local simbólico, relacionando os danos causados nesta região às práticas de humilhação e que busca, sobretudo, marcar uma posição de poder diante desta mulher. O rosto é lugar de identificação, reconhecimento de si no espelho. A agressão na face seria, em absoluto, a tentativa de destituir o outro de si, retirar dele – e tentar fazer com que os outros vejam, qualquer dignidade, além de reafirmar quem é que, neste jogo, detém o poder (DOURADO E NORONHA, 2015).

Em M9 o que se pode observar é a negação da nomeação vinda da instituição, seguido por ‘é só ameaça...’ como se ameaças e ‘tortura psicológica’ não dissessem das mesmas coisas ou como se ‘tortura psicológica’ fosse mais grave do que as ameaças que vinha recebendo. Ao mesmo tempo, também leio o que enuncia como uma possível reivindicação pelo sentido ou até mesmo uma não identificação com o discurso produzido juridicamente. Esta última poderia indicar que ainda que “violência doméstica”, tenha sido discursivamente instaurado pelo jurídico sob a pretensão de definir, designar e estabilizar há algo que é próprio ao sujeito, que escapa, rompendo a completude de um sentido que se supõe sem falhas. Um sujeito que reivindica sua função de autoria (ORLANDI, 2009), ao dizer ‘é só ameaça’ associando ao ‘na minha’ e ‘na verdade’, reafirmando aquilo que lhe parece mais coerente.

(M22) Tá grave, tá sério.. porque porque **eu acho que as mulheres são muito carentes hoje** e acho que os homens sabem disso..**ai xingam falando que você é inútil, achando que podem fazer o que quiser,**

não tem paciência e as vezes acabam chegando às vias de fato mesmo, eu acho que é por isso.. (...) Ao ser questionada pela pesquisadora sobre o sentido de carente, ou seja, carentes de quê, M22 responde: (M22) de.. de.. de afetividade mesmo homem e mulher mesmo de relacionamento.. **mulher é muito sonhadora**, né? então **toda mulher quer um relacionamento, quer um comprometimento, quer alguma coisa com o homem, né?**

Algo interessante aparece em M22 ao falar sobre os xingamentos que ‘as mulheres’ tendem a receber. Chama atenção que ela considera que a situação das mulheres esteja grave porque ‘as mulheres estão muito carentes hoje’ e que ‘os homens não tem paciência’ para com a carência das mulheres além de se aproveitarem disto. O que conversa com um imaginário muito curioso da mulher que ‘demanda demais’ dos homens. Que na relação com a exterioridade do discurso aparece como uma certa significação da mulher. Carência, termo utilizado para descrever a forma como as mulheres se sentem, pode ser um termo de diferentes significados. Usualmente, carência é utilizado para descrever uma ausência, uma falta, um ‘algo’ que precisa ser suprido. Na leitura de amor imaginário que propusemos no capítulo anterior, supõe-se que este outro detém o saber sobre aquilo que ‘me falta’ e por isso recorro a ele como chave, como decodificador de um desejo que a mim mesmo é estrangeiro” (LACAN, 1992 [1960-61]).

M22 não fala em nome próprio, fala ‘as mulheres’ e ‘todas as mulheres’. A utilização da terceira pessoa em uma narrativa tende a tornar um discurso formal, mais institucional do que pessoal. Lendo só a primeira parte, seria possível pensar que neste discurso sobre a mulher, ela não se inclui. O ‘todas’ entretanto, ainda que mantendo sua relação de generalização e ainda dizendo na terceira pessoa, traz a questão: falar de todas as mulheres talvez não possa ser o caso de significar também a si mesma e a própria experiência com o campo da afetividade?

Ao citar que os homens não têm paciência com as exigências afetivas femininas, deu às mulheres um ar infantilizado e, ainda, atribui sentido ao fato de a mulher ter que agradar o marido, caso contrário ele perde a paciência e como M22 mesmo fala “acabam chegando às vias de fato mesmo”. E embora utilize o mesmo significante de outras entrevistadas, ‘xingamento’, parece trazer elementos novos para nossa análise, atribuindo os xingamentos há um certo sentimentalismo talvez exagerado da mulher. Sentimentalismo e infantilidade femininos já explicado por Kyla Schuller (2018, p.2), que “em meio à sua ética feminizada de identificação emocional, opera como um mecanismo fundamental do biopoder” pois, foram em argumentos médicos e biológicos que as mulheres no século XIX (período de estudo da autora),

foram consideradas irracionais, emocionais e ‘carentes’ (utilizando o termo escolhido por M22).

Ao adjetivar as mulheres como sonhadoras e em seguida dizer sobre o relacionamento e o comprometimento como exemplos, M22 enuncia sua inscrição em uma certa formação discursiva sobre o amor-relacionamento como instrumentos que constituem e realizam sonhos, sejam eles o comprometimento e o ideal de constituição familiar. A família e o relacionamento foram locais de reconhecimento e que conferiram, por longos períodos na história, reconhecimento à mulher e atribuídos à “verdadeira feminilidade” (ZANELLO, 2020, p.148). ‘Rainha do lar’, ‘Dona de casa’, são também modos de nomear e de significar uma mulher e que, na relação com a memória, incidem sobre o que foi enunciado por M22, ainda que mobilizados na forma do não-dito, que, como bem pontua Orlandi (2007, p.15), “é história e que, dada a necessária relação do sentido com o imaginário, é também função da relação (necessária) entre língua e ideologia.” A realização do sonho familiar, portanto, não se trataria apenas como forma de reconhecimento e significação de si, mas também se constituiria como um ‘locus’ de poder.

Tal formulação e significação do amor e do ser mulher – assim como todas as outras, são tecidas no campo cultural e singular ao mesmo tempo. Jurandir Freire (2000), propõe, então que a experiência de amar possa ser extremamente satisfatória, sem que necessariamente transformemos o amor em fonte única e eterna de felicidade.

V. “Meu coração estoura de tanto pavor que sinto!” Em estado de alerta: ameaças e perseguições

A metáfora escolhida para representar esta entrada de análise evidencia de modo interessante – e também angustiante o sentimento de medo que atravessa muitas entrevistadas. M1(a entrevistada cuja fala marca esta entrada) foi a primeira entrevistada e se apresentou aparentemente nervosa, mexendo muito as mãos e as pernas durante a entrevista, indicando em um gestual, aquilo que estava dizendo.

O enunciado, se lido em seus detalhes, em uma das possibilidades de leitura indicaria que M1 metaforiza, reafirma e intensifica o sentimento de medo. Pavor é diferente de medo. Enquanto o primeiro pode ser interpretado como algo que aterroriza, assusta e causa horror, o segundo gera um estado de alerta. O coração estourar, aparentemente assume uma certa violência, intensidade.

(M1) **Ele dizia que se eu não fosse morar com ele, eu ia ver o que ia acontecer...**

(M9) porque ele me ameaçava **que se eu separasse dele ele ia me matar**, aí eu ficava com medo...

Aparentemente, a utilização do “dizia” faz sinonímia com “falava”. Em ambos os casos, em si mesmos, não apresentam grande concretude. Entretanto, há de se considerar, como propõe Orlandi (2012) as condições de produção de um discurso. Isto é, temos aqui um homem anunciando algo a uma mulher e, ainda que não seja nada específico, faz acessar um imaginário do que homens podem fazer quando a mulher não cede, na condição do enunciado acima, representado pelo “se...” que se dá em uma estrutura de “se x, logo y”, y sendo uma consequência. É o imaginário na relação com o interdiscurso que irá dar conta de completar o não dito.

E as consequências poderiam vir desta forma, sem especificação como em M1 ou mais robustas e concretas como em M9 cuja enunciação ameaçadora era de perder a própria vida. O que nos remete à um imaginário “se não fica comigo/se não for minha, não vai ser de mais ninguém” frequentemente encontrado em outros relatos como sendo aquilo que pode anteceder o crime de feminicídio¹⁷, a materialização da impossibilidade de seguir a vida pós término do relacionamento. Escolher entre ‘o relacionamento e a vida’, entretanto, não aparenta ser uma escolha. Muitas ameaças podem não se concretizar, mas ao mesmo tempo, quando se concretizam, é o dizer que antecede o ato.

(M4) eu fico fora de casa **porque eu fico com medo de dormir em casa e quando eu vou pra dormir em casa eu tenho que tá com quarto trancado..** porque eu não confio mais, eu não tenho confiança mais..

(M16) Porque o que acontece.. da primeira vez, eu tinha muito medo, eu tava grávida, né? e foram muitas ameaças.... no meu caso foi mais **ameaças do que agressão mesmo.. (...)** só que pra sair.. **depois que cê entra num relacionamento desse é muito complicado**, numa situação dessa é muito complicado, **cê fica com muito medo, entendeu?** Até que aconteceu a situação aí, né.. **como se fosse a bomba que estourou** e aí fez esse boletim de ocorrência...

(M18) (suspira) ahh.. **eu quero né, sentir um pouco mais livre, né?** (...) mas tem esse medo.. sempre esse medo assim de eu estar fazendo alguma coisa ele ta me olhando.. **não que eu esteja assim.. com outro.. mas ah, sei lá...**

¹⁷ “Se você não ficar comigo, não fica com mais ninguém diz homem para ex-mulher”

<https://www.radiojotafm.com.br/caarapo/se-voce-nao-ficar-comigo-nao-fica-com-mais-ninguem-diz-homem/36569/>; Lutador suspeito de agredir namorada já foi filmado fazendo ameaça de morte: ‘Se você não vai ficar comigo, não vai ficar com ninguém’ <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2020/07/31/lutador-suspeito-de-agredir-namorada-ja-foi-filmado-fazendo-ameaca-de-morte-video.ghtml>; Acesso em Jul.2023

(M19) eu tava nessa.. nesse ritmo.. ele me seguindo, tomando conta da minha vida.. **então eu vivia assim, com medo dele..** eu ia num barzinho? Com medo!

M16 parece trazer uma diferenciação entre agressão e ameaças ao individualizar o dizer em: “no meu caso, foram mais ameaças do que agressão mesmo”. O que seria uma agressão mesmo? O mesmo aqui sendo utilizado como confirmação de que foi ameaçada, sim, mas que isso não é uma agressão, se propomos um outro modo de enunciar. E mais, esse eu marcado enquanto lugar discursivo de ter recebido mais ameaças, parece separar ainda o ‘meu caso’ dos ‘outros’.

Podemos interrogar: quais seriam esses outros e o que lhes conferem o selo de agressão mesmo? No jogo de formações imaginárias como proposto por Pêcheux (1975), se retomamos o cenário da pesquisa, uma das interpretações possíveis desta particularização do caso seria entre aquelas outras mulheres e aqueles outros casos presentes na sala de espera. Parece incidir aqui o pré construído da agressão vinculada necessariamente à agressão física.

Ao mesmo tempo, marca que não foi a primeira vez no caso dela, mencionando não só o medo em se separar, mas o que acredito ser interessante aqui é quando diz que “depois que ce entra num relacionamento desse é muito complicado”. O que é que se teme diante de uma separação em um relacionamento ‘desse’? Objetivamente, poderíamos interpretar que se teme pela vida, mas o ‘complicado’ parece também poder apontar também para uma outra consideração.

A separação é uma resposta simples demais para a tamanha complexidade do que envolve um relacionamento, sobretudo se há uma ameaça ou um anúncio de que há um risco. O sentimento de perda ou ausência de si juntamente com aquele objeto que se perdeu é comum em processos de luto, compreendendo também o luto amoroso e que pode comportar até uma certa melancolia (FREUD, 1966 [1917]).

Kyla Schuller (2018), em sua pesquisa sobre o sentir e o sentimentalismo, se aproximou da ideia de que tanto um quanto o outro são produzidos em sua relação com o tempo e na história, enquanto discursos produzidos por livros e romances literários, manuais médicos e outros textos que afetaram diretamente o modo como homens e mulheres eram socialmente dispostos na sociedade, mas também o modo como amam e se relacionam. O homem, era aquele disposto a pensar, era o regente de dois. Deste ponto, em um relacionamento em que pairam as idealizações e em que a experiência do amor é aquela do amor fusional, em que há um jogo de forças violento para que dois se torne um, a separação pode assustar, sobretudo porque separar-

se é, em certa medida, autonomizar-se e autorizar-se subjetivamente, o que pode ser angustiante em muitas medidas.

O medo não é discursivizado apenas durante a relação, mas no depois também. Isto porque por mais que estejamos na mesma formação discursiva, nos inscrevemos de modos diversos na memória. Depois que o relacionamento acaba, os efeitos das ameaças ainda são sentidos seja pela reafirmação por parte dos companheiros ou pelo eco do dizer anterior, como no caso de M19 que disse do receio do ex companheiro a estar observando. Em M18, ao mencionar que teve o companheiro seguindo e “tomando conta” de sua vida por meio de stalking e perseguições, podemos ler uma significação diferente daquela enunciada por Shuller (2018) quanto o que se esperava de um homem fosse mais é que ele tomasse conta deste ser não autônomo que é a mulher.

Carrega, em contrapartida, o que nomeia Illouz (2012, p.19) como a “ecologia da escolha”, que diz não só de opções de escolha, mas de questionamentos sobre a escolha feita pela manutenção ou término do relacionamento, no caso de M18 podendo ser até lido como uma certa reivindicação de autonomia, quando, na sequência, enuncia querer se sentir ‘um pouco mais livre’, enuncia um desejo que parece não poder ser enunciado na medida em que logo em seguida entoa uma explicação.

Quando justifica sobre ‘não que eu esteja com outro’, as pausas e hesitações remetemos à enunciação vacilante, esta que é uma forma do heterogêneo que possibilita com que o desejo pela liberdade habite o mesmo espaço do que eu nomeio como necessidade de se justificar por querer estar livre, fazendo incidir o silêncio sob a forma de certa censura sobre aquilo do sujeito que escapou não como um “mero acidente da linguagem” (ORLANDI, 2007, p.10). Ela não poderia estar com outro? Ela só poderia querer estar livre caso estivesse em outro relacionamento? O que tem no querer desta mulher em ser livre que precisa ser corrigido, escondido, tamponado?

VI. “Se o homem quiser fazer, ele consegue” Imagens da masculinidade

Aqui, os enunciados se organizam em torno da imagem do homem que se divide entre pai e marido. Diferentes representações que fazem pensar sobre os ideais incorporados pelos homens em suas relações, bem como os semblantes possivelmente assumidos diante destas. O enunciado-tipo (em negrito) ajuda a entender, na dispersão dos enunciados, esta relação entre

o imaginário sobre as leis no Brasil e o lugar do “homem” historicamente constituído nas relações conjugais. A ideia de que “se homem quiser fazer, ele faz”, representa o homem de modo a extrapolar a lei, sendo mais forte do que ela. Entre o homem e a lei, o que imperaria é o homem. Entretanto, novas demandas em relação a este homem começam a emergir. Não se trata de ‘querer e fazer’, mas o que parece ser demandado é a cumplicidade, o companheirismo. Vejamos os enunciados a seguir:

(M3) ah porque **se o homem quiser realmente fazer alguma coisa contra a mulé ele consegue.**

(M4) Eu acho que num.. não está funcionando na verdade, porque a gente vê tantos casos acontecer e esse negócio de medida.. a medida vai medindo, vai **medindo e quando cê vai ver nêgo já matou e não acontece nada com eles..** é o que a gente vê todo dia né?

(M19) Ah eu acho que.. por exemplo a pessoa, **por causa de ser homem, acha que.. né? pode tudo, é mais forte, é isso e aquilo, né? faz e acontece!** Acho que é isso.. eles acham que a mulher fica mesmo.. é.. intimidada por eles

Se, inicialmente, vimos a lei enquanto limite e suporte para uma ruptura, aqui, a lei aparece como não suficiente para colocar limite neste homem. O que acompanha também a ideia, por oposição de que a mulher é mais ‘fraca’ que o homem. Ideia muito valorizada pelos cientistas, médicos e teóricos da evolução, como bem notou Schuller (2018), que viam na organização de classe e raça a organização de quem seria o menos evoluído e, por consequência, mais inferior. Na sequência, como pudemos observar em M19, seria o homem mais forte do que a lei e mais forte que a mulher, lido como aquele que ‘intimida.

Na campanha Compromisso Atitude lançada pelo Governo Federal em 2016 como podemos ler abaixo, o dizer que impera é o de que ‘A Lei é mais Forte’¹⁸.



(Fonte: Governo Federal, Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania)

¹⁸ Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/noticias-spm/noticias/artigo-da-campanha-compromisso-e-atitude-sobre-feminicidio>

Na imagem, disponível no artigo de lançamento da campanha, podemos contar com elementos visuais verbais e não verbais que se interpretados juntamente, revelam um hiato entre aquilo que foi significado pelas mulheres entrevistadas quanto ao ‘homem mais forte’ e a ‘lei é mais forte’. O objetivo era o fortalecimento da rede de enfrentamento à violência contra a mulher e num gesto interpretativo, o que podemos ler é que sobre um fundo de cor preta, estão duas escritas. À esquerda, há o desenho de uma mão, uma mão que sinaliza protesto ao mesmo tempo em que é alvo, tendo no centro em destaque, na cor vermelha, o símbolo representado pelo feminino. Nesta, não só o desenho, mas também a escrita está borrada, tipologia de letra que se parece com inscrições urbanas, remetendo-nos a algo que a sociedade diz. Neste caso, a sociedade diria “basta”. Do lado direito, uma escrita mais nítida, marcada, delineada, com uma tipologia de letra que remete a algo oficial da institucionalidade de uma escrita, representado aparentemente por um formato de carimbo, elemento identificador e extremamente presente em decisões judiciais. É o carimbo que firma a decisão.

Na disposição da figura acima, é a Lei, o Governo, que, a partir do efeito produzido de discurso transversal (PÊCHEUX, 1995) vem em socorro àquele que fala, recorre à verdade do discurso outro – no caso, o da Lei para garantir a verdade do discurso mesmo da sociedade dizendo basta. O ‘basta’ reivindicado e evocado contra o feminicídio pela sociedade, portanto, precisaria da firma jurídica para produzir efeitos. Não se trata aqui de pensar a intencionalidade desta campanha, já que, dada sua condição de produção, o objetivo era o de firmar não apenas em ‘compromisso’, mas também em ‘atitudes’, o enfrentamento à violência. Cabe, entretanto, a questão:

A lei, neste caso, seria mais forte do que quem? A realização sintagmática deste enunciado-tipo mostra uma assimetria dramática entre o poder da lei e o poder do homem na relação conjugal em favor deste, o que parece estar em dissonância (não há como pensar em efeito direto da campanha com as mulheres entrevistadas, mas cabe a análise dos efeitos de sentidos produzidos) com o que enuncia as mulheres. Pois, se para elas, o homem é a mais forte que a lei, a lei, por consequência, não é a mais forte, o que pode gerar certa relação de desconfiança com o dispositivo jurídico, postergando, por exemplo, a decisão em denunciar.

Qualquer que seja a formação discursiva a que se filia cada uma dessas mulheres, com a qual, portanto, elas se identificam e se reconhecem, na memória discursiva das relações

conjugais em nossa sociedade, houve e ainda há¹⁹, algo como um “consentimento” dado socialmente para a violência. Isto é,

Evidentemente que já não se recorre à ciência e à medicina para afirmar que a mulher é inferior ao homem, como ocorreu nos séculos XVIII e XIX. A questão hoje não é a inferioridade física ou mental, mas a adequação dos corpos e comportamentos a modelos de eficácia, produtividade e competitividade, regidos por um complexo mecanismo social de normatização das pessoas. (MARTINS, 2004, p. 12)

Vemos aqui, pelos enunciados apresentados que a ideia de que um homem é mais forte e pode tudo é a que mais se aproxima do ideal de masculinidade hegemônico. Assumir o semblante masculino e de virilidade, significa não apenas assumir uma normatização psíquica, mas refere-se também às normas sociais que permitem ao homem se situar na cultura. Há um Ideal do eu, ideal de homem localizado no campo do Outro. A imagem de bom pai auxilia na sustentação do ideal de homem e de parceiro, sendo àquele que, portanto, figuraria como o que faria sustentar o ideal de família, muito valorizado por muitas das entrevistadas, como pudemos acompanhar até aqui.

A começar pela divisão entre bom pai e bom marido. Mesma pessoa, dois papéis diferentes que, aparentemente são também assumidos ou lidos de modos diversos pelas entrevistadas, como se pode ler a seguir:

(M7) ele vai ver, ele busca, **isso aí eu não posso falar não, sabe? Ele é um ótimo pai, isso aí eu não posso nem reclamar, mas.. marido..**

(M17) **com a minha filha ele é muito carinhoso, dá muita atenção pra ela** e ela também é muito apegada a ele e ele também é muito apegado a ela, aí isso também.. é um pouco disso aí..

Se em M7 fizermos uma pequena alteração como: ele é um ótimo pai, mas um péssimo marido ou ainda, não posso reclamar que ele não é um bom pai, mas reclamo que não é bom marido. Na substituição, M7 tomaria como reclamação a possibilidade de deixar na entrelinha que talvez o marido não tenha sido um bom marido. Há, na reafirmação de que ‘isso ela não pode falar’, uma possível dificuldade ou pudor na suposição do ex parceiro não ter sido um

¹⁹ No momento em que escrevo este trabalho, no dia 31 de julho de 2023 um caso de violência sexual ganhou repercussão nas redes e nas mídias, onde, em Belo Horizonte (MG) um homem foi preso após levar uma mulher que foi deixada desacordada na porta de casa e a estuprar. Nas imagens veiculadas, o acusado carrega a mulher nas costas por um determinado trajeto e tempo. Até então, ninguém viu e ninguém falou nada. E, embora esta pesquisa trate da violência contra a mulher em relações íntimas de afeto, nesta entrada, em específico, sobre a imagem da masculinidade, me pergunto – ainda envolta nas tramas da indignação sobre a autorização que este homem teve e deu a si mesmo para tal atrocidade. Qual o discurso sobre o ser homem e a masculinidade o autorizou a agir deste modo e a sentir-se livre caminhando com uma mulher desacordada nas costas? Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2023/07/31/suspeito-de-estuprar-mulher-apos-show-de-thiaguinho-em-bh-e-presos.ghtml>. Acesso em 08 jul. 2023.

bom marido, como a necessidade de dar a esse homem um alibi. Como: olha, ele não é tão ruim assim. Algo de um compromisso que se estabelece com a suposta proteção ou ‘limpeza’ da imagem deste homem. Em M17, a ênfase no ‘com a minha filha’ também demarca uma certa cisão entre a figura do marido e de pai.

Localizamos ainda nos enunciados a ideia do homem como um menino, irresponsável, aquele que precisa de cuidados e beira a irresponsabilidade. Aparece como ‘um jeito dele’, ‘ele sempre foi assim’. Expressões que parecem infantilizar o homem e menosprezar o impacto do seu comportamento, que remete ao imaginário de explicações generalistas que envolvem certos posicionamentos dos homens em relação as mulheres de que é ‘homem é assim mesmo’. Tem um jeito de ‘ser homem’ que é compreensível, beirando uma aceitação que é social, mas que, ao mesmo tempo esbarra no pessoal e no afetivo, como podemos ver nas sequências a seguir:

(M4) De pirraça! **De pirraça!** Ele mesmo já falou que não sai de casa por pirraça (...) Mas ele se esquece que **se ele não tivesse comigo, eu apoiando ele, ele também não teria nada** porque **ele não tem juízo**, entendeu?

(M21) ele era muito assim.. **revoltado com a vida** então eu acho que **as vezes a gente fica meio assim, de para raio, sabe?** Não sei se é isso, mas assim, ele tem uma história de vida muito triste, falta do pai, ele.. quando ele bebe...

(M11) **mas ele é assim, ele é grosso, tem o jeito dele** mas foi só comigo, entendeu? A partir do momento que mexeu comigo, é por isso que eu...

(M12) Ele fica calmo, depois ele começa a alterar.. assim.. **a personalidade dele é muito forte...**

Se a figura do homem aparece como infantilizada, a figura da mulher na vida deste homem aparece como algo que beira a pedagogia maternal, esta, que tem o poder de “endireita-lo” e “compreende-lo” em sua ‘história de vida triste’. A imagem da mulher sendo ‘para-raios’ em M21, pressupõe a busca de uma ‘causa’ ao comportamento do companheiro, considerando a história familiar deste homem que, enquanto filho, vivenciou a falta do pai, sua outra figura de homem. Tanto em M4 quanto em M21, vemos a mulher como aquela que acolhe, compreende e sustenta – seu parceiro e, em última instância, o bem estar da relação.

Lemos ainda, no entanto, e em alguns casos, algum deslocamento de sentido se tomarmos por base o enunciado-tipo. O ideal de marido está se deslocando, bem como o ideal do que é um relacionamento e um casamento. Enquanto até agora vimos o ciúme sendo representado pela posse e o controle nesta ideia de ‘como se eu fosse só pra ele’, em M19, o

que aparece é o oposto. O pesar em fazer as coisas sozinha, ainda que dentro do casamento, como podemos ver na seguinte sequência:

(M19) vou num casamento, vou sozinha, vou num aniversário, vou sozinha **e então eu que exigia muito e ele:** ahh, mas eu tenho que trabalhar que não sei o que, não sei o que.. aí eu falei: ahh, então é melhor a gente ficar solteiro, ué, **porque eu sou viúva de marido vivo**, eu me sentia solteira sem poder fazer papel de solteira Entrevistadora: e emocionalmente isso te afetava? Tipo.. afetar sua autoestima? M19: Muito! Muito! **Porque pra mim ele tinha.. pra mim ele tava casado comigo por casar, só pra falar: ahh, eu tenho ela ali, mas.. to nem aí pra ela..**

Ou seja, o que se reivindica não é a liberdade, ou pelo menos, não só. O que aparece como questionamento é o ‘excesso’ dela pela indisponibilidade do marido em fazer com ela que a afetava de tal modo que diz ser ‘viúva de marido vivo’, lendo nesta atitude do marido uma falta de interesse. Há um impasse aqui entre aquilo que se demanda do outro e aquilo que se recebe. O que aponta para uma outra formação discursiva, a da ausência do homem. Se em M19 aparece o homem que não faz companhia, que a deixa sair sempre sozinha, em M8, outras demandas aparecem como podemos observar a seguir:

(M8) **ele quer me prender ali com ele... com ele mesmo dentro de casa**, não aceita separação, ele acha que eu tenho que viver com ele ali, entendeu? Só que assim, **ele acha que mulher vive só de comida, entendeu? Botou comida dentro de casa, tá ótimo, não falta nada, botou comida dentro de casa tá bom, mas não é assim, entendeu?**

No jogo de reconhecimento proposto por Hegel, na leitura de Kojève, um senhor precisa do escravo para ser reconhecido como senhor. O que faz, necessariamente com que o escravo, para tal posição, precisa de alguém que seja o senhor. Se a mulher é lida como um outro-objeto, em relação ao homem, grande Outro – como propusemos no capítulo 2, há de se considerar que deslocamentos no feminino e no ser mulher, causam, afetam também deslocamentos no masculino e no ser homem, o que faz com que, como propôs Acácio (2021) ao estudar as masculinidades negras, se a masculinidade – tal qual a feminilidade é produzida discursiva e historicamente e,

Uma vez que a masculinidade é atestada enquanto uma produção social faz-se valer algumas variáveis para adentrar em contextos históricos e locais geográficos diferentes. Pressupomos assim que a masculinidade varia de cultura a cultura, varia no decorrer de um determinado período e está sujeita a mudanças a partir de outras variáveis sociais (ACÁCIO, 2021, p. 20).

M8 contrasta a ideia de marido que era provedor e que deveria, portanto, ‘colocar comida dentro de casa’ e essa ser sua única preocupação enquanto marido. Para ela, o que aparece é a necessidade de algo a mais enquanto mulher. Tanto em M8 quanto em M19, o que se pode ler é o direcionamento para a inscrição em um outro tipo de discurso, um deslocamento sobre o que se esperava de um relacionamento em um momento histórico anterior e o que se espera agora. Aponta também para algo que se desenha em torno do que quer esta mulher contemporânea, já que indica que a imagem de provedor não lhe esteja mais sendo suficiente, assim como, num gesto de interpretação, o lugar de esposa também não.

VII. “Ahh ele é muito ciumento, muito, muito, muito” Discursos sobre a posse e o ciúme

Das possíveis leituras sobre o amor nas relações afetivo-conjugais, o ciúme aparece como algo que faz parte das relações e é medido de acordo com certo grau de normalidade e é trazido pelas entrevistadas a partir daí. Nesta entrada, o ciúme assume modos distintos de leitura pelas entrevistadas, passando pelo ciúme-patológico, ciúme-zelo, ciúme-posse e ciúme-traição. É possível pensar em uma certa patologização do ciúme? Ciúme no nível imaginário, que se difere de quando parte para uma ação. Aparentemente, a relação dos homens com o ciúme extrapolaria a insegurança para passar para estratégias de controle, além de uma suposição insistente de traição. Nos exemplos a seguir, é possível ter algumas leituras:

(M1) A gente brigava porque ele era **muito** ciumento e **começou a ficar demais**, sabe? Aí tudo que eu falava com ele, **ele falava que ele tinha mudado tudo pra ficar comigo, que me amava...** aí eu ficava pensando: **meu Deus, tudo que esse homem tá fazendo é por mim.**

(M7) **Ciúme todo mundo tem**, mas ele era meio.. era tipo um **ciúme doentio**, sabe?

(M13) Ahh, **sempre foi muito ciumento assim de coisas assim, as vezes passava dos limites, pegava no braço assim.. mas eu nunca levei em consideração, sabe?** Mas nesse dia, ele realmente passou dos limites!

Em M1, o ciúme entra em jogo juntamente com o amor. O que daria a M1 um lugar de ser a razão e o motivo pelo qual o parceiro direcionava sua mudança. Em nome de um certo discurso sobre o ‘amor’, muitas coisas podem ser autorizadas e muitas outras reivindicadas. Ora, se o parceiro faz tudo por ela, logo, ela também teria que estar disposta a fazer pelo parceiro na lógica da negociação afetiva. O contrário disso seria como negar o amor que lhe está sendo endereçado ou assumir a posição no discurso como ingrata-não merecedora.

Ao dizer que o parceiro era ‘muito ciumento’ e ‘começou a ficar demais’, M1 marca que o ciúme já era bastante. Não é que ele era ‘um pouco ciumento’ e começou a ficar demais – se pensarmos nesta substituição, era algo que já era muito e ainda se excedeu. Considerando o que se trata de ‘limites’, encontramos em M13, assim como em M1, a utilização do ‘muito’ para se referir ao quão ciumento o parceiro era, mas ao completar a frase com ‘assim, de coisas assim’, aparentemente, M13 supõe uma normalidade subentendida, beirando a banalização, da mesma forma quando se refere ao ‘pegar no braço *assim*’. Mesmo que pontue que o pegar o braço estaria fora dos limites, o ‘assim’ ameniza a expressão, ideia que se complementa pela própria afirmação de M13 em seguida sobre ‘nunca ter levado em consideração’. O que é que cabe considerar e o que não dentro de uma relação afetivo-conjugal?

Há um pré construído sobre a violência doméstica e sobre a mulher vítima de violência que produz sentido e constitui o imaginário do que seria uma violência ‘assim’. Ao mesmo tempo em que parece incidir e revelar tanto sobre a definição de violência pela lei maria da penha quanto, por exemplo, a evocação do relacionamento abusivo a não transparência da língua, significando em uma polissemia que, de acordo com Orlandi (2009), “o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco (ORLANDI, 2009, p. 36).

Na introdução desta entrada, questionei sobre o que poderia ser um ciúme normal e o que não, mas não é de hoje que o ciúme vem sendo relacionado com a paranoia ou psicanaliticamente posto em relação à agressividade e o narcisismo (SAFATLE, JUNIOR E DUNKER, 2018). M7 diferencia o ciúme que ‘todo mundo tem’ e aquele que o parceiro sentia. Com a hesitação depois do *meio..era tipo*, M7 parece, com certo estranhamento, buscar uma explicação. Ciúme doentio. No decorrer da entrevista, M7 dá pistas do que considera um comportamento ‘doentio’ como se pode observar no excerto a seguir:

(M7) Sim, uhum é porque.. quando começa a beber, usar droga, aí começa.. **dia de sexta feira era só jesus! (...)** é.. **ele falava que eu tava com outro, aí eu chegava às vezes tarde do serviço, aí ele falava que eu tava com outra pessoa.. começava a viajar, aí começavam as agressões**

(M16) ahh, **tirando minha liberdade mesmo**, do convívio com os amigos, meu trabalho, me limitando meu círculo de.. conversa.. e **colocando como se eu fosse só pra ele**, entendeu?

(M18) Ahh ele é muito ciumento.. **ele era muito ciumento muito ciumen.. muito ciumento.. muito muito.. muito ciumento, coisa de gente que não tem.. assim, no começo até foi bom, sabe? Mas depois**

foi ficando muito ciumento, eu me sentia praticamente obrigada a ficar com ele assim.. praticamente.

(M12) Ai um dia ele desconfiava de uma coisa, outro dia outra, supor.. se um dia ele ligasse se eu tivesse no ônibus se o ônibus tivesse em silêncio, ele fala que eu tava com homem então nada mudava aquele pensamento dele, entendeu?

Aparentemente, sexta feira era um dia que anunciava para M7 o que ela poderia esperar da presença do ex marido, cuja presença significava necessariamente ser interrogada e agredida. Interrogada similarmente ao interrogatório policial quando alguém é acusado ou suspeito de um crime. O suposto crime cometido aqui? ‘Estar com outra pessoa’. Qual o indício? ‘Chegar tarde em casa’. O interrogatório, aqui, como braço do controle e do poder disciplinar, que busca encontrar vestígios, na mulher, de que ela ‘estava com outra pessoa’. Trata-se da enunciação do sofrimento, da angústia e da destrutividade da violência se capilarizando no cotidiano.

O chegar tarde do serviço em M7 encontra semelhança no ônibus em silêncio de M12, ambos aparecem como possíveis ‘justificativas’ para o imaginário de traição, o que parece escancarar, sob o véu do controle – e com graves consequências, já que segundo M7, era isso que gerava as agressões – uma grande insegurança destes homens, como se em algum momento a traição estivesse à espreita, o que certamente poderia causar uma grande ferida narcísica, além da ‘perda da propriedade privada’, ou seja, a mulher. A autonomia desta ‘sua’ mulher, o fato de que ainda que os minutos estejam contados, há ainda a possibilidade de que algo seja inapreensível, parece abrir espaço para o ódio, manifestado sob a égide do controle e da agressividade (RECALCATI, 2014, p. 53, trad. nossa).

O ciúme, por vezes, produz a existência imaginaria de um rival que é extremamente ameaçador. A ameaça seria a de roubar do sujeito ciumento aquilo que ele supõe ter, seja o amor do outro, seja o outro enquanto objeto. No jogo de rivalidade com o outro, pode-se sentir ciúme de lembranças, de fotos, sonhos, não precisando da existência material do rival. Basta a suposição (SAFATLE, JUNIOR E DUNKER, 2018) como pudemos ler em M12, que parece materializar com ‘um dia desconfiava de uma coisa, outro de outra’ o que buscamos elaborar no capítulo 3 como o inferno da demanda do Outro.

Um Outro que interroga, invade, desconfia, pune, territorializa e não cessa de demandar, que se fizermos uma cartografia dos gestos de controle passa desde contabilizar a hora, à interpretação do silêncio, à restrição do convívio com outras pessoas. Trata-se de uma demanda infinita e que se desloca de objeto em objeto sem jamais se satisfazer, o que faz com

que ao invés de uma troca entre os nadas de cada um (LACAN,1956/57 [1995], p.142), a articulação passe a ser “eu te dou tudo que sou”.

Tanto em M16 como em M18, o ciúme se conjuga com a posse, algo posto que restringia a ‘liberdade’ das entrevistadas. A ideia da mulher enquanto propriedade do homem aparece nesse entremeio, representada em M16 com ‘colocando como se eu fosse só pra ele’, logo depois de dizer sobre limitar o seu círculo de convivência. O que em M18 apareceu como sentir-se ‘praticamente’ obrigada a ficar com o parceiro... praticamente. O que faz parecer que não era uma obrigação posta, uma lei instaurada, era um não dito que afetava a forma como M18 interpretava a si mesma no relacionamento. Interessante a adjetivação escolhida para descrever o ciúme no início do relacionamento ‘no começo até foi bom’. Isto porque a leitura do ciúme como um dos modos de dizer o amor, bem como dar a esta mulher um lugar de reconhecimento no desejo do parceiro, parte de uma construção histórica na qual o ciúme é significado como zelo e cuidado discursivizado insistentemente em novelas, manuais religiosos, filmes e músicas (DEL PRIORE, 2009).

Por exemplo, no ano de 2017 – mesmo ano de início das escutas, a dupla sertaneja Henrique e Diego lança a música “Ciumento eu”²⁰ que, embora esteja fora do ranking das 100 mais ouvidas, chama atenção pela forma como descreve o ciúme tido não só como um sentimento, mas como ação, estratégia, fazendo apologia clara à violação da privacidade e perseguição. Vejamos a seguir:

“Ciúme não/Excesso de cuidado/ Repara não/Se eu não saio do seu lado/ Tem uma câmera no canto do seu quarto/ Um gravador de som dentro do carro/ E não me leve a mal/ Se eu destravar seu celular com sua digital” e que segue com a explicação para tal utilizando-se do argumento de que: “É tudo por amor/ E tá pra nascer/Alguém mais cuidadoso e apaixonado do que eu/Ciumento eu/ E o que é que eu vou fazer/ Se eu não cuidar, quem vai cuidar do que é meu?/ Ciumento eu/ Melhor falar baixinho, senão vão te roubar de mim!”

A mulher, nestes casos, parece não ter escolha e o relacionamento, tal qual as demonstrações de afeto e de carinho são impostas, como quem toma ou detém algo, que pode ser representado, talvez, pela utilização repetida do pronome possessivo “meu” nas músicas supracitadas. O ciúme, lido como zelo e cuidado, adquire semblante de demonstração de amor e proteção, embora diga mais do exercício de dominação masculina sobre o corpo da mulher,

²⁰ Texto completo disponível em: <https://www.letras.com/henrique-diego/ciumento-eu/>

que imaginariamente rivaliza com um “outro homem”, este que pode roubar aquela que é “sua”, como uma propriedade assumida em um “contrato”.

Na letra acima, as estratégias de controle estão mais refinadas, passam também por recursos tecnológicos como a digital no celular, a câmera e o gravador. Aparentemente, na vida desta mulher, é tudo milimetricamente calculado e medido. Como pontuou Chiaretti (2013) ao estudar os efeitos de identificação em livros de autoajuda, os discursos produzem efeitos e isto ocorre, dentre outros mecanismos, pela própria identificação. O controle do celular bem como o controle do tempo percorrido no caminho do trabalho até a casa, cantados também no trecho da música acima, fazem parte de um conjunto de componentes da violência doméstica. Deste modo, a leitura que se faz do parceiro representado pelo personagem cantado na música não é ele como controlador, mas sim, cuidadoso. Não é inseguro e invasivo, é apaixonado. Parece ser essa uma leitura e significação possível do ciúme que faz com que M18 possa enunciar que ‘no começo até foi bom’.

Na sequência da entrevista, M12 traz uma cena interessante e que pode nos auxiliar a pensar em um ‘fantasma da traição’, o dilema da aparição de um terceiro na relação que, aparentemente, desestabiliza a manutenção do poder – e conseqüentemente da posse – deste homem diante da “mulher-propriedade” que, como vimos acima na letra da música, não pode ser ‘roubada’. Vejamos a seguir:

(M15) Eu descobri há dois anos que ele me traía, mas com a mesma pessoa com a qual eu descobri.. **a pessoa nunca trouxe problema pra mim, nunca levei problema pra ela, entendeu? Mas ele é nesse estilo: fica lá e fica cá...**

(M12) um dia ele discutiu com uma mulher, aí ela falou “**cê é um corno!**” pra que que ela falou aquilo.. (...) **aí depois dessa briga ele tornou minha vida um inferno** (...) Só que **ele começou a colocar aquela imaginação na cabeça que ele era corno**, que ele era corno e.. começou essas falação dele.. (...) porque lá na realidade quem tem a fama de mulherengo é ele, entendeu? **Quem tinha a fama lá de ficar com os outros é ele.. ele**

A possibilidade de ser traído e de ser visto como ‘corno’ desestabilizaria a imagem de homem e cairia em contradição com a imagem de ‘mulherengo’, que era dele. Se tensionarmos o que foi dito por M12, a possibilidade de leitura é que a autorização que ele tem para ser ‘mulherengo’ não é a mesma que ela teria em fazê-lo ‘corno’. A figura do ‘corno’ ou ‘chifrudo’ parece expor uma ferida narcísica dos homens, remetendo-os não só à perda de poder, como também o senso de ser, a partir de então, ‘menos homem’. Del Priore (2009) traz em suas pesquisas sobre a época colonial no Brasil que, desde os anos 1700, não poderia haver nada

pior do que “ter a reputação de corno socialmente (DEL PRIORE, 2009, p.196). Em consonância com o que propõe Zanello e Gomes (2010), “corno” passa a ser uma ofensa pois,

Por seu turno, “corno” é “esposo de mulher adúltera (...). É um dos insultos mais populares”. Segundo Araripe, este xingamento aponta para o oposto de “garanhão”, pois tem como referência o boi, “e esta presença faz-se sempre de forma pejorativa, a macular as vaidades mais afagadas no macho conquistador e que tem como critério de valor o ser dono e senhor absoluto de suas conquistas”³⁸. Para Araripe, o boi é símbolo, na cultura nacional, da paciência, do conformismo e da submissão. Os chifres parecem cumprir, em especial, seu papel pejorativo neste xingamento. (ZANELLO E GOMES, 2010, p.271).

A traição é lida de modo diverso quando se trata do agente homem ou se quem está agindo é a mulher. O homem, corno. A mulher, puta. Até nos detalhes, há diferenças. Se corno supõe a submissão, como lemos no excerto acima, puta, por sua vez, evoca uma rede de memórias, sendo a ‘puta’, antagonista da ‘mulher de família’. Del Priore (2009, p. 57) aponta ainda que, a mulher que matasse seu marido por adultério, seria rechaçada, não perdoada enquanto que o homem matar sua mulher estaria honrando o seu nome.

A própria fantasia da traição já ocasiona, segundo os relatos, graves ‘consequências’ para esta “mulher-propriedade”. Já o contrário, coaduna com a autorização social e até mesmo com certas características do “ser homem”, como aquele que ‘tem a fama’, citado por M12, o que produz distintas figurações e interpretações sobre a traição em uma relação afetivo-conjugal. Em M15, por exemplo, a descoberta de um caso extraconjugal do marido, revela nele uma vida dupla ‘fica lá e fica cá’, dizendo anteriormente que o ex marido é ‘nesse estilo’. Se trocarmos, por exemplo por: ‘é assim que ele faz’, nos remetemos à imagem do que seria ‘característico’ e até ‘esperado’ de um homem. Entre a mulher e a ‘amante’, o não levar problema aparece quase como um acordo não dito entre uma e outra, que coloca em discurso a memória da esposa no lugar da constituição de família e a amante no lugar daquela com quem se realiza os desejos.

VIII. “A gente pensa mais na criança do que na gente” Discursos sobre a maternidade

Dos discursos sobre a mulher encontrados nas entrevistas, pudemos até aqui nos aperceber do que tange à família e ao casamento. Neste caso, selecionamos sequências que destacam e se ordenam a partir do exercício da maternidade e da relação com os filhos. É possível se deparar com a ideia da maternidade ligada à sacrifício e neste ponto me pergunto se

a ideia de sacrifício está meramente ligada aos filhos ou se a ideia do sacrifício – ao menos para a mulher está acompanhada necessariamente a um tipo de discurso sobre o amor.

Em um dado momento, o sonho de ser mãe vinha com uma admiração por essa mulher, que ganhava um salto de autoridade social. Uma mulher-mãe, é uma mulher que se diferenciava de qualquer outra, sendo reconhecida na família e socialmente. A maternidade, como afirma Kehl (2008), operava como um componente narcísico da formulação e da constituição do que é ser uma mulher. Vejamos nas sequências a seguir como as mulheres entrevistadas significam a maternidade e o ser mãe:

(M5) depois que eu tive minha filha começou e aí a gente aguentava por causa de filho, né? A gente pensa mais na criança do que na gente, então...

(M7) Nossa! Foi horrível...não foi muito fácil não, mas eu ainda aguentei muito por causa da minha filha...

(M8) Então, isso que eu tô te falando, a gente se vê.. igual eu tô te falando, hoje eu me vejo uma pessoa assim que não tem condição, né? **assim, eu tenho dois filhos... né? e... mas.. eu tomei essa atitude [de pedir a medida protetiva] assim mesmo**, não sei como que vai ser porque trabalho tá difícil, (...) Então assim, **meu psicológico vem muito, muito abalado, muito muito muito mesmo! Mas o lado financeiro eu preocupo muito por causa dos filhos...**

(M16) Não, agora chega, já foi muitos anos.. **meu filho também já tava.. com a cabecinha, tadinho.. muito bagunçada e ele é muito pequeno**, não é grande, então.. quando os filhos são grandes igual eu sou grande, **meus pais não sabem do processo do divórcio..** é complicado? **É, mas você entende com mais facilidade do que uma criança..**

O ‘mas’ utilizado por M8 em seguida de dizer que tem dois filhos, apresenta a ideia de oposição, neste enunciado, quase como um ‘apesar de’, sobretudo com o complemento ‘assim mesmo’. Se trocarmos, vejamos: Mesmo tendo dois filhos, eu tomei essa atitude, como se, a priori, ter dois filhos pudesse se delinear em algum momento como um impeditivo para a solicitação de medidas protetivas. M8 aparenta estar inscrita em um discurso sobre a maternidade que compreende a divisão entre a mulher e a mãe. Ou ainda enaltecimento da mãe e supressão da mulher em quanto sujeito de desejo. A mulher que quer se separar, pede as medidas protetivas, vem com o ‘seu’ psicológico abalado e “reclama” seu direito de sonhar (como visto na entrada IV). E a mãe que hesita, que reflete e se preocupa com a parte financeira ‘por conta dos filhos’.

Parece ser um ‘apesar de’ ao mesmo tempo em que é um ‘porém’ que aparece enquanto M8 formula sua resposta. Como se um pensamento se sobrepusesse ao outro, assim como no caso de dizer do ‘psicológico muito abalado, muito mesmo, MAS’. O ‘é... tomei essa atitude assim mesmo’ se articula na heterogeneidade representada pela irrupção do sujeito, que com a pausa, “ocupa o tempo do dizer para que o ‘a dizer’ possa melhor se construir” (PAULILLO, 2004, p. 248)

Tanto em M5 quanto em M7, paira o imaginário de que “antes criar os filhos juntos – independente do que está entorno- do que a separação”. Evidentemente esta ideia não é descolada da ideia de família ‘unida’. Em M5, ao utilizar o ‘a gente’, tendo em vista que a entrevistadora é mulher remete à uma certa identificação com o gênero ‘mulher’ – nós, mulheres, pensamos mais no filho do que em nós mesmas. Remete a uma certa memória de significação do que é ser mulher. Ser mulher seria, então, pensar mais nos filhos do que em si mesma. Não se refere a si em nome próprio, mas através ‘das mulheres’. O que ecoa também em M7, ainda que ela se utilize da primeira pessoa. Isto é, diz, em nome próprio, que ‘aguentou’ por causa da filha, ainda que o tempo com o parceiro tenha sido ‘horível’ e ‘não muito fácil’. Sofrer no relacionamento pareceria ser autorizado desde que fosse em nome da manutenção do ideal de família unida e feliz, felicidade aqui como cita Reis (2019, p. 88) citando Freire Filho (2008), sendo um “gesto de superação”.

Cabe considerar aqui que a figura da mãe faz parte de um discurso historicamente produzido, não querer ser mãe ou não querer estar perto, se cansar, por exemplo, são sentimentos que vêm acompanhados necessariamente por uma culpa. As atribuições às mulheres-mães sejam pelos discursos médicos-biológicos ou pelos discursos da Igreja no século XIX, iriam desde o amamentar a cuidar, educar, e ser responsável pela estrutura afetiva e da personalidade daquela criança (SCHULLER, 2018, DEL PRIORE, 2009). Isto tudo ao mesmo tempo em que, no período moderno, inserem-se no mercado de trabalho. Diferente do homem, que, não teve a figura do ‘pai’ construída como essencial. Chefe da família e provedor são atividades distintas e lugares discursivos distintos dentro da lógica da educação e do cuidado com os filhos.

Em M16, aparece sua imagem tanto quanto filha como enquanto mãe que se misturam no quesito divórcio. Aparentemente ‘a cabecinha muito bagunçada’ do filho foi um dos motivos do ‘agora chega’, do romper e do ponto de basta no relacionamento. Ao dizer que os filhos ‘grandes’ entendem com mais facilidade do que uma criança, o que antecede é que ela exemplifica a si mesma ao passo que, enquanto filha grande, os pais não sabem do divórcio. É

uma contradição interessante pois talvez, o que esteja aparecendo aí, é que talvez os filhos ‘grandes’ também podem não entender com tanta facilidade assim. Qual seria a razão de uma ‘filha grande’ esconder o processo de divórcio dos pais?

O êxito ou a ruína da relação amorosa tende a ser responsabilidade da mulher. Estar em um relacionamento amoroso é significado como atribuição de valor pessoal, além de figurar como resposta à uma demanda social e muitas vezes familiar. Na entrevista, não fica claro o porquê de M16 não ter ainda contado aos pais da separação ainda que recorrendo às medidas protetivas de segurança. Entretanto, parece incidir como um não dito (ORLANDI, 2007), o fato de que, se em algum momento da história, às mães caberia educar os filhos, esta educação não poderia ser do mesmo modo para meninos e meninas, desta forma, os “meninos aprendem a separar” enquanto que as “meninas aprendem a se conectar” (ILLOUZ, 2012, p. 70). Se separar, se divorciar, portanto, seria em relação ao já dito das mulheres que se separam (e ainda mais com filhos), como rebelar-se, não corresponder aos ensinamentos da família para ficar socialmente sozinha.

IX. “Pra mim foi o fim de tudo mesmo” Limite, separação e ruptura

Esta entrada foi selecionada pois os sentidos de separação se deslocam, passam pela separação física ou ‘de corpos’ como algumas entrevistadas nomearam até a demanda pela justiça como simbolização de um rompimento e de um limite seja no ato mesmo da agressão ou até mesmo na própria relação, que não chega ao final como uma temporalidade ou um não querer mais estar junto que pode acontecer quando uma relação termina. O final do relacionamento passa pelo crivo do judiciário. Terminar, então, passa a ser uma determinação ou ainda um modo de fazer valer o fim.

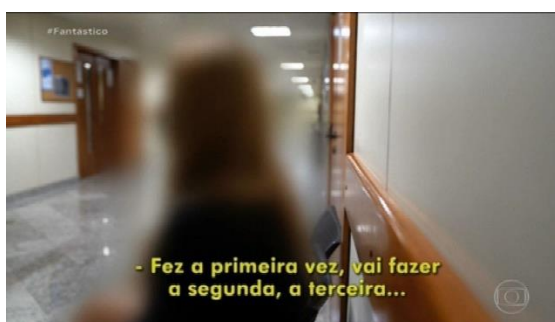
(M12) Não, não quero mais porquê... antes disso **já fazia assim uns 6 meses que eu não deitava com ele**, entendeu?

(M8) **assim a gente não tem relacionamento já tem um bom tempo**, entendeu? Já tem um bom tempo.. não tem como não, sem condições. (...) **assim, as vezes dorme na mesma cama, mas ele pra lá, eu pra cá, não temos nada mais, nada, nada, nada.**

(M9).. **eu não vou saber encarar isso sozinha** por isso que eu fui até a delegacia... (...) eu **precisava deixar isso na justiça** porque qualquer coisa que acontecesse comigo com certeza ia ser ele quem fez..

(M4) Quero distancia dele, o mais .. o quanto mais distância, melhor **porque eu acho que quem põe a mão uma vez vai pôr de novo.** [interpelada pela pesquisadora que pede que fale mais] Uai, foi péssimo, né? Porque **nunca nn ninguém nunca me encostou a mão assim.. então assim, pra mim foi.. a go.. o fim, o fim de tudo mesmo.**

M4, ao dizer que quem põe a mão uma vez irá colocar de novo, já dialoga com um outro tempo discursivo, com ditos bem recentes sobre a possibilidade de repetição da violência doméstica. É a demanda pela instituição como prevenção, assim como em M9. M9 que, ao confessar ‘não saber encarar sozinha’, demonstra, em comum com as outras entrevistadas uma percepção de risco grave e de incapacidade de resolver por si uma situação que já saiu do controle, recorrendo, então à justiça como prevenção e expectativa de resolução. Em 31 de outubro de 2021, foi ao ar no Fantástico²¹ uma reportagem em que acompanhava a rotina de audiências em um fórum do Rio de Janeiro. A reportagem foi exibida sob o título de “Não era amor” e apresentou diversos relatos de mulheres em situação de violência.



(Fonte: Site Fantástico 04/10/2021)

Um dos relatos, como demonstrado na imagem acima, apontava para o que mencionou M4. E embora possa ser interpretado como uma diacronia uma matéria exibida em 2021 com entrevistas realizadas entre 2017 e 2018, a temporalidade do discurso é lógica e não cronológica. Isto é, os sentidos estão postos em circulação fazendo com que o discurso não seja “independente das redes de memória e dos trajetos sociais dos quais ele advém.” (ARAÚJO E MASSMANN, 2023). Trajetos estes que correspondem as nomeações jurídicas, mas também sobre o que se ouve e se produz midiaticamente sobre a violência doméstica.

Chiaretti (2013, p. 94), comenta sobre o processo de identificação como objetivo buscado pelos livros de autoajuda utilizando-se da noção lacaniana de identificação como uma transformação no sujeito quando este assume uma imagem (Lacan, 1998 [1949] citado por Chiaretti, 2013), afetando necessariamente o modo com o qual um sujeito se constitui. Fazendo uma analogia, então, com as reportagens que trazem relatos de vítimas, que, segundo Didier Fassin (2020, tradução nossa) têm tido suas palavras cada vez mais valorizadas e dotadas de

²¹ Matéria completa disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2021/10/04/fez-a-primeira-vez-vai-fazer-a-segunda-a-terceira-relata-mulher-agredida-pelo-marido-que-precisou-parar-de-dancar-profissionalmente.ghtml>

um ‘peso’ que causa comoção e mobilização, trata-se de buscar causar no telespectador – particularmente mulheres, a identificação com a situação de violência.

Os relatos serviriam para ensinar, prevenir, alertar e convidar o telespectador a se identificar “a um personagem de cuja forma de vida devem ser extraídas as consequências para o leitor” (CHIARETTI, 2013, p.95). A diferença é que o personagem, no caso da mulher em situação de violência, não é um personagem, é uma vítima real com relatos reais, o que ganha valor de maior veracidade, buscando causar ainda mais comoção.

M4, E, ao relatar a experiência enquanto ‘péssimo’ e dizer que foi a go..o fim, fim de tudo mesmo’, aponta para a agressão que sofreu como simbolização da ruptura. A hesitação e a pausa e a entonação, são elementos que constituem, na vacilação, uma interposição de pensamentos no momento da formulação, que fez com que a ‘go..’ se deslocasse para o fim. O tom de voz, assim como a hesitação e a pausa são materialidades onde incide a não transparência do sentido. Além de aparentar certa decepção ou desapontamento ao comparar com outras relações e afirmar que ninguém nunca a encostou a mão. Ou seja, a leitura da experiência já foi de um lugar de não tolerância e decepção, que m relação de paráfrase, poderia aparecer e ser lido como “me decepcionei tanto que foi o fim de tudo”.

Aparentemente, na relação, tanto em M12 quanto em M8, o ‘não deitar com ele’ ou o ‘não temos nada mais’ aponta para o subentendido da conjunção carnal como aquela que compõe o relacionamento/casamento, enunciando discursos tradicionais sobre a conjugalidade, ao mesmo tempo em que apontam para uma memória da separação em uma época na qual as condições de produção demonizavam ou ainda dificultavam com que o divórcio fosse possível. Separação de corpos, dormir em quartos separados, mas na mesma casa, parecem constituir modos de manter não o relacionamento afetivo-sexual, no campo dos sentimentos. Mas um modo de manutenção da instituição família e casamento, que formalizam muitas vezes uma questão social e cultural de reconhecimento.

M16, por sua vez, utiliza-se das medidas protetivas como marco da ruptura do relacionamento em si. Aparentemente, como um suporte da decisão de não estar mais junto com o companheiro. Sabe-se que o término ou a ruptura de um relacionamento com violência tende a ser uma temática delicada, a decisão de terminar, vem carregada de muitos outros afetos e o vínculo tende a se estender apesar de. Isto porque, de acordo com Zanello (2018), aparentemente, “muitas mulheres suportam melhor o desamor do que o não ter alguém. E

adoecem. Não pelo amor, como uma entidade metafísica, mas por um modo de entender e viver o amor como questão identitária" (ZANELLO, 2018, p. 95 apud GAMA e ZANELLO, 2019).

A pergunta: o que se busca quando se recorre à instituição jurídica? No pré construído do discurso jurídico, poderíamos dizer que o que se busca é a punição, algumas vezes vingança, mas como bem situa Orlandi (2009), os sentidos não significam do mesmo modo, estando sempre sujeitos à deslocamentos e podendo, considerando suas condições de produção a se tornarem outros. No caso das sequências a seguir analisadas, tratam-se de demandas que extrapolam o Âmbito jurídico, este objetivado e pautado na estabilização de sentidos, onde a contradição não é bem-recebida e que questões de ordem afetiva tendem a constituir um terreno arenoso, já que estão fadadas a falhas e à incompletude. Como podemos ler em:

(M21) [se emociona, começa a chorar] Não, eu só não gosto de falar sobre isso não... É porque na verdade o que passa pra chegar até aqui é que a gente já tinha tentado conversar com ele pra não.. precisar de vias legais, **mas como ele não escuta, eu quero é que falem com ele pra ver se ele acorda pra vida, sabe?**

(M11) não quero nada demais, só quero que ele **respeite meu espaço...**

(M13) Eu quero é **viver minha vida em paz...**

O que me faz questionar sobre o que é que tem na lei que não tem na palavra desta mulher que pede ao companheiro para ‘parar’? Ao falar ‘*a gente* já tinha tentado conversar’, a entrevistada deixa em aberto sobre quem compunha esse ‘a gente’. Entretanto, há de se considerar que as ‘vias legais’ não foram as primeiras as quais a entrevistada decidiu recorrer, pelo contrário, tentou evitar.

Não seria difícil imaginar que em outra situação de violência, que não a conjugal, o recurso às instituições – delegacias, por exemplo – fosse mais imediato. Do ponto de vista discursivo, portanto, o que se percebe é uma possível interpretação que faz distinguir a violência sofrida “em casa” da violência fora do ambiente conjugal. Não somente pelos afetos envolvidos, mas também pelo que parece ser “um compromisso assumido com a resiliência”, este próprio um discurso sobre a mulher e o homem numa relação a dois, muito fundamentado em um discurso cristão-católico sobre o casamento.

“Pra ver se ele acorda pra vida”, é um enunciado-tipo, mesmo em discursos sobre a ruptura. Esta responsabilidade “pedagógica” sobre o parceiro aparece também nas não raras tentativas de mudança do seu comportamento. Discursivamente, temos a diferença entre formações imaginárias, sedimentadas sócio historicamente e que funcionam como base para as

projeções que fazemos sobre nós mesmos e o outro, numa dada relação de interlocução. Como vimos anteriormente, em Pêcheux (1975) é o jogo cruzado de imagens que definem o lugar de si e do outro nas trocas conversacionais: Quem é esta mulher cujo discurso aponta para um empreendimento pedagógico mesmo na ruptura, “para ver se ele toma jeito na vida”? Se não um lugar quase maternal que ela assume ante a naturalização do lugar do homem que pode ou não ser “educado” e “transformado”. Aqui entram em ação não só discursos em situações traumáticas, mas também os próprios sentidos muito assentados nas relações não conflituosas no matrimônio.

X. “Eu separei porque eu já não tava aguentando mais” Desistência e conjugalidades

A desistência, componente desta entrada se conjuga com a insistência. Aparece depois de ‘muitas tentativas’, de fazer ‘de tudo’, associada a um certo cansaço. É como se, para manter o relacionamento, fosse exigido muito esforço, beirando a suportar um peso. Há um acúmulo de acontecimentos, ‘vai juntando’, até que... sempre há uma gota d’água para transbordar o copo. Nem a separação, o término, o afastamento e muito menos recorrer à justiça são as primeiras decisões quando as mulheres se veem diante de algo que, aparentemente, já não estava tão bom assim. Não aguentar mais parece produzir um efeito de sentido do cansaço, do desgaste gerado pela repetição e insistência no transcorrer de um certo tempo. Acompanhem os exemplos a seguir:

(M5) **Ahh eu.. eu.. sabe aquela coisa de missão cumprida, jaz fiz a minha parte e não tem mais o que fazer?** Então.. eu tava numa fase que eu já tava bem saturada.. **eu tentei de todas as formas**, tentei eu conversando, tentei conversar com a mãe, eu tentei conversar com psicólogo... **tentei de todas as formas, não deu certo! O que eu podia fazer eu fiz.**

(M15) e **eu sabia que ele ainda continuava aprontando**, aí aprontava e perdoava que **eu falava com ele que eu ia perdoar ele enquanto eu tivesse dedo na mão..** então em dois anos ele conseguiu usar os dedos todos, entendeu? Então **quando eu fui dar meu grito de guerra**, ele não aceitou ele inverteu que era que eu já tava com outro...

(M7) mas eu separei porque eu quis, né,? porque **eu já não aguentava mais** eu já...**de tanto a gente sofrer a gente acaba parando de gostar da pessoa, né?**

(M21) é o **cansaço** de você.. assim.. o **desgaste** de você... porque eu tentei conversar durante 5 anos e você ver que **aquilo não funciona**, sabe? É a questão assim, de me preservar, sabe?

Esta entrada, é a que materializa a fuga de muitos manuais de violência ou de relacionamentos abusivos que tentam nomear e determinar mais ou menos qual é o perfil da

mulher vítima de violência ou o momento no qual uma luz de alerta deve se acender pois a partir dali o relacionamento passa a não mais ser considerado saudável. A gota d'água de cada uma parece-nos ser muito particular ainda que se veja regularidades de sentido naquilo que descrevem e significam como o 'não aguentar mais'. O limiar da dor, do sofrimento, daquilo que se tolera, se carrega e suporta assim como aquilo que revolta, dói e traumatiza estão em contante relação com a interioridade e a exterioridade do discurso, entre o já lá da constituição e o que ainda está para ser dito, na formulação (ORLANDI, 2009).

Estes limites não são em nenhuma medida transparentes ou bem estabelecidos, parecem poder expandir-se e estreitar-se a depender das experiências vividas no relacionamento. Podem ser dias, meses, anos poucos ou muitos anos. Não é a primeira briga, a primeira ou segunda agressão, tampouco a primeira decepção ou desilusão. O copo não enche de uma vez, é por 'gotas', o que faz com que estes relacionamentos, num movimento pendular, caminhem entre a separação e a fusão, amor e violência. A expressão da violência pode ser brutal, mas o desfalecimento da relação nunca o é. A cada rachadura, parece caber (ou se torna um dever?) uma tentativa de consertar. Uma tentativa, que vem enunciada nas falas das entrevistadas como um esforço continuado, 'de todas as formas'. Como considera Recalcati (2014), o dilema parece se situar mais no fato de se distanciar do que o esforço, o sofrimento ou o cansaço com a relação.

De certa forma, o fato de estar em um relacionamento, parece implicar um comprometimento inquestionável com aquilo que se propõe a viver. Em M5, quando diz 'missão cumprida, já fiz a minha parte', imaginamos qual seria, então isto que ao estar num relacionamento deu às mulheres uma missão? Se tomarmos como missão um encargo, algo recebido e que se configura como um dever a ser cumprido, que estrutura é esta que se organizou de forma tal a dar esta missão a mulher em uma relação afetiva?

Discursivamente, temos a diferença entre formações imaginárias, sedimentadas sócio historicamente e que funcionam como base para as projeções que fazemos sobre nós mesmos e o outro, numa dada relação de interlocução. Em Pêcheux (1997), como mencionado no capítulo anterior, é o jogo cruzado de imagens que definem o lugar de si e do outro nas trocas conversacionais: "quem sou eu para lhe falar assim, quem é ele para me falar assim" e variações.

Quem seria, portanto, esta mulher cujo discurso aponta para um empreendimento pedagógico mesmo na desistência, ao 'tentar fazer de tudo'? Senão ocupando no discurso um lugar quase maternal que ela assume ante a naturalização do lugar do homem que pode ou não

ser “educado” e “transformado”. Semelhante à mulher do século XIX, que, de acordo com os manuais médicos analisados pela pesquisadora Ana Paula Martins (2004, p. 225),

passou a ser vista como um elo importante entre os dois Estados, ou seja, cumprindo as leis da Natureza, sendo uma mãe cuidadosa, nutrindo e educando seu filho, a mulher desempenhava uma função social e moral ao produzir homens hígidos no corpo e no espírito, adequados para viver numa sociedade disciplinar. (MARTINS, 2004, p.225)

O que parece colocar em ação, portanto, não apenas discursos fundados em situações traumáticas, mas em uma posição mulher-sujeito-cuidadora, que foi interpelada por construções ideológicas de séculos atrás. Aqui entram em ação não só discursos em situações traumáticas, mas também os próprios sentidos muito assentados nos modos como o matrimônio deveria se desenvolver.

Quanto ao amor posto em discurso, apontando para o que está no discurso literário, retomamos o que descreveu Camões como “um contentamento descontente” onde assume-se a ideia de servir e que se complementado com o texto bíblico 1 Coríntios 13:4-7: “tudo suporta”. Já em Matheus, capítulo 18, versículo 22, a leitura que se tem sobre o perdão é a de que: “Jesus lhe disse: Não te digo que até sete; mas, até setenta vezes sete” (BÍBLIA, 2020). Um discurso de um dado tempo histórico que fundado na ideologia e nos fundamentos cristãos, faz eco em M15 com a ideia de ‘perdoar enquanto tiver dedos nas mãos’ para, só assim, poder se autorizar (e/ou ser autorizada?) a dar o seu ‘grito de guerra’. O que, em M7 é representado por ‘de tanto sofrer’, ligando a ideia de amor a um dever sacrificial e de sofrimento. Aparentemente, é necessário um ‘tanto’ de sofrimento para que se possa romper com o relacionamento e quiçá, parar de gostar.

Recorrer a esses traços da memória, é perguntar-nos, como aponta Del Priore (2005, p.11) sobre “quais os amores que, ontem e hoje, nos fizeram ou nos fazem amar”. Parte-se, portanto, da ideia de que não se deve desistir. De que a mulher não poderia desistir. Falar não, de acordo com Andrade (2018, p.172) “não é uma equação simples exercitada para reconhecer ou apreender uma verdade sobre o sofrimento vivido, ela produz uma concretude no presente e no agora, desestabilizando o mundo tal como essas mulheres o conhecem”. Desistir do casamento, portanto, seria desistir do amor, além de negar toda sua responsabilidade – esta ‘missão’ dada socialmente de fazer funcionar, de não falhar enquanto esposa e enquanto mulher e, como vimos até mesmo em outras entradas, não romper com o ideal e o sonho familiar. Ideais

estes que não são apenas meros produtos da história, mas que produziu também o desejo de amar, ser amada e ser feliz.

XI. “Eu também tenho direito de sonhar, né?” Discursos de si

Esta entrada, cujo enunciado é da entrevistada M8, pessoalmente, é uma das que mais me emociona e parece caber bem em ser a última entrada a ser analisada neste trabalho. Isto porque a questão que dá título a essa entrada me parece ser delineada em tons de reivindicação. Talvez pelo efeito de identificação, como bem pontua Pêcheux (1975) no jogo das formações imaginárias. Quem sou eu para que ela me fale assim? Quem é ela para me falar assim? Me identificando como uma mulher, ouvir que uma outra mulher está direcionando a mim (e a ela mesma) uma questão sobre seu direito de sonhar, me faz questionar qual foi o ponto de sua história em que ela sentiu que precisava de autorização para algo tão básico como... sonhar? Que embora pareça básico, se estendido em seu sentido por aquilo que na relação com o silêncio não foi dito por ela, mas que ainda sim me parece poder ser mencionado, é a formulação de uma questão sobre o desejo, sobre o poder desejar. Antes de discorrer mais sobre, acompanhemos as sequências a seguir:

(M8): Então assim, de repente igual agora, né? eu me vi uma pessoa assim.. antes eu era mais nova, entendeu, e então **de repente eu me vi.. sabe? (fala já carregada por um choro) uma pessoa sem condição** de sair pra trabalhar, entendeu? (...) Eu também tenho direito de sonhar, né?

(M8) ahh, eu vejo assim, difícil, né? As vezes assim: como fazer? **Será que eu tenho que viver com ele assim? Por causa de.. né? nem eu sei mais, entendeu? Nem eu.** Tem hora que as vezes nem eu, eu fico pensando: **meu Deus, será que eu vou ter que viver o resto da vida assim?** Entendeu?

(M15) [o relacionamento era] normal.. bom.. **eu não me achava assim uma das mulheres mais felizes do mundo, entendeu?** Não tinha nada a ver.. tinha nossos momentos de queda, de altos e baixos mas aí.. esse homem que eu conheci de dois anos pra cá não.. entendeu?

(M19) .. passei com meu primeiro relacionamento, mas **depois eu briguei e separei dele.. ele ficou 15 anos dentro da minha casa, mas eu pra um lado e ele pro outro.. aí ele adoeceu, morreu pra lá e eu fui viver minha vida em paz**

M19 relata que só foi viver a vida ‘em paz’ depois da morte daquele de quem já havia se separado, ainda que tolerada a permanência na mesma casa. Outras questões aparecem sobre esse compromisso do ‘até que a morte nos separe’ comumente utilizado nos casamentos e que,

em M19 se expressa em sua concretude, já que foi, literalmente a morte do ex marido que selou a separação e, aparentemente, a autorizou viver sua vida ‘em paz’. M15, por sua vez, ao responder a entrevistadora sobre como era seu relacionamento, ela prontamente responde ‘normal’, o que sucede o normal é o ‘bom...’ que aponta para uma certa reflexão ao que responder ‘eu não me achava assim uma das mulheres mais felizes do mundo, entendeu?’ Como conjugar a felicidade e o casamento? Seria ‘normal’ e ‘nada a ver’ a mulher não se ver feliz dentro do relacionamento?

Parece estar em jogo aqui tanto na ordem do sonho quanto na do desejo que há algo que foi deslocado do ponto de vista de não mais estar como objeto de desejo de um homem e nem à disposição de realizar os sonhos deste homem dentro de uma determinada ordem como a do casamento que produz e constitui modos de sonhar, viver, amar e desejar (BUTLER, 2017) e que, para a mulher, atravessa necessariamente o lugar de mãe e de esposa como pontos fundamentais de realização.

Elaboramos, anteriormente, a constituição do homem como encarnação do grande Outro para a mulher. Aquele que figura o saber quem ela é, o que deve fazer, aonde deve ir e como deve viver. Seja pelos questionamentos de M8 ou pelo que traz M19, daria para pensar de que discursivamente, a autoridade absoluta deste homem e desta ordem a qual casamento e maternidade figuram como importantes representantes, esteja sendo posta em xeque.

‘Será que eu vou ter que viver o resto da vida assim?’ pergunta M8, que, em Maria Rita Kehl (2008), são questões que passam por querer saber o que o Outro quer de mim, o que eu sou para esse Outro e que, pela autoridade estar balanceada, o que o outro quer não satisfaz mais e é aí que “o sujeito está condenado a inventar os sentidos de sua existência” (KEHL, 2008, p. 26).

Qual será o destino de uma mulher que se casa? Poderia esta mulher outros sonhos e outras fontes de realização a não ser o casamento? O que é que se passa dentro do casamento que faz com que uma mulher só se autorize a formular em seu dizer que vive em paz depois da morte do esposo? Discursivamente, parece-nos que aqui, as entrevistadas estão em uma posição-sujeito não apenas de perguntar pelo seu desejo, como também de se autorizar a desejar, ainda que vacilante em M8, decepcionada como M15 ou determinada como em M19.

Na relação com o tempo e com a memória, a questão está posta e a partir de então, faz emergir na heterogeneidade constitutiva a todo discurso, a necessidade da criação de novas perspectivas e narrativas nas quais o sujeito, ao narrar a si mesmo, passe a se posicionar como

“sujeito do próprio desejo em oposição à a alienação inicial a um discurso de autoridade” (KEHL, 2008, p.27) Autoridade esta exercida e encarnada pelo casamento e pela figura (ou, no caso de M19 a própria presença e existência física) do marido. Evidentemente, essa criação ou invenção de si, assim como o querer saber sobre seu desejo não ignora “os modos de inscrição de cada sujeito no discurso do Outro (...), que é o discurso da cultura a que pertence” (KEHL, 2008, p.27).

Cabe ressaltar que na entrevista de M8, o significante organizador é o trabalho que, até então, era muito governado pelo marido que, por exemplo, como relata em outros momentos da entrevista, não a deixava trabalhar, riscava seus currículos²². Parece, então que foi a necessidade pelo trabalho, a busca pelo trabalho que a faz se deparar com algo que talvez ela tenha perdido ao mesmo tempo em que se questiona se tem mesmo que ser assim²³. Aparentemente, M8 se deparou com um sentimento de perda de si, que é exemplificado pela sequência de questões que ela coloca para si e para a própria vida, acompanhada por um ‘de repente eu me vi...’ que segue por um ‘nem eu sei mais, nem eu’.

Em determinado momento da entrevista, eu perguntava como a entrevistada estava se sentindo naquele momento. E, nesta pergunta: como você está agora?, o efeito de sentido produzido foi surpreendente. As lágrimas, que acompanharam muitos minutos das entrevistas, cederam lugar ao sorriso, ainda que discreto antes ou depois da resposta final, como podemos ler a seguir:

(M7) não tipo assim.. ago.. agora tô te sendo sincera, eu tô muito feliz (riso) na minha situação assim nossa! Tipo assim eu me sinto outra pessoa, mas até as pessoas falam, sabe?

(M16) [ri e responde], ah minha filha, voltei a conversar com todo mundo, né? sair.. sair assim.. não é sair pra noite, não.. mas é participar das atividades da minha família, aniversário.. essas confraternizações de família, confraternização de amigo...

(M22) u.. assim.. com ele.. eu me sentia um caco! Eu me achava assim, a mulher mais feia, mais tenebrosa, sabe? (...) eu não sei.. a questão

²² A fala de M8 tem eco em notícias recentes, como: Pesquisa mostra que 30% das mulheres deixam trabalho por causa dos filhos; homens são 7% (2019) Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/2019/05/10/pesquisa-mostra-que-30percent-das-mulheres-deixam-trabalho-por-causa-dos-filhos-homens-sao-7percent.ghtml> ; Mais de 70% das mulheres com filhos têm dificuldades de inserção no mercado de trabalho (2022) Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/tv/programas/inclusao/2022/07/mais-de-70-das-mulheres-com-filhos-tem-dificuldades-de-insercao-no-mercado-de-trabalho> Acesso em Jul.2023.

²³ A filósofa Silvia Federici, em seu livro “O ponto zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista” aponta que o trabalho doméstico, sendo constituído como um ‘trabalho por amor’, cria uma ilusão para as mulheres de que “é isso” e “tem que ser assim”. Em suas palavras: “A diferença em relação ao trabalho doméstico reside no fato de que ele não só tem sido imposto às mulheres como também foi transformado em um atributo natural da psique e da personalidade femininas, uma necessidade interna, uma aspiração, supostamente vinda das profundezas da nossa natureza feminina” (FEDERICI, 2019, p. 42).

de autoestima mesmo, **mas mais pelas coisas que ele falava.. as outras mulheres são sempre melhores, são sempre mais bonitas.**

Paira um ‘não saber’ explicar sobre aquilo que diz, sobre aquilo que sente. As entrevistas foram adquirindo um ritmo e uma extensão maior a cada entrevistada e a possibilidade de falar de si abre para lapsos, correções, hesitações e o não saber. Ainda que em um contexto plenamente diverso do analítico, as entrevistadas foram associando a partir das questões colocadas nas entrevistas. No caso do excerto acima, M22 ainda menciona os efeitos do relacionamento sobre sua ‘auto estima’. Na expressão ‘eu me sentia um caco’, a palavra ‘caco’ remete-nos à cacos de vidro, é aquilo que resta quando um objeto de vidro ou porcelana é derrubado ou cai no chão, que tem como resultado o despedaçamento. Será que poderíamos pensar em M22 durante o relacionamento como se tivesse seu ‘eu’ despedaçado?

Paulilo (2004, p.257) aponta a enunciação vacilante como uma “escrita da falta”, que no discurso de si, faz do eu objeto daquilo que diz em um caráter de reflexão. No discurso de si, o sujeito está falando sobre sentimentos e afecções, buscando contornar certos processos psíquicos que pode ter experienciado ou que está experienciando. Busca-se de algum modo capturar ou formular o sentido, um sentido que constantemente é esvanecido tal qual, na temporalidade mesma do dizer, como nos enunciados aqui selecionados por nós acima, está o ‘si mesmo’ (PAULILO, 2004; PAULILO, 1997).

Ao responder à questão posta por mim sobre como estava se sentindo agora, M7 titubeia, primeiro nega, depois afirma, na antecipação de se referir a m sentimento próprio sobre a relação, que está sendo sincera comigo pra poder, enfim, e quase numa confissão, se dizer feliz sem o relacionamento. M7 aqui rompe com qualquer ilusão de completude do sujeito quando, no movimento dos sentidos, discursiviza o heterogêneo para narrar a si.

A ideia de “me sinto outra pessoa”, entretanto, parece enunciar a memória da vivência do relacionamento amoroso para a mulher como uma renúncia de si enquanto sujeito de desejo para passar a corresponder discursivamente ao pré construído da imagem de esposa e mãe que outrora parecia ser o caminho natural, ‘normal’ não ser ‘a mais feliz’, o que parece estar se deslocando a medida em que M8 inicia a questionar sobre seu direito de sonhar e que ainda que, pela separação, possam se autorizar a se dizer mais felizes.

A série MAID na Netflix, lançada em 2021, feita baseada em um livro de mesmo título, conta a história da jovem Alex em sua longa jornada vivida entre a perda e a recuperação de si em seu relacionamento amoroso com Sean. Em um dado momento, Alex vai para um abrigo-

casa de acolhimento para mulheres em situação de violência e, ao chegar lá, a primeira coisa que ouve é “tudo bem, pode respirar... aqui nós reaprendemos a respirar”. Retomando Lacan, "o símbolo manifesta-se em primeiro lugar como assassinato da coisa" (LACAN, 1998 [1953]), p. 320). Desta forma, ouvir que ali ‘poderia respirar’ parece simbolizar e dar contorno a ‘algo’ para a personagem, que subitamente respira fundo e solta os ombros, exibindo um gestual de relaxamento ou ‘alívio’. Com o jogo de aqui/lá e considerando a existência dos não-ditos, se o abrigo é onde se pode respirar, evidentemente, o relacionamento conferiria o espaço onde isso não seria “permitido”, metaforizando, portanto, como pode ser sufocante vivenciar um relacionamento que se constitui nas tramas da violência.

Como os personagens nos colocam a pensar a materialização dos discursos, a série poderia figurar aquilo que aparece enunciado nas falas das mulheres entrevistadas que parecem estar localizadas em um tempo de (re)descoberta, reaprendendo a se colocar no mundo, no laço social para além daquele precedente, refazer os laços que antes eram restritos. E, remetendo-nos à canção de Maysa, mencionada na entrada I que mencionava a frustração e a decepção de quando seu mundo cai, nesta entrada, considerando o movimento dos sentidos: “o meu mundo caiu” – “não fui eu quem caí” e, se “o mundo caiu” e não ela, ainda há a possibilidade de aprender a se levantar²⁴. Há um momento de se autorizar de sua existência, que parece vir gestualizada no corpo em sorrisos ainda discretos, mas que podem produzir novos sentidos de si, do outro, da relação como também dos modos de amar e desejar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falo aqui em considerações finais, pois, ainda que esteja no tempo de concluir, não se trata de um ponto final, fechamento, senão de apontamentos para o ponto de interrogação e a abertura. Há ainda a sensação de que mesmo terminando, algo ainda ficou faltando. Resta sempre algo ainda a ser dito, mas paro por aqui, considerando que uma das pedras fundamentais da linguagem é que ela nos coloca diante da impossibilidade de dizer tudo e que a falta é também lugar do possível (ORLANDI, 2009, p.52)

Durante as análises, busquei interrogar e perguntar pelo sujeito. Sujeito, no caso, esta mulher que atravessou em algum momento de sua vida por uma ou diversas situações de

²⁴ “Se meu mundo caiu / Eu que aprenda a levantar” Maysa (1958), Meu mundo caiu, letra completa disponível em: <https://www.lettras.mus.br/maysa/126023/>

violência, por essa que na formulação não nomeia a violência, por essa que titubeia, hesita, se contradiz, chora, ri, ama, desama, se encontra, desencontra, é significada e significa. Se é verdade o que propôs Beauvoir sobre a máxima de que não se nasce mulher, se torna, esse tornar-se, pelo trajeto seguido pelas entrevistadas nunca é unívoco.

O tornar-se está entre a paráfrase e a polissemia, localizando-se no particular, ainda que em relação constante com a exterioridade. Desde 2016, quando empreendi a pesquisa e optei por, na minha pesquisa, trabalhar com a escuta, estou a busca de respostas, mas muito interessada no que elas-sujeitos tinham para dizer. De início, me interrogava do porquê. Por quê elas ficam? E com o grupo de reflexão com homens: por que eles agridem? Na presente pesquisa, ainda voltada para o que elas teriam a dizer, a pergunta foi sobre como elas significavam o amor.

Ao longo desta dissertação, buscamos cartografar como mulheres que experienciaram a violência doméstica significa suas vivências, bem como o modo como o amor é enunciado em canções, séries e campanhas. Foi possível, a partir das análises, sobretudo das entrevistas encontrar similaridades entre uma e outra experiência, mas também deslocamentos no que tange à posição sujeito assumida em suas formações discursivas quanto à relação conjugal, a si mesmas, aos afetos e à violência, assim como deslizamentos e deslocamentos de sentido no que tange à violência e ao que se aceita ou se ‘suporta’ em um relacionamento, que emergem sobretudo a partir dos estranhamentos, dos ‘sei lá’, que, embora pareçam colocar os sentidos em suspensão, apontam para a marca de heterogeneidade do sujeito e do discurso por ele enunciado. Deslocamentos também foram possíveis de serem lidos no campo da mídia, por exemplo que, se em 2002 permitia sátira com a personagem em situação de violência, em 2017, exibe mensagem falando sobre a denúncia.

Nos referimos às mulheres daquela época para pensar as mulheres desta época, aquele cenário discursivo é um e está na memória incidindo sobre a atualidade e se deparando, ao mesmo tempo, com outro cenário discursivo fundamentalmente atravessado pelo discurso de mídia, que são discursos sociais postos em circulação. E aqui, nos referimos não à existência de uma garantia de que as entrevistadas ouviram aquelas músicas ou viram aquelas novelas. Mas por considerar essas produções como as quais produzem e colocam em circulação sentidos que interpelam seus processos de constituição subjetiva, significando os modos de ser mulher, de amar, mas também os modos de sofrer, do trauma, configurando assim novas enunciações do mal-estar. O que faz com que mesmo não tendo tido nenhuma questão específica proposta por mim que direcionava para as mídias, foi possível perceber que o bios midiático atravessa o

discurso das mulheres, seja pelos telejornais, nas campanhas de prevenção, nos personagens das novelas, nas músicas.

No campo teórico e jurídico sobre a violência, o que encontramos é a tentativa por obter não só a completude de sentidos, como também a transparência e a estabilização. Com o trabalho de escuta e análise das entrevistas, o que torna possível elaborar é que quando o indivíduo é interpelado pela ideologia em sujeito, movimento que diz de sua inscrição e filiação discursiva em uma ou outra formação discursiva o sentido desliza, é opaco e cheio de nuances.

A produção de campanhas com os dizeres ‘basta’ e ‘denuncie’ são importantes construções e tentativas de comunicar e que produzem efeitos e permitem novas interpretações. Entretanto, considerando a tendência de as discussões sobre a violência doméstica ser a denúncia e as formas imperativas com que são produzidas, o que pode haver é um silenciamento das afetividades, deixando de lado o que, pelo trajeto seguido neste trabalho, se apresentou como um elemento de densidade no que elas tinham para dizer.

É porque há deslocamentos no feminino que se pode falar em deslocamentos do masculino na estrutura e, tomando emprestado a citação de Foucault quando fala sobre a liberdade ser algo possível de ser criada, pensando no caso da homossexualidade: “nós devemos compreender que, com nossos desejos, por meio deles, instauram-se novas formas de relações, novas formas de amor e novas formas de criação.” (FOUCAULT, 2004).

A violência é sustentada por um tipo de discurso sobre o amor, que não é o único, mas que é historicamente e discursivamente produzido seja pela ciência, seja pelo social, seja pelas produções e formulações da pedagogia afetiva postas em circulação pela mídia. Para que estes sentidos sejam deslocados e novos possam ser produzidos, os campos político, jurídico e o midiático – como produtores de sentido e de verdade – são mobilizados a assumir figuração de rede, uma rede que sustenta e que ofereça suporte para que essas mulheres possam construir recursos que as direcionem para um certo tipo de autonomia em relação as próprias vidas, sobretudo a vida afetiva.

Nossa aposta é que, ao narrar suas histórias, as mulheres – as da nossa entrevista e as que têm suas histórias marcadas pela violência -, possam se apropriar delas, se apropriando de sua própria língua e podendo dizer e construir com suas próprias palavras, saberes e significações sobre o amor, sobre a conjugalidade, sobre a violência e sobre o ser mulher. Narrar a si mesmas é poder se autorizar a construções particulares em relação a si na relação com o outro.

O que buscamos elaborar a partir das escutas discursivas e das análises aqui postas, convida os campos jurídico, midiático, psi, social e político à um outro olhar no que diz respeito às relações que envolvem violência. Institucionalmente, não levar em consideração essa rede complexa de afetos que envolvem não só a relação, mas também a busca por ajuda, é não favorecer o acolhimento destas mulheres, agindo de modo a não ter o cuidado necessário para que a mulher se sinta segura, acolhida e confortável em se pronunciar.

Ter um olhar sobre o heterogêneo e o ambivalente que compõe estas relações, sem desconsiderar a complexidade dos afetos que as permeiam, certamente surtirá efeitos, principalmente se pensarmos nos setores em que os profissionais tem um contato direto com as mulheres que, às vezes podem estar em situação de urgência, mas estão sempre em situação de vulnerabilidade.

Em “Cartas a um jovem poeta”, Rainer Maria Rilke (2001, p.38) aconselha o jovem poeta com quem troca cartas a “viver as perguntas (...) para que aos poucos, num dia mais longínquo consiga viver a resposta”²⁵. Termina esta pesquisa talvez não com muitas respostas, mas tendo aprendido a não recusar as perguntas. Mais interessante do que uma resposta única, é a elaboração do caminho, o trajeto que se faz até a resposta ainda que a resposta abra para ainda mais perguntas – como espero ter ficado claro, como a intenção deste trabalho. Não de fechar sentidos, estabelecer, mas de abri-los, considerar sua heterogeneidade e que um sentido pode sempre vir a ser outro e que as narrativas de dor, de sofrimento e de amor em uma dada condição, podem vir a se deslocar, se transformar, deslizar e serem outros. Encontrar uma nova escrita e novas gramáticas para significar a si mesma, para o amor e as relações de modo que nenhuma relação-amor faça com que as mulheres se exilem de si mesmas.

Afinal de contas, há que se ter o direito de sonhar, não é mesmo?

²⁵ Citação completa: “Ter paciência com tudo o que há para resolver em seu coração e procurar amar as próprias perguntas como quartos fechados ou livros escritos num idioma muito estrangeiro. Não busque por enquanto respostas que não lhe podem ser dadas, porque não as poderia viver. Pois trata-se precisamente de viver tudo. Viva, por enquanto, as perguntas. Talvez depois, aos poucos, num dia mais longínquo, consiga viver a resposta”, (RILKE, Rainer Maria; RÓNAI, Paulo; MEIRELES, Cecília. **Cartas a um jovem poeta**. Globo Livros, 2001.p.38)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACÁCIO, Davi Carlos. **Masculinidades negras em discurso: formulações heterogêneas sobre raça e gênero**. Dissertação (Mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, 2021.
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, v. 2, 1985.
- ALTHUSSER, Louis. **Freud e Lacan, Marx e Freud**. Tradução de Walter José Evangelista. Rio de Janeiro: Graal Editora, 1984.
- ALTHUSSER, Louis. Psychoanalysis and the human sciences. In: **Psychoanalysis and the Human Sciences**. Columbia University Press, 2017.
- ALTHUSSER, Louis. **Psicoanálisis y ciencias humanas: dos conferencias, 1963-1964**. Nueva visión, 2014.
- ALVES, Wedencley. Cenários Discursivos: análise configuracional; modos de olhar. **Mimeo**. Juiz de Fora: 2021.
- ALVES, Wedencley; MELO E COSTA, Stephanie Lyanie. Quem sou eu para lhe falar assim? A construção de “discursos de si” por pessoas com HIV e o lugar do analista na entrevista discursiva. **Entremeios**: revista de estudo do discurso, v. 9, 2014.
- AMOSSY, Ruth. Argumentação e Análise do Discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. **Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, p. 129-144, 2011.
- ANDRADE, Fabiana de. **Mas vou até o fim**: narrativas femininas sobre experiências de amor, sofrimento e dor em relacionamentos violentos e destrutivos. 2018. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- ANTUNES, L. **Violência doméstica**: denúncias no Ligue 180 subiram 14% nos quatro primeiros meses do ano. O Globo, 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/celina/violencia-domestica-denuncias-no-ligue-180-subiram-14-nos-quatro-primeiros-meses-de-2020-24426892>. Acesso em: 28 abr. 2021
- BADIOU, Alain. **Elogio ao amor**; tradução. Dorothee de Bruchard–São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- BARBOSA, M. D.; BORGES, P. C. C. Feminismo, gênero e os alcances da Lei Maria da Penha. **Revista de Direitos Humanos e Efetividade**, v. 2, n. 1, 2016.
- BIRMAN, J. Genealogia do feminino e da paternidade em psicanálise. **Natureza humana**, 8(1), p. 163-180. 2006. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-24302006000100005&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 16 jun. 2021
- BIRMAN, Joel. **Cartografias do feminino**. Editora 34, 1999.
- BORGES, Maria Virgínia. A dêixis discursiva: formas de representação do sujeito, do tempo e do espaço no discurso. **Revista do GELNE**, v. 2, n. 1/2, p. 1-4, 2000.

BRANDÃO, A. M. Michel Foucault e a questão do poder: o Judiciário como um produtor do discurso da verdade. **Publica Direito**, 2011. Disponível em:

<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=0efbe98067c6c73d> Acesso em: 4 abr. 2021.

BUTLER, Judith. **A vida psíquica do poder: teorias da sujeição**. Autêntica, 2017.

CAMPOS, IARA BASTOS; SANTANA, WEDENCLEY ALVES. Nomear o mal: sentidos de psicopatia e sujeito psicopata no jornal O Globo. **Mediações Comunicativas da Saúde**, 2017.

CAMPOS, IARA BASTOS; SANTANA, WEDENCLEY ALVES. Nomear o mal: sentidos de psicopatia e sujeito psicopata no jornal O Globo. **Mediações Comunicativas da Saúde**, 2017.

CERRUTI, M. Q. **Bate-se em uma mulher: impasses da vitimização**. 2007. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CHIARETTI, Paula. **Subjetividade e discurso em livros de autoajuda**. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2013.

DEL PRIORE, MARY. **Onde há galo não canta a galinha**. Aventuras na história, UOL, 2016. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/terra-brasilis/onde-ha-galo-nao-canta-a-galinha.phtml> 2016. Acesso em 25 mai. 2023.

DEL PRIORE, Mary. **História do amor no Brasil**. Editora Contexto, 2009.

DOURADO, Suzana de Magalhães; NORONHA, Ceci Vilar. Marcas visíveis e invisíveis: danos ao rosto feminino em episódios de violência conjugal. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, p. 2911-2920, 2015.

DUNKER, Christian Ingo Lenz; PAULON, Clarisse; MILÁN-RAMOS, José Guillermo. **Análise psicanalítica de discurso: perspectivas lacanianas**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2016.

EIDELSZTEIN, ALFREDO. El conflicto del psicoanálisis ante las problemáticas actuales. **Revista El Rey está desnudo**, v. 13, p. 7-16, 2018.

FALCKE, D. et al. Violência conjugal: um fenômeno interacional. **Contextos Clínicos**, v. 2, n. 2, p. 81-90, 2009.

FASSIN, Didier; RECHTMAN, Richard. **L'impero del trauma: Nascita della condizione di vittima**. Mimesis, 2020, n.p.

FERREIRA DA SILVA, D. **A dívida impagável**. São Paulo: Edição Oficina de Imaginação Política e Living Commons, 2019.

FONSECA, Luciana Pinheiro. **A importância das políticas públicas no enfrentamento à violência contra a mulher**. 2021.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. Michel Foucault, uma entrevista: sexo, poder e a política da identidade. **Verve: revista semestral autogestionária do Nu-Sol.**, n. 5, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Resumo dos cursos do collège de France:(1970-1982)**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 1997.

FREUD, S. Luto e melancolia. In: **A história do movimento psicanalítico: artigos sobre metapsicologia e outros trabalhos (1914-1916)**. Rio de Janeiro: Imago, 1996 [1917]. p.245-263.

FREUD, Sigmund. Uma dificuldade no caminho da psicanálise. In **Obras Completas** (vol. 14). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1917), 2016.

FREUD, Sigmund; BREUER, Josef; DE SOUZA, Paulo César. Estudos sobre a histeria. In **Obras Completas. São Paulo, SP: Companhia das Letras, [1893-1895], 2016.**

GAMA, MSB; ZANELLO, V. Dispositivo amoroso e tecnologias de gênero: uma investigação sobre a música sertaneja brasileira e seus possíveis impactos na pedagogia afetiva do amar em mulheres. **Gênero, subjetivação e perspectivas feministas**. Brasília, DF: Technopolitik, p. 163-184, 2019.

GIDDENS, A. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. Cidade: São Paulo, Universidade Estadual de São Paulo, 1993.

HORNEY, Karen. As mulheres e o medo de agir. **Lacuna: uma revista de psicanálise**, São Paulo, n. -13, p. 2, 2022. Disponível em: <<https://revistalacuna.com/2022/08/06/n-13-03/>>.

ILLOUZ, Eva. **Why love hurts: A sociological explanation**. Polity, 2012.

ILLOUZ, Eva. **O amor nos tempos do capitalismo**. Zahar, 2011.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Dossiê Femicídio: #InvisibilidadeMata**. 2016. Disponível em <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossies/femicidio>. Acesso em: 20 jun. 2023

KASHIURA JR, C. N. Sujeito de direito e interpelação ideológica: considerações sobre a ideologia jurídica a partir de Pachukanis e Althusser. **Revista Direito e Práxis**, v. 6, n. 10, p. 49-70, 2015.

KEHL, M. R. **Deslocamentos do feminino**. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 2008.

KOJÉVE, A. **Introdução à leitura de Hegel (1947)**. Rio de Janeiro: Contraponto: UERJ, 2002.

LACAN, J. A agressividade em psicanálise. Em **Escritos** (pp. 104-126). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, originalmente escrito em 1948.

LACAN, Jacques. **O Seminário, livro 1: Os escritos técnicos de Freud**. trad. Betty Milan, RJ: Zahar, 2009 [1953].

Lacan, J. **O Seminário, livro 7: a ética da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1997 (Lições originalmente pronunciadas em 1959-1960)

LACAN, J. A Coisa freudiana ou sentido de um retorno a Freud em psicanálise, in **Escritos**, pp. 402-437. 1998, lição originalmente escrita em 1955.

LACAN, J. “O estádio do espelho como formador do eu tal como nos é revelada pela experiência psicanalítica”. In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., p. 96-103. (1998, originalmente publicado em 1949).

LACAN, J. O Aturdido. In: LACAN, J. **Outros escritos** Rio de Janeiro: J. Zahar , 2003 [1972]. P. 448-497.

LACAN, J. . “Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia”. In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1998[1950]

LACAN, J. **O seminário, livro 4**: As relações de objeto. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar. 1995 (Originalmente publicado em 1956-57).

LACAN, J. **O seminário, livro 5**: as formações do inconsciente. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar. 1999. Originalmente publicado em 1957-1958.

LACAN, J. A significação do falo. In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998 [1958], p. 692-703.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 8**: A transferência. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992, lições originalmente pronunciadas em (1960-61).

LACAN, Jacques. **Seminário 20**: mais, ainda. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

LACAN, Jacques. **Estou falando com as paredes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

LACAN, Jacques. **Meu ensino**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

LARA, Renata Marcelle. Corpos que discursivizam (na) arte (televisiva). **Linguagem em (Dis) curso**, v. 19, p. 401-417, 2019.

LE BRETON, David. **Antropologia del dolore**. Meltemi Editore srl, 2007.

LOURO, G. **O corpo educado**: Pedagogias da sexualidade, 2nd ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX**. Editora Fiocruz, 2004.

MILANEZ, C. M. S. C. et al. Ação penal e seus reflexos na lei Maria da Penha. **Revista de Estudos Jurídicos**, v. 2, n. 30, 2020.

NARVAZ, M. G. Psicanálise e gênero: deslocamentos discursivos sobre os processos de subjetivação e sua relação com o masoquismo feminino. Seminário Internacional Fazendo Gênero 9 (**Anais Eletrônicos**), Florianópolis, 2010. Disponível em:

http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1277817730_ARQUIVO_PsicanaliseeGenero-ARTIGOCOMPLETONARVAZFG9.pdf. Acesso em: 10 jun. 2023

Nogueira de Araújo, A. L., & Hettwer Massmann, D. R. Tudo em todo lugar ao mesmo tempo: reflexões sobre discurso, mídia e denúncias de violência doméstica e familiar contra a mulher. **Rizoma**, 12(1), 179-198, 2023. Recuperado de <https://online.unisc.br/seer/index.php/rizoma/article/view/18365>. Acesso em 18 jul. 2023

OLIVEIRA, Hélio. “BOVID-17” e “COMUNAVÍRUS”: Fórmula discursiva, reformulação e memória. **Revista Linguagem**, v. 35, n. 1, p. 171-185, 2020.

ONU. Assembleia Geral. **Convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher** – Convenção de Belém do Pará. 1994. Disponível em:

https://www.mprj.mp.br/documents/20184/99247/Convencao_Interamericana_Para_Prevenir_Punir_e_Erradicar.pdf. Acesso em: 25 jan. 2021

ONU. Organização das Nações Unidas. **Feminicídio no Brasil é o quinto maior do mundo**. 2016. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-feminicidio-brasil-quinto-maior-mundo-diretrizes-nacionais-buscam-solucao/>. Acesso em: 18 mar. 2021

ONU. Organização das Nações Unidas. **ONU Alerta para os custos da violência contra as mulheres**. 2017. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/onu-alerta-para-os-custos-da-violencia-contra-as-mulheres-no-mundo/>. Acesso em: 17 mai. 2023.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Violência contra as mulheres e meninas é pandemia invisível**, afirma diretora executiva da ONU Mulheres. 2020. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/noticias/violencia-contra-as-mulheres-e-meninas-e-pandemia-invisivel-afirma-diretora-executiva-da-onu-mulheres/>. Acesso em: 18 mar. 2021

OPAS/OMS. Organização Panamericana de Saúde/Organização Mundial da Saúde. **Devastadoramente generalizada: 1 em cada 3 mulheres em todo o mundo sofre violência**. 2021. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/9-3-2021-devastadoramente-generalizada-1-em-cada-3-mulheres-em-todo-mundo-sofre-violencia>. Acesso em: 18 mar.2021

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios & procedimentos**. Campinas: Pontes, 2009

ORLANDI, Eni Puccinelli. Michel Pêcheux e a Análise do Discurso. In: **Estudos da Língua(gem)**. Vitória da Conquista, nº1, p. 9-13. 2005.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Editora da UNICAMP, 2007. Edição do Kindle.

PAULILLO, Rosana. **A enunciação vacilante: formas do heterogêneo no discurso de si**. 2004. Tese de Doutorado. [sn].

PAULILLO, Rosana. As modalizações do dizer no discurso de si. **Intercâmbio**, v. 6, 1997.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. (org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução Péricles Cunha. 5. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997, [1975].

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**, v. 3, p. 61-161, 1997.

PÊCHEUX, Michel; GADET, Françoise; HAK, Tony. Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. **Campinas, SP: Editora da Unicamp**, 1997.

PÊCHEUX, Michel; ORLANDI, Eni Puccinelli. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Editora da UNICAMP, 1995.

PERON, Ana Paula. **Ser mulher, sentir a violência, enunciar os sentimentos: um olhar discursivo sobre a humilhação na condição de violência conjugal**. 2016. Tese de Doutorado. [sn].

PERROT, M. **As Mulheres ou os Silêncios da História**. Bauru: EDUSC, 2005.

PINHEIRO, M. de A.; ALVES, W. **Apresentação do dossiê**. *Lumina*, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 1-4, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/21544>. Acesso em: 17 maio. 2023.

PINTO, C. R. J. Feminismo, história e poder. *Revista de sociologia e política*, v. 18, n. 36, p. 15-23, 2010.

PORTO, M.; COSTA, F. P. Lei Maria da Penha: as representações do judiciário sobre a violência contra as mulheres. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, v. 27, n. 4, p. 479-4:89, 2010. Disponível

em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/BP37PqLXRmSJpKBjPZJWpsf/?lang=pt> Acesso em: Julho/2021

PRATES, P. L.; ANDRADE, L. F. Grupos reflexivos como medida judicial para homens autores de violência contra a mulher: o contexto sócio-histórico. *Seminário Internacional fazendo gênero*, v. 10, 2013.

RECALCATI, Massimo. Hate as a passion of being. *Qui Parle: Critical Humanities and Social Sciences*, v. 20, n. 2, p. 151-182, 2012.

RECALCATI, Massimo. **Non è più come prima. Elogio del perdono nella vita amorosa**, p. 30, 2014.

REIS, Nara Jaqueline dos. **O sentir da maternidade: a discursividade feminina em desabafos anônimos**. Dissertação (Mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, 2019.

RIBEIRO, C. G.; DE LIMA COUTINHO, M. P. Representações sociais de mulheres vítimas de violência doméstica na cidade de João Pessoa-PB. *Revista Psicologia e Saúde*, 2011.

RIGUINI, R. D.; MARCOS, C. M.. Cinco Notas sobre o Femicídio a partir da Psicanálise. *Revista Subjetividades*, v. 18, n. Esp, p. 1-12, 2018.

SAFATLE, Vladimir; DA SILVA JÚNIOR, Nelson; DUNKER, Christian. **Patologias do social: arqueologias do sofrimento psíquico**. Autêntica, 2018. Kindle. (posição 7257 de 7918)

SAFFIOTI, H. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SALES, A. C. C. A interdiscursividade no discurso jurídico: Petições de dissolução de sociedade de fato. *Signum: Estudos da Linguagem*, v. 11, n. 2, 2008. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/view/3057/2599>. Acesso em: 28 jul. 2021

SANTOS, Amanda; SANCHOTENE, Nicole; VAZ, Paulo. A INVENÇÃO DO RELACIONAMENTO ABUSIVO: Sofrimento e sentido nas relações amorosas ontem e hoje. *LÍBERO*, n. 44, p. 122-135, 2019.

SANTOS, P. R. A concepção de poder em Michel Foucault. *Especiaria*, v. 16, n. 28, p. 261-280, 2016.

SCHULLER, Kyla. **The biopolitics of feeling: Race, sex, and science in the nineteenth century**. Duke University Press, 2018.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*. 16 (2), p. 5-22, 1990.

SILVA, S. D.; LUNKES, F. L. E o casamento acabou: uma análise do arquivo de Veja sobre o imaginário da mulher divorciada. **Revista Conexão Letras**, v. 9, n. 11, 2014.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do Espelho Uma teoria da comunicação linear e em rede**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2002

SOLER, Colette. **O que faz laço**. São Paulo: Escuta, 2016.

VIANA, S. D. L. **Gênero e saúde**: uma análise dos trabalhos publicados nos Anais dos Congressos Brasileiros de Ciências Sociais e Humanas em Saúde da ABRASCO (1995-2011). 2013. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013. Disponível em:

<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6135/tde-04032013-003326/en.php>. Acesso em: 20 fev. 2021

WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, G. (Org.). **O corpo educado**: Pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica. 2008.

Zanello, Valeska. **Saúde Mental, Gênero e Dispositivos**: Cultura e Processos de Subjetivação. Editora Appris. Edição do Kindle. 2020.

ZIZEK, Slavoj. **Enjoy your symptom!: Jacques Lacan in Hollywood and out**. Routledge, 2008.